



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE TEORIA LITERÁRIA E LITERATURAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LITERATURA

**CONTOS DA VIDA BUROCRÁTICA: o funcionário público
na narrativa curta de ficção brasileira**

MARCO ANTONIO RODRIGUES

**BRASÍLIA/DF
AGOSTO/2015**

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE TEORIA LITERÁRIA E LITERATURAS

**Contos da Vida Burocrática: o funcionário público na narrativa curta de ficção
brasileira**

MARCO ANTONIO RODRIGUES

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Literatura da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Literatura Brasileira.

Orientadora: Maria Isabel Edom Pires

Brasília – DF, agosto de 2015

FICHA CATALOGRÁFICA

R696c Rodrigues, Marco Antonio.
Contos da vida burocrática: o funcionário público na narrativa curta de ficção brasileira / Marco Antonio Rodrigues. -- 2015.
164p.

Tese (doutorado) - Universidade de Brasília, Programa de Pós Graduação em Literatura, título de Doutor em Literatura Brasileira, 2015.
Orientador: Maria Isabel Edom Pires.

1. Funcionário público. 2. Ficção. 3. Burocracia. 4. Tematologia. 5. Conto. I. Pires, Maria Isabel Edom. II. Título.

CDD - 35 08.82 (81)

A meus pais, *in memoriam*

A meus amigos – funcionários.

À Piti, *per sempre*.

Agradecimentos

A minha orientadora, Maria Isabel Edom Pires, por ter acolhido este burocrata desgarrado entre seus orientandos; por sua compreensão quanto às limitações e especificidades de um pesquisador de fim de expediente e fim de semana; por seu auxílio nas dificuldades práticas e teóricas, pelo apoio incondicional e pela conduta democrática na orientação, meus sinceros agradecimentos. A Regina Dalcastagne e Leonardo Tonus, integrantes de minha banca de qualificação, pelas críticas ao encaminhamento inicial e pelas sugestões, muitas das quais tentei incorporar ao trabalho final. Aos professores Edvaldo Bérغامo e Hermenegildo Bastos, em cujas disciplinas na UnB pude amadurecer questões relativas a este trabalho.

À equipe administrativa da UnB, em especial o pessoal do Departamento de Teoria Literária e Literaturas – TEL e à equipe da Biblioteca Central. Sem o trabalho desses profissionais não há pesquisa que caminhe a contento.

A meus amigos e colegas de repartição em Brasília, com os quais penso ter interagido com mais intensidade sobre as questões do projeto que com os colegas de Academia. Agradecimento especial a Carla Nascimento, pelo envio de material bibliográfico direto da “Terra da Rainha”; a Valéria Barros Nunes, por ter me apresentado o impagável José Cândido de Carvalho; a Ana Cláudia Salomão, por me apresentar ao “Sr. José”, de Saramago, e por compartilhar comigo as angústias da pesquisa acadêmica, motivo pelo qual também agradeço a Caetana Rezende. A Daniela Sophia e Mônica Oliveira, com as quais compartilhei em especial, e em momentos específicos, as angústias do serviço público. Na verdade, foi uma vivência não só de angústia, mas um aprendizado de muito riso e espírito coletivo, já que comparecem ao mesmo barco, além dos já citados: Raquel Martins, Lídia Hubert, Luís Vieira, Lúcio Melo, Bianca Tinoco, Sílvia Araújo, Mariana Rabelo, Milena Lins, Jaana Fernandes – os mais presentes, fora os ocasionais.

Parágrafo especial a minha esposa, Priscila Rufinoni, professora, companheira de trajeto há mais de vinte anos, motor e motivo para tudo que faço. Obrigado, amor!

*Pero en fin, lo importante es el hecho de que el escritor es un
amanuense, él recibe algo y trata de comunicarlo...*
(Jorge Luis Borges, *El cuento y yo*)

Resumo

A Literatura Brasileira é uma "literatura de funcionários públicos", nos diz Carlos Drummond de Andrade, tratando do duplo ofício de literato e burocrata exercido por vários de nossos escritores. Muitos desses escritores também funcionários incorporaram a suas criações ficcionais a figura do funcionário público, quase sempre por um viés crítico e desencantado. Nossa pesquisa analisa o tema do funcionário público na narrativa curta de ficção brasileira, do período da Primeira República até a atualidade, utilizando princípios metodológicos da tematologia comparatista e teorias do foco narrativo. A partir das categorias do funcionário-narrador e do funcionário-narrado, são estudadas as especificidades de um maior ou menor distanciamento entre narrador e protagonista, quanto a formas mais humorísticas ou dramáticas de representação. Ao final, um panorama dos subtemas relacionados ao tema do funcionário demonstra que a sua representação nos contos privilegia as disfunções da burocracia e de seus agentes, nas diferentes fases da sua vida profissional.

Palavras-chave: funcionário público; ficção; burocracia; tematologia; conto

Abstract

The Brazilian literature is a "civil servants literature", tells Carlos Drummond de Andrade, treating the double office of literary and bureaucrat exercised by many of our writers. Many of these writers also incorporated in their fictional creations the figure of the civil servant, almost always a critical and disenchanting bias. Our research examines the theme of the civil servant in short stories of Brazilian fiction, from the period of the First Republic to the present, using methodological principles of comparative thematology and theories of point of view in fiction. From the categories of employee-narrator and employee-narrated, they are studied the specifics of a larger or smaller distance between narrator and protagonist, as the most humorous or dramatic forms of representation. Finally, an overview of the sub-themes related to the civil servant's theme demonstrates that their representation in the short stories emphasizes the dysfunctions of bureaucracy and its agents, at different stages of their working lives.

Keywords: *civil servant; fiction; bureaucracy; thematology; short story*

Sumário

Introdução.....	11
1. Aproximações sobre a burocracia e o escritor-funcionário	19
O papel da burocracia	19
O escritor-funcionário	31
A visão dos sociólogos	36
A visão dos escritores	41
2. O funcionário na narrativa de ficção: um tema transnacional.....	46
O <i>tchinovnik</i> russo.....	46
O <i>rond-de-cuir</i> francês	50
O <i>office clerk</i> inglês	54
<i>Los chupatintas</i> hispano-americanos.....	56
Amanuenses e escribas no Brasil.....	59
3. O funcionário-narrado.....	64
Uma casta inferior e pulha	64
Surucucu de Diário Oficial.....	74
4. O funcionário-narrador.....	84
O lado mágico	89
O lado humano.....	91
O lado paranoico.....	94
O lado hipócrita.....	99
5. O ciclo de vida do burocrata.....	102
O ingresso	103
No bonde.....	110
A rotina.....	117
A aposentadoria	122
A morte.....	129
O além-vida.....	133
Conclusão	137
Referências.....	144
APÊNDICE A - Os autores (ficha funcional).....	157
APÊNDICE B – Os contos (<i>corpus</i>).....	161

Introdução

Quando, em 1960, Raimundo Magalhães Júnior dedicou-se à organização e publicação de uma seleta de contos cujos protagonistas eram caracterizados como funcionários públicos, preocupou-se em destacar, ao prefácio, o caráter sedutor do tema para muitos escritores, citando como precursores autores como Balzac, Gogol e Georges Courteline. Acrescentou que, dentre os escritores brasileiros, entre os quais o tema também teria sido fecundo, poucos teriam conseguido viver emancipados da burocracia, de modo que a sua seleta se configurava como "uma antologia de contos de funcionários sobre funcionários". (MAGALHÃES JÚNIOR, 1960, p. 4-5)

Passados mais de 50 anos da ocasião, seria possível complementar e atualizar essa antologia com as produções que ficaram de fora e aquelas posteriores a 1960 que deram continuidade à nossa linhagem de personagens-funcionários, mesmo em se considerando que hoje os escritores já teriam conseguido escapar à relação quase que umbilical entre produção literária e atividade burocrática. Um esboço dessa antologia revista é, em parte, o que aqui fazemos, ao propor a pesquisa sobre o tema do funcionário público na narrativa curta de ficção brasileira. Paralelamente, serão desenvolvidas leituras interpretativas de parte do *corpus* levantado. As estratégias de pesquisa e análise são detalhadas a seguir.

Nesta pesquisa, a figura do funcionário público na narrativa de ficção será tratada como "tema", no sentido que a Literatura Comparada atribui ao termo, ou, pelo menos, como é entendido um desdobramento específico da chamada *tematologia*, voltado para o tipo moral, social ou profissional representado pela literatura (GUILLÉN, 2005, p.234). O interesse que o tema do pequeno funcionário tem despertado em escritores de diferentes épocas e nacionalidades, resultando em obras que abordam, de maneira central ou secundária, as vicissitudes enfrentadas pelos personagens dessa

estirpe, justifica uma observação sobre a linhagem brasileira desse tipo ao mesmo tempo moral, social e profissional.

Cristina Naupert (2001), ao intentar uma sistematização dos conceitos e procedimentos dos estudos temáticos, enfatiza o caráter polissêmico de termos como “tema” e “motivo”, empregados pelo comparatismo literário, todavia reconhecendo haver um saldo claramente favorável para os estudos dedicados a categorias como “tipo”, “personagem” ou “herói”. (NAUPERT, 2001, p. 121) Tanto que, assumindo uma perspectiva pragmática, a autora proporá sua sistematização a partir da categoria “personagem ou tipo”, à qual atribui valor de “elemento básico” dos estudos temáticos. Para Naupert:

Um conjunto "temático" torna-se objeto de estudo quando há eco ou ressonância reconhecível e significativa, quando acusa uma tradição cultural compartilhada de forma criativa, por semelhança ou contraste. A urdidura mais próxima compartilhada é a literatura, sua própria fonte inesgotável de auto-alimentação (NAUPERT, 2001, p. 122).¹

Embora não tenha desfrutado de muita simpatia da parte dos *cultural studies* em tempos recentes, dado seu caráter aparentemente neutro para uma crítica politizada, a tematologia vem recuperando espaço nos estudos literários ao buscar superar seus métodos de origem, baseados em historicismo, biografismo, delimitação de fontes e listas de ocorrências. No estudo que antecede a sua análise do romance de adultério da segunda metade do séc. XIX, Naupert identifica uma retomada dos estudos temáticos por intermédio da crítica feminista e de outros enfoques multiculturais, como os *black studies*, encontrando também conexões com os enfoques pós-coloniais e as escrituras da diáspora². Observa, porém, que, se tem havido crescimento notável das abordagens temáticas, pouco ou nenhum interesse têm despertado as questões teóricas ou metodológicas relacionadas com a tematologia, donde o seu esforço por sistematização. Tal empenho resulta em um esquema classificatório que inclui, dentre

¹ Tradução nossa do original: *Un conjunto "temático" se convierte en objeto de estudio cuando es eco o resonancia reconocible y significativa, cuando acusa creativamente una tradición cultural compartida, sea por semejanza o por contraste. La urdimbre compartida más próxima es la literatura misma, ella es su propia fuente inagotable de autoalimentación.* (NAUPERT, 2001, p. 122)

² A respeito dos estudos temáticos na atualidade, ver também Sollors (2003, p. 57).

os “tipos gerais” (representantes tipificados de uma coletividade humana), os “tipos profissionais” como elementos temáticos intratextuais. (NAUPERT, 2001, p. 124)

O esquema proposto por Cristina Naupert identifica seis principais vertentes de abordagem desses estudos: o “corte longitudinal”, ou estudo diacrônico, traçando o desenvolvimento dos componentes temáticos desde suas origens, através da história literária; o “corte transversal”, ou estudo sincrônico, com foco em uma geração ou um período delimitado da história literária; o corte transversal sem limitações temporais ou espaciais (universalidade temática), com a proposição da validade universal a temas específicos; as “afinidades nacionais”, em que a limitação do enfoque deve se justificar pelo objeto de estudo, e não pela adoção de uma postura reducionista; as “afinidades pessoais”, em que a análise de orientação psicanalítica centra o interesse nas “obsessões temáticas” de autores específicos; e as “afinidades de gênero”, com marco teórico no método formal-estruturalista. Naupert admite, porém, que o ideal seria um estudo poder dar conta de todas essas vertentes, de modo que a técnica do corte longitudinal possa completar e/ou combinar-se com o corte transversal, sem desconsiderar aspectos relacionados a afinidades nacionais ou pessoais. O método formal, por sua vez, poderia lançar luz sobre a perspectiva historicista, que tem prevalecido nos estudos temáticos. (NAUPERT, 2001, p. 132-137)

No que se refere especificamente à figura do funcionário público, um tipo profissional, é preciso reconhecer que seria difícil categorizá-lo como minoria desfavorecida e desprestigiada, como é comum ocorrer com os grupos sociais abordados pelos *cultural studies*. Aliás, na história recente de nosso país, é possível verificar o fenômeno em sentido inverso, quando a classe profissional dos funcionários foi tachada de “marajás” pelo então Presidente da República, servindo de bode expiatório para a crítica a um Estado falido (OLIVEIRA, 1992, p. 11). A lembrança sobre o caso permite antecipar que, se não pesam sobre a figura do funcionário público estigmas característicos das minorias sociais, relativos a classe, etnia, orientação sexual, não lhe faltam ódios e antipatias da parte do público ao qual ele presta serviço.

Será ele o beneficiário de indicações clientelistas, o incompetente preguiçoso, o recebedor de salários e privilégios desmesurados, o corrupto – corruptível e corruptor.

O volume de contos que acompanha este trabalho, servindo de *corpus* de análise, foi composto a partir de um levantamento feito principalmente na internet, em sites de busca, bibliotecas digitais e sistemas de catalogação eletrônica da Biblioteca Nacional e bibliotecas universitárias. Nas buscas, foram feitos vários cruzamentos entre termos literários (“literatura”, “prosa”, “ficção”, “narrativa”) e termos relacionados ao tema (“funcionário público”, “servidor público”, “amanuense”, “escrevente”, “copista”, “burocracia”, “burocrata”, “repartição”, “expediente”). Também foram feitos cruzamentos desses termos com o nome de autores nacionais cujas biografias assinalam convivência próxima com a administração pública. A pesquisa inicial abrangia tanto as narrativas curtas quanto a novela e o romance, no entanto, limitações de prazo nos levaram focar apenas os contos, tais quais aparecem na antologia.

O levantamento procurou centrar-se nas ocorrências de “burocratas puros”: copistas, escreventes, amanuenses, atendentes de guichê, chefes de seção, sempre que possível identificados no próprio texto literário como “funcionários públicos”. Ficaram deliberadamente de fora, no caso, classes profissionais amplamente requisitadas pelo serviço público, como médicos e professores, bem como as carreiras exclusivamente públicas de policiais e militares. Diplomatas que, embora tenham perfil estritamente burocrático, gozam de outro *status* político e social foram também desconsiderados. Interessa principalmente para a pesquisa o funcionário sem especialidade, o burocrata responsável por informar processos, copiar e carimbar documentos, minutar ofícios e outras atividades subalternas: o funcionário preso ao trabalho de *bureau* das repartições públicas.

A opção pelos burocratas do segmento público também merece ser justificada, afinal, por que não abordar a questão sob o recorte do burocrata genérico, o “funcionário de escritório”, como fizeram, por exemplo, P. R. Jordan (2006) e Jonathan Wild (2006), em contextos nacionais distintos? A escolha se deve a uma série de motivos, a começar pela indagação sobre o porquê de tantos escritores caracterizarem

seus personagens dessa maneira. Ao fazê-lo, não estariam a contribuir para a fixação do estereótipo dos funcionários públicos, situando-os em um determinado imaginário social, o do ambiente das repartições públicas, onde tudo é lento e sem sentido, onde nada funciona e ninguém trabalha?

O recorte temporal adotado na composição da lista é amplo, abrangendo todo o período republicano e cedendo, inclusive, à tentação de citar algumas ocorrências do Império, quando consideradas de relevância para o argumento. Quase desnecessário alertar que, diante desse quadro e da sistemática de pesquisa adotada, é impossível sustentar qualquer pretensão de exaustividade ou completude, embora as limitações dessa ordem não nos pareçam suficientes para que se deixe de fazer o que é possível pelo objeto. Novas pesquisas poderão completar, rever, aprimorar o que aqui se desenvolveu, a partir de um estágio mais avançado.

Retomando a clássica distinção de Umberto Eco (1989), entre a tese “monográfica” e a tese “panorâmica”, não podemos alegar ignorância quanto aos riscos inerentes aos trabalhos do segundo tipo, como a omissão, a parcialidade e a superficialidade, problemas que costumam afetar teses demasiado ambiciosas em termos de abrangência. Requisitamos, no entanto, para este texto um caráter intermediário monográfico-panorâmico (também previsto por Eco), no sentido de que perseguimos um único tema na produção de diversos autores em um gênero específico, em um determinado período. E se o recorte não nos permite almejar a exaustividade, buscaremos ser prudentes quanto à eventual generalização de nossas hipóteses e conclusões. Trataremos de casos e recorrências, e só com propósitos ilustrativos faremos referência a números, proporções, sem pretensão a generalizações. No decorrer da exposição, nosso *corpus* de pesquisa será também tratado como “antologia” ou “seleta”, o que vem a ser de fato.

Outra possível fragilidade do procedimento está em se perseguir um tipo por mais de um século, em uma sociedade em constante transformação. Estaríamos, no caso, tratando do mesmo objeto? Decerto, não, como sugere Pierre Bourdieu, ao

abordar as questões sociológicas sobre “condição de classe” e “posição de classe”. Para Bourdieu, levar a sério a noção de estrutura social implica considerar que:

(...) cada classe social, pelo fato de ocupar uma posição numa estrutura social historicamente definida e por ser afetada pelas relações que a unem às outras partes constitutivas da estrutura, possui propriedades de posição relativamente independentes de propriedades intrínsecas como, por exemplo, um certo tipo de prática profissional ou de condições materiais de existência. (BOURDIEU, 1987, p. 3)

Para Bourdieu, a comparação só pode ser feita efetivamente “entre estruturas equivalentes ou entre partes estruturalmente equivalentes das mesmas”. Haveria, nesse sentido, uma distorção em identificar traços das camadas mais baixas da pequena burguesia (Bourdieu cita o formalismo ou o extremo rigor na relação com o regulamento como traços típicos dessas camadas) como um efeito puro e simples da organização e da prática burocráticas, às quais seu trabalho é frequentemente associado. A relação, para o autor, seria inversa: os valores implícitos ou explícitos dos membros das camadas médias inferiores é que seriam suficientes para que estes se dispusessem a aderir aos valores do serviço público e às virtudes exigidas por uma burocracia – isto se as carreiras administrativas não constituíssem o seu meio por excelência de ascensão social. (BOURDIEU, 1987, p. 9-10)

A discussão de Bourdieu, no entanto, é centrada na realidade francesa, de modo que tanto o perfil dos quadros públicos quanto os traços característicos das camadas médias inferiores citados guardam pouca relação com o contexto brasileiro, menos ainda com o contexto ficcional dos tipos literários³. No âmbito desta pesquisa, não será de todo espantoso se encontrarmos em nosso percurso uma permanência e uma homogeneidade de certos tipos e temas, em vez de um hipotético espelhamento do real, até certo ponto confirmando o que um de nossos escritores funcionários, o amanuense Lima Barreto, sugeria já em 1918:

³ Sobre tema similar ao de Bourdieu, o historiador Claude Lefort propõe a seguinte questão: “É certo que os membros da burocracia de Estado se compõem de elementos tirados, o mais frequentemente, das classes médias; mas tornando-se burocratas, conservam eles os elementos de suas classes, não mudam de mentalidade, não se tornam sensíveis a outros interesses?” (LEFORT, 1979, p. 154)

É curioso observar a rigidez das secretarias, a sua eternidade, a resistência passiva, calada, oculta, fazendo que seu espírito, a sua linguagem, a sua eternidade, seus *tícs* atravessem soberanamente anos e anos. Já dizia o duque de Audiffret: os reis caem, mas as secretarias ficam. (LIMA BARRETO, 2004, p.432, vol. I)

Mesmo em relação ao contexto da administração pública atual, embora haja certo otimismo quanto à superação do modelo patrimonialista e da burocracia weberiana por uma “nova administração pública” (em inglês, *new public management*)⁴, muitas práticas e formalidades do rito burocrático têm resistido ao tempo e à modernização. De um ponto de vista teórico, é o que os estudiosos do fenômeno chamam de “falha sequencial” nas reformas administrativas do Estado⁵, isto é, o relativo ou absoluto fracasso cíclico das tentativas de sanear, moralizar e racionalizar a administração pública, libertando-a de vícios e hábitos arraigados. Do ponto de vista prático, de quem trabalha ou trabalhou nas repartições públicas do governo, trata-se da permanência de instrumentos como o memorando, o relatório, o ofício; a juntada de documentos em processos às vezes gigantescos, mesmo que em formato digital; a organização das forças de trabalho em equipes hierarquizadas, confinadas em ambientes gélidos, muitas vezes inóspitos; as estações de trabalho informatizadas, que nada mais são que atualizações das antigas escrivinhas, ou *bureaus* – tudo sugere mais a permanência que a superação dos procedimentos tradicionais, algo a que a literatura não teria se mostrado insensível.

No trabalho com o *corpus* de pesquisa, optou-se pela abordagem do material a partir de um princípio formal, partindo da observação de que, na representação ficcional do funcionário público, há aqueles cujas histórias são narradas “de fora”⁶ e aqueles que “assumem” o ato de narrar-se a si próprios e aos colegas. No primeiro caso, ao qual chamamos “funcionário-narrado”, o distanciamento do ponto de vista favorece o tratamento humorístico, caricatural, permitindo a distinção objetiva entre a sagacidade

⁴ Ver, por exemplo, os artigos de Luís Carlos Bresser Pereira a respeito da Reforma Gerencial do Estado em <http://www.bresserpereira.org.br/listar.asp?cat=156>

⁵ Sobre a falha sequencial nas reformas administrativas do Estado, ver Rezende (2004) e Alverga (2003).

⁶ Não se trata somente da clássica distinção entre narrador em terceira e primeira pessoa, já que o foco está mais no objeto que no agente da narração. Mesmo a narrativa em primeira pessoa poderá registrar a ocorrência do que chamamos de funcionário-narrado (por um colega de repartição, por exemplo).

do narrador e a mediocridade do funcionário. No segundo caso, do “funcionário-narrador”, a identidade entre as categorias narrativas narrador-personagem problematiza a representação, resultando em um discurso a maioria das vezes contraditório.

Como antecipamos, não se pretende com isso estabelecer algum tipo de regra ou postulado, o propósito é mais trabalhar as duas categorias como princípio organizador de parte de nossa abordagem. Com vistas a uma aproximação gradativa do tema, o capítulo inicial apresenta uma exposição introdutória sobre os temas da burocracia e do escritor-funcionário, correlatos ao nosso objeto. O capítulo segundo faz um breve panorama da abordagem ficcional do tema do funcionário por outras culturas e nacionalidades, buscando demonstrar sua tradição, recorrência e diversidade. Adentrando nosso objeto de fato, os capítulos terceiro e quarto trabalham a oposição funcionário-narrado e funcionário-narrador, buscando especificidades nas diferentes formas de representação. O quinto e último capítulo propõe uma abordagem distinta por subtemas que perfazem a representação do ciclo de vida do burocrata.

Buscamos assim transitar pelos principais elementos propostos por Naupert como constitutivos de uma análise temática, defendendo um recorte nacional, sem ignorar o caráter transnacional do tema abordado; recorrendo, por vezes, à análise formal, sincrônica, sem deixar de lado totalmente o aspecto diacrônico ou o sociológico; abordando, por vezes, as obsessões individuais, par a par com afinidades de gênero. Seremos panorâmicos, buscando disfarçar a superficialidade nunca evitada, somente adiada – preço que se paga por tentar ser abrangente em tempos de superespecialização.

1. Aproximações sobre a burocracia e o escritor-funcionário

A burocracia é um círculo do qual ninguém pode escapar. Sua hierarquia é uma hierarquia do saber. A cúpula confia aos círculos inferiores o conhecimento do particular, os círculos inferiores confiam à cúpula o conhecimento do universal e, assim, eles se enganam reciprocamente.

(Karl Marx, *Crítica da filosofia do direito de Hegel*)

O papel da burocracia

O historiador e sociólogo Martin Albrow (1970) nos apresenta o termo “burocracia” (no inglês, *bureaucracy*) como sendo de origem francesa, tendo aparecido pela primeira vez em carta do Barão de Grimm a Diderot, no ano de 1764. Grimm, no entanto, cita ainda outro personagem histórico, Vincent de Gournay (1712-1759), como responsável pela expressão que teria originado o termo:

O espírito da regulação nos obseda, e nossos altos funcionários se recusam a entender que, em um grande Estado, há um número infinito de assuntos dos quais o governo nunca deve se ocupar. O falecido M. de Gournay, um cidadão excelente, respeitado por sua honestidade e por suas ideias, e que nos foi tirado muito cedo, às vezes dizia: "Na França, temos uma doença devastadora; esta doença se chama *bureaumania*". Por vezes, essa doença assume o caráter de uma quarta ou quinta forma de governo, sob o nome burocracia. Afinal, para que tantos *bureaux*, tantos chefes, tantos secretários, tantos subdelegados, tantos altos funcionários, tantos administradores, tantos conselheiros de Estado, se a máquina se move por si só, e se não resta uma só norma a fazer, sequer uma pequena e simples formalidade a observar?⁷

⁷ Tradução nossa do original: “*L'esprit de règlement nous obsède, et nos maîtres des requêtes ne veulent pas comprendre qu'il y a une infinité d'objets dans un grand état dont le gouvernement ne doit jamais s'occuper. Feu M. de Gournay, excellent citoyen, respectable par sa droiture et ses lumières, et qui nous a été enlevé trop tôt, disait quelquefois: "Nous avons en France une maladie qui fait bien du ravage; cette maladie s'appelle la bureaumanie". Quelquefois il en faisait une quatrième ou cinquième forme de gouvernement, sous le titre de bureaucratie. A quoi bon en effet tant de bureaux, tant de commis, tant de secrétaires, tant de subdélégués, tant de maîtres de requêtes, tant d'intendants, tant de conseillers d'état, si la machine va d'elle-même, et qu'il ne reste point de règlement à faire, pas une pauvre petite formalité à observer?*” In: *Correspondance Littéraire, Philosophique e Critique, adressée a un souverain d'Allemagne, depuis 1753 jusqu'en 1769 par le Baron de Grimm et par Diderot*. Première Partie. Tome quatrième. Paris: Longchamps/F. Buisson, 1813, pp. 146-147

Sobre a passagem citada, é possível notar que, já nas origens, a burocracia está associada à crítica de tons liberais quanto ao excesso de regulação e ao gigantismo do governo. O vocábulo teria sido formatado em observação à maneira clássica dos gregos de nomear as formas de governo, como monarquia, aristocracia e democracia. O acréscimo do sufixo *crat* (do grego *kratos*), significando "poder", ao vocábulo *bureau* (que pode designar tanto a mesa em que se escreve quanto o espaço de trabalho, o escritório) resultaria em termo de significativo poder de penetração em outras culturas, originando equivalentes em diferentes línguas, porém com aspecto similar: em Alemão, *bureaukratie* (depois *bürokratie*), em Italiano *burocrazia* e em Inglês *bureaucracy* (poderíamos acrescentar à relação o equivalente em Espanhol e Português, "burocracia").

Há, no emprego do sufixo *crat*, a herança pejorativa do *kratos* que compõe a palavra "democracia" – para Aristóteles, a forma degenerada do "governo da massa" da "politia". Às três formas de bom governo, designadas como "monarquia" (governo de um só homem), "aristocracia" (governo de poucos) e "politia" contrapõem-se as três formas degeneradas da "tirania", da "oligarquia" e da "democracia", interessadas no benefício do monarca, dos ricos e dos pobres, respectivamente, mas nenhuma delas objetivando a utilidade comum. Sabemos que a evolução dessas palavras acarretou o enfraquecimento das oposições, de modo que "aristocracia" e "oligarquia" passaram a designar fenômenos similares, e que a própria palavra "democracia" teve seu sentido positivado e depurado pelo uso, com o apagamento das massas, das pessoas comuns como seus principais agentes.⁸ A palavra "burocracia", surgida em registro crítico, também terá suas oscilações de sentido, sem perder a carga pejorativa.

Embora cunhado pelos fisiocratas franceses do séc. XVIII, o termo só teria sido difundido por romancistas e polemistas do início do séc. XIX, com destaque especial para Balzac e sua novela *Les Employés*, de 1836 (comentada no próximo capítulo). Cabe observar o caráter negativo do uso do termo pelo romancista, forma de pensar

⁸ Ver, a respeito, Riggs (1979), Bobbio (1994) e Loraux (2009).

que, segundo Albrow, nunca deixou de ter adeptos, e que para Riggs (1979) só será contradita a partir de Max Weber. Para Balzac, a origem da burocracia estaria atrelada à origem do próprio Estado moderno⁹, hipótese corroborada por leituras mais recentes, como a de Pierre Bourdieu (1997), sobre a gênese do campo burocrático. Bourdieu vincula a aparição do fenômeno à transição entre o Estado dinástico, em que o exercício do poder se vincula ao modelo feudal da *maison* do rei, e o Estado moderno, em que prevalece a *raison* burocrática do Estado. Em outro de seus estudos, Bourdieu (2010) identifica a cobrança sistemática de impostos como instrumento de sedimentação das nações e da conformação do corpo burocrático que as representa junto às povoações.

Na Alemanha, o termo teve forte aceitação, levando inclusive a autores e dicionários franceses a considerarem que se tratava de um neologismo proveniente da língua alemã. Autores alemães, como Wilhelm von Humboldt (1767-1835) e Freiherr vom Stein (1757-1831), seriam responsáveis por visões da burocracia como mecanização do Estado, a alienação e transformação do homem em máquina. Stein caracteriza o burocrata (*büralisten*) como assalariado, dotado de um conhecimento livresco, sem posses e desprovido de causas próprias. Dado seu conhecimento meramente teórico, estaria afastado da vida real, e por não estar aliado a nenhuma das classes de cidadãos que constituem o Estado, integraria uma casta por direito próprio, a casta dos funcionários. (ALBROW, 1970, p.19)

Será na Alemanha, aliás, que a burocracia encontrará seu teórico de fato em Max Weber (1864-1920), responsável pela problematização e sistematização do tema, a ponto de dar nome ao modelo burocrático que descreve. Tendo identificado os princípios do funcionalismo moderno, legou-nos o conhecimento sobre a administração

⁹ O que não impede que Weber trate da existência de “burocracias patrimoniais” na China e no Egito antigos, e no Império Romano tardio. Interessa, porém, chamar a atenção para a diferenciação que o autor faz entre o fenômeno moderno e suas manifestações ancestrais, mais intuitivas: “Perante todos estes exemplos mais antigos, a burocracia moderna destaca-se por uma qualidade que torna seu caráter inescapável mais definitivo do que o daquelas outras: a especialização e o treinamento racionais. O antigo mandarim chinês não era funcionário especializado, mas ao contrário, um *gentleman* de formação literário-humanista. O funcionário egípcio, o romano tardio e o bizantino já eram muito mais burocratas em nosso sentido”. (WEBER, 1999, v. 2, p. 540)

burocrática como aparato típico de estrutura de dominação do Estado moderno, fundamentado em uma relação associativa racional, em contraste com o modelo de dominação patriarcal, baseado nas relações de autoridade tradicionais, e com a dominação carismática, apoiada na autoridade não racionalmente, nem tradicionalmente fundamentada (WEBER, 1999, v.2, p.198). A caracterização da organização burocrática como construção do tipo ideal tem por princípios:

1. Competências oficiais fixas, ordenadas, de forma geral, mediante regras (leis ou regulamentos administrativos);
2. Hierarquia de cargos e da sequência de instâncias – isto é, um sistema fixamente regulamentado de mando e subordinação das autoridades, com fiscalização das instâncias inferiores pelas superiores;
3. Administração baseada em documentos, e em um quadro de funcionários subalternos de todas as espécies, os quais constituem em conjunto um “escritório” (separação, por princípio, entre o escritório e a moradia privada);
4. Atividade oficial pressupondo, em regra, uma intensa instrução da matéria;
5. Emprego da plena força de trabalho do funcionário;
6. Administração dos funcionários por regras gerais mais ou menos fixas e abrangentes, que estejam ao alcance do conhecimento dos administrados. (WEBER, 1999, v.2, p. 198-200)

Tais princípios, por sua vez, teriam os seguintes desdobramentos para a posição interna e externa dos funcionários:

1. Cargo equiparado a profissão, com as decorrentes exigências de formação específica e a submissão a exames admissionais como pressupostos para a nomeação;
2. Aspiração pessoal do funcionário a uma estima social elevada, da parte dos dominados;
3. Nomeação do funcionário por instância superior;

4. Vitaliciedade do cargo, o que não deve pressupor um “direito de posse” do funcionário em relação ao cargo;
5. Remuneração em forma de salário (quase sempre fixo) e assistência para a velhice, em forma de uma pensão;
6. Carreira definida, em que o funcionário percorre dos cargos inferiores, menos importantes e de menor remuneração, até os superiores. (WEBER, 1999, v.2, p. 200-204)

A necessidade de discorrer minimamente sobre o modelo weberiano advém do fato de que boa parte desses temas aparecerá com feição distorcida nas obras literárias, exercendo, ora mais, ora menos papel de destaque em suas tramas. O problema da “estima social” elevada a que o funcionário deveria aspirar é, por exemplo, algo que a literatura reflete com sinal invertido. Cabe ainda observar que, para o próprio Weber, “a posição social efetiva dos funcionários é mais alta, em regra, em países de cultura antiga”, em contraste com territórios recém-colonizados, onde a instabilidade das camadas sociais, a ausência de convenções estamentais e de uma administração instruída originariam um corpo de funcionários com pouca estima social. (WEBER, 1999, v.2, p.201)

Os escritos de Karl Marx (1818-1883) não nos legaram uma teoria acabada da burocracia, havendo inclusive entre seus comentadores os que o critiquem por ter negligenciado o tema (ALBROW, 1970, p. 68-72; LEFORT, 1979, p. 154). O texto em que mais teria se estendido a respeito seria a *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*, de 1843, publicado apenas postumamente, em 1927. Para Marx, Hegel nos dá “uma descrição empírica da burocracia, em parte como ela realmente é, em parte segundo a opinião que ela tem de seu próprio ser” (2010, p. 65), estando o principal equívoco em se reproduzir aquilo que ela pensa sobre si mesma. A burocracia, segundo Marx, é um “formalismo de Estado”, no que até Hegel teria acertado:

O “formalismo de Estado”, que é a burocracia, é o “Estado como formalismo”, e como tal formalismo Hegel a descreveu. Que este “formalismo de Estado” se constitua em potência real e que ele mesmo se torne o seu próprio conteúdo material, isto é evidente na medida em

que a “burocracia” é uma rede de ilusões práticas, ou seja, a “ilusão do Estado”. O espírito burocrático é um espírito profundamente jesuítico, teológico. Os burocratas são os jesuítas do Estado, os teólogos do Estado. A burocracia é a *république prêtre* [república de frades]. (MARX, 2010, p. 65)

Como formalismo, seu campo de atuação será essencialmente simbólico: será ela o “Estado imaginário ao lado do Estado real, o espiritualismo do Estado”, do qual advém o discurso inócuo sobre a proteção da sociedade civil, garantida, segundo Hegel, pela hierarquia, pela soberania das instituições, pela impassibilidade, a legalidade e a benevolência do funcionário, servindo de contrapeso espiritual ao mecanicismo de seu saber e ao seu trabalho efetivo. De fato, é possível identificar em Marx certo desdém pelo fenômeno, quando aprova, em Hegel, a caracterização do “verdadeiro espírito da burocracia” como “rotina de funções” ou “horizonte de esfera limitada”. Seu formalismo espiritual engendraria “um materialismo crasso, o materialismo da obediência passiva, da fé na autoridade, do mecanismo de uma atividade formal, fixa, de princípios, ideias e tradições fixos”. (MARX, 2010, p. 66)

Claude Lefort aprova, em Marx, a crítica à suposta neutralidade da burocracia, já que seu objetivo de fato seria manter a divisão social com o propósito de confirmar e justificar seu estatuto próprio de corpo particular e privilegiado da sociedade. Nesse sentido, o historiador censura a visão da burocracia como corpo essencialmente parasitário, presente, por exemplo, no ensaio *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, por desconsiderar a sua feição “necessária” no quadro da sociedade capitalista, seu serviço em favor da classe dominante. Deveria, nesse sentido, merecer maior atenção de uma crítica que se pretenda eficaz, no mesmo nível que o da organização capitalista. (LEFORT, 1979, p. 154-155)

O fato de Marx ter dedicado pouca atenção à burocracia não impediu que ele fosse responsável por conceitos dos mais produtivos na interpretação do fenômeno. Visto como um fim em si mesmo, como se o seu propósito final fosse a obediência pura ao regulamento, o trabalho burocrático é um trabalho alienado, desprovido de sentido e de motivação. Na visão do Lukács de *História e consciência de classe*, a burocracia implica uma “adaptação do modo de vida e do trabalho e paralelamente também da

consciência aos pressupostos socioeconômicos gerais da economia capitalista”, de modo similar ao que ocorre ao operariado. Implica, dessa maneira, “uma divisão semelhante, racional e humana, do trabalho em relação à técnica e ao mecanismo” tal como encontrado na empresa privada (LUKÁCS, 2012, p. 219-220):

Trata-se não somente do modo de trabalho inteiramente mecanizado e "insensato" da burocracia subalterna, que se encontra extraordinariamente próxima do simples serviço da máquina e, muitas vezes, chega a superá-la em vacuidade e uniformidade. De um lado, trata-se também da maneira cada vez mais formal e racionalista de lidar objetivamente com todas as questões de uma separação continuamente crescente da essência qualitativa e material das "coisas" às quais se refere a atividade burocrática. Por outro, trata-se de uma intensificação ainda mais monstruosa da especialização unilateral da divisão do trabalho, que viola a essência humana do homem (LUKÁCS, 2012, p. 220).

Em tempos mais recentes, faz-se necessário registrar o caráter polissêmico do termo “burocracia”, como fizeram Martin Albrow e Fred Riggs. Burocracia como organização racional (Weber), ou como ineficiência organizacional (Marx); como governo de funcionários (*rule by officials*), em sentido genérico, ou como sinônimo de administração pública; como a administração que é conduzida por funcionários, ou simplesmente como a própria organização/corporação; por último, burocracia como a essência da sociedade moderna – são estas as sete categorias desenvolvidas por Albrow (1970, p. 84-105), em sua exploração sobre o fenômeno. Riggs (1979) propõe uma síntese de 11 acepções do termo, que pouco acrescentam às de Albrow, quando o que aqui nos interessa é reter prioritariamente acepções mais pejorativas, como *organizational inefficiency* (Albrow), *bureaucratism* e *patho-bureaucracy* (Riggs).

Ambos os teóricos propõem a existência de uma tradição no discurso crítico contra a burocracia, em grande parte sustentado pela literatura europeia do séc. XIX (como veremos no próximo capítulo). Michel Crozier, outro especialista no tema, vê os escritos pós-weberianos sobre a burocracia como marcados por uma “ambiguidade fundamental”, entre pensar que o desenvolvimento das organizações burocráticas corresponde ao advento do mundo moderno da racionalização (sendo, por isso, “intrinsecamente superior às demais formas de organização”), e entre enxergar as

organizações como “Leviatãs” dedicados ao preparo da escravidão humana (CROZIER, 1981, p. 258). Contra essa convivência paradoxal, muitas vezes presente nos escritos de um mesmo autor, Crozier identifica em Robert K. Merton o precursor de um progresso decisivo na superação dessa ambiguidade.

Publicado originalmente em 1940 no periódico *Social Forces*, o artigo citado por Crozier, *Bureaucratic Structure and Personality* (MERTON, 1940), comenta a aplicação da burocracia weberiana ao contexto das organizações públicas e privadas, destacando inicialmente seus méritos, como a ênfase na precisão, sua rapidez, controle técnico, continuidade, discrição e “ótimas quotas de produção”. Ao elencar resultados positivos e as funções da burocracia, Merton pretende, na verdade, chamar a atenção para as pressões internas que afetam sua estrutura, ou seja, suas “disfunções”, invocando, em defesa de seus argumentos, os conceitos de “incapacidade treinada” (Veblen) e “psicose ocupacional” (Dewey). A “incapacidade treinada” refere-se ao produto de um treinamento sem flexibilidade, resultando em condicionamento desprovido da capacidade de distinção. Já a “psicose ocupacional” põe em destaque as manias, as preferências e antipatias desenvolvidas pelo indivíduo em um contexto de rotina laboral. Para superar essas deformações, o burocrata terá de cultivar a disciplina, sustentada por sentimentos “apropriados” quanto aos limites da autoridade e competência e a absorção da própria rotina:

Há, por assim dizer, uma margem de segurança na pressão exercida por esses sentimentos sobre o burocrata com a finalidade de moldá-lo a suas obrigações, assim como o engenheiro, ao efetuar os cálculos de resistência de uma ponte, toma a precaução de exagerar certas medidas. Essa ênfase produz uma transferência dos sentimentos dos fins da organização para os detalhes particulares da conduta exigida pelas normas. A submissão à norma, de início concebida como meio, transforma-se em um fim em si mesma. Trata-se do processo do deslocamento dos objetivos pelos quais "um valor instrumental se converte em valor final". (MERTON, 1978, p. 113)

Felizmente, os formadores de burocratas não constroem pontes, já que a submissão ao formalismo, como observado por Marx, é quase a regra, o que acaba resultando em deslocamento de objetivos, rigidez e incapacidade de ajustamento. A observação às normas de forma excessivamente rigorosa pode, inclusive, vir a interferir

na consecução dos fins da organização, desempenhando papel inverso ao que deveria em tese exercer. Para Merton, os mesmos elementos favoráveis à eficiência da burocracia são a causa da ineficácia em casos particulares. O autor ainda identifica os desdobramentos das principais disfunções, como a tendência do funcionário estável (característico da burocracia pública) ao conformismo, ao conservantismo, ao tecnicismo e ao corporativismo. Na observação estrita à regra, identifica uma tendência à sacralização dos atos (e mais uma vez lembramos Marx e sua qualificação da burocracia como uma “república de frades”).

O tema das disfunções da burocracia será retomado por outros autores após Merton, sob diversas denominações, das quais talvez a mais profícua seja *bureaupathology*, presente, por exemplo, na terminologia de Riggs (1978) e nos artigos de Caiden (1991) e Samier e Lumby (2010). Trata-se, como já observava Crozier, de incorporar o dado humano à rigidez do modelo, de modo que a síntese esteja entre a recusa instintiva e a aceitação do formalismo por necessidade e submissão. Por isso mesmo a representação ficcional da burocracia e do funcionário estará quase sempre voltada para essa dimensão do fenômeno, por se tratar da incorporação do aspecto humano ao modelo rígido. À literatura interessam especialmente as disfunções ou patologias da burocracia, de modo que seria pouco produtivo, por exemplo, procurar o “tipo ideal” weberiano do burocrata na representação ficcional do funcionário público. Afinal, mesmo quando se tratar de um funcionário adaptado, um “caxias”, estaremos diante de disfunções, como o apego excessivo às formalidades, ao regulamento, a falta de convívio social e de vida afetiva.

Antes, porém, de nos lançarmos a essas questões, convém discorrer brevemente sobre a evolução da burocracia em nação como a nossa, marcada pela colonização recente, pela instabilidade de suas instituições e sua desigualdade social.

* * *

No Brasil, o incremento e desenvolvimento da burocracia estatal têm três vogas historicamente identificadas. A primeira, fruto das reformas pombalinas do séc. XVIII,

com a formação de quadros administrativos em Lisboa e sua posterior atuação política no país (ABRÚCIO, PEDROTI e PÓ, 2010, p. 30). A segunda, com transferência da Corte Portuguesa, em 1808, o que viria a precipitar a decadência da antiga lavoura e a ascensão dos centros urbanos (HOLANDA, 1989, P.50). E a terceira associada à Revolução de 1930, com a formação de um Estado administrativo de inspiração racional-legal.

Como fenômeno predominantemente urbano e calcado na formação do Estado moderno, a burocracia estatal no Brasil estará necessariamente relacionada à era Vargas, o que não implica que ela inexistisse em períodos anteriores. Em seu estudo *Homens livres na ordem escravocrata*, Maria Sylvia de Carvalho Franco (1997) identifica um movimento contraditório na primeira metade do séc. XIX, em que o Brasil, por um lado, manifestava o propósito claro de burocratizar a administração, a fim de alicerçar a reforma fiscal e de ampliar as débeis finanças do Estado, e, por outro, sucumbia à sua própria falta de recursos, obrigando seus funcionários a arcar materialmente com os recursos para a realização de obras públicas imprescindíveis para a atividade econômica do próprio funcionário, formatando assim um vício de origem em nossa administração pública:

Essa mistura entre coisa pública e os negócios privados fundamenta, sem dúvida, a extensão do controle pessoal a todo o patrimônio do Estado. A passagem é rápida: o homem que sustenta com recursos particulares as realizações próprias do governo está subjetivamente pronto para considerar como seu o conjunto de bens públicos confiados à sua guarda. Por que não o faria? (FRANCO, 1997, p. 131)

Para Raimundo Faoro, seria preciso retroceder ainda mais para encontrar as raízes burocráticas da Nação, fincadas na “política de rédeas curtas” aplicada aos potentados rurais com o estatuto do governo local. O modelo municipalista de ocupação territorial durante a colonização teria estruturado uma “carapaça burocrática” de múltiplas funções, como o enfraquecimento da aristocracia, mediante a valorização do povo, a coleta de cobrança de rendas e tributos, a organização povoadora e o recrutamento de soldados nas necessidades de defesa (FAORO, 2001, p. 172). A

ordenação político-administrativa viria em função do objetivo do avassalamento da economia, de modo que a população já se formava sob as prescrições administrativas:

A colonização e a conquista do território avançam pela vontade da burocracia, expressa na atividade legislativa e regulamentar. Desde o primeiro século da história brasileira, a realidade se faz e se constrói com decretos, alvarás e ordens régias. A terra inculta e selvagem, desconhecida e remota, recebe a forma, do alto e de longe, com a ordem administrativa da metrópole. (FAORO, 2001, p.174)

O funcionalismo se organizaria sob as instâncias do governo-geral e do municipal, cada grupo respondendo diretamente a sua instância. Organizadas em torno do pelourinho, instrumento e símbolo da autoridade, sob a proteção do rei (cobrador de impostos) e do padre (vigia das consciências), as vilas multiplicariam-se-iam nas praias e nos sertões, ao sabor da vontade da burocracia, expressa na atividade legislativa e regulamentar (FAORO, 2001, p.174). Tal crescimento, longe de significar maior controle administrativo do Governo Central, engendrou um governo “sem lei e sem obediência, à margem do controle, inculcando ao setor público a discricção, a violência, o desrespeito ao direito. Privatismo e arbítrio se confundem numa conduta de burla à autoridade, perdida esta na ineficiência“. (FAORO, 2001, p. 231)

Inspirada na abordagem de Faoro sobre a gênese do patronato brasileiro, Gilda Portugal Gouvêa propõe quatro matrizes fundamentais para o entendimento da formação da burocracia no Brasil: sua constituição como colônia extrativa escravista, sem mercado consumidor; o absolutismo português como centralizador das decisões; o sistema baseado no poder local, embrião da administração privada; e o sistema personalizado de relações, inicialmente calcado em lealdades fortes e na obediência subserviente, depois engendrando as práticas clientelísticas que resistem, em parte, até hoje (GOUVÊA, 1994, p. 79). A origem da burocracia no Brasil terá, nesse sentido, caráter fiscal e repressor, empenhada que estava na cobrança dos impostos e na concentração das riquezas, em nome da Coroa.

O período pós-revolução de 1930 é reconhecido como o momento da ruptura mais efetiva desse esquema tradicional, já que mesmo a Primeira República teria

mantido seus compromissos com o poder local privado, a baixa industrialização e as práticas clientelistas. Sobre a criação deste “novo” Estado, diz Gouvêa:

O Estado que surgia era um Estado administrativo, que procurava falar a língua racional-legal, com a montagem de aparelhos modernos, com a implantação de carreiras em bases meritocráticas, com a classificação de cargos. Era um Estado que criava uma burocracia, procurando incorporar pessoas da nova classe média urbana, burocracia esta que crescia quantitativamente, na medida em que crescia a pressa em recuperar o tempo perdido. Mas era um Estado que não resistia às pressões clientelísticas, e que, para impor o seu poder de dominação, usava, sem medo, estratégias informais como a criação de uma estrutura administrativa paralela ou de inúmeros cargos "extranumerários" para atender aos crescentes pedidos de emprego, repetindo práticas que vinham da fase em que predominava a forma de dominação tradicional, como diria Weber. (GOUVÊA, 1994, p. 80)

Coincidentemente ou não, a década de 1930 será talvez a década de ouro do pequeno funcionário em nossa ficção. Será ele presença frequente em uma categoria mais ampla, a categoria dos “fracassados” detectada por Mário de Andrade, ao calor da hora, e estudada por Luís Bueno (2006), em sua história do romance de 30. A manifestação que Bueno denomina “espírito pós-utópico” enquadra-se na frustração da intelectualidade com as promessas não cumpridas descritas por Gouvêa.

Poderíamos prosseguir com o retrospecto da burocracia no país, abordando, por exemplo, as “gramáticas” que, segundo Edson Nunes (2003), estruturam os laços entre sociedade e Estado, mormente no período pós 1930: o clientelismo, o corporativismo, o insulamento burocrático e o universalismo de procedimentos. Temos de avançar, no entanto, nas demais frentes da pesquisa para chegar ao seu objeto final, o texto literário. Passemos, portanto, à abordagem da figura do escritor-funcionário.

O escritor-funcionário

“O birô marcou-me”.
(Cyro dos Anjos, *A menina do sobrado*)

Fosse definida não pelo que a constitui, mas pelo que a contradiz, a literatura seria uma forma de oposto, de negação à burocracia. Nos termos de Antonio Candido (1987, p.163), a criação literária tem como condição necessária uma carga de liberdade extraordinária, que transcende as nossas servidões. Por que andam tão juntas, então, a literatura e a servidão burocrática? Talvez por uma negar a outra e por se afirmarem mutuamente, por contraste. Ou então por a criação ficcional estar muitas vezes associada à experiência de vida dos criadores, experiência esta frequentemente vinculada ao trabalho burocrático nas repartições públicas.

“Estou farto do lirismo comedido/ do lirismo bem comportado/ Do lirismo funcionário público com livro de ponto expediente protocolo e manifestações de apreço ao Sr. diretor”, sintetiza Manuel Bandeira, em sua famosa “Poética”. O “lirismo funcionário público”, que normatiza, formata e conforma a experiência, é o que o poeta recusa e achincalha. A este se opõe “o lirismo dos loucos/ O lirismo dos bêbedos/ O lirismo difícil e pungente dos bêbedos/ O lirismo dos *clowns* de Shakespeare”. E, no entanto, quantos de nossos poetas e prosadores não teriam concebido e rematado suas obras nos *bureaus* de alguma repartição pública, escrevendo no verso de papel timbrado?

Ángel Rama, ao tratar das “bases econômicas” da literatura latino-americana, sustenta que neste contexto ninguém, salvo raras exceções, vive de seu trabalho de criador, e que, mesmo quando isso acontece, é na forma de “subsídio” a uma vida toda dedicada à atividade. Embora não se trate de uma exclusividade da América Latina, é nesta que, ainda segundo o crítico uruguaio, a impossibilidade de especialização absoluta ocorre de modo mais amplo e rigoroso (RAMA, 1964, p.49). Decorre dessa condição a constatação de que o escritor latino-americano vê-se historicamente sujeito a dupla jornada, uma voltada para a sobrevivência, outra para a criação. Primeiro teriam sido os advogados e médicos do séc. XIX, seguidos pelos professores e técnicos,

substituindo os setores clericais no trabalho intelectual. Durante o séc. XX, os escritores latino-americanos continuariam mais dedicados a tarefas alheias às de criação, atuando como profissionais universitários, professores, burocratas, jornalistas (RAMA, 1964, p.49). Trabalhando principalmente no meio urbano, no qual se concentra a oferta dessas atividades, não deixariam também de incorporar a suas obras aspectos temáticos e estilísticos relacionados a seu meio social e profissional.

No caso específico do Brasil, o vínculo dos escritores com o serviço público foi tão evidente, a ponto de motivar um de seus mais ilustres representantes, Carlos Drummond de Andrade, a qualificar a literatura brasileira como uma “literatura de funcionários públicos” (ANDRADE, 1952, p. 113). Na crônica de nome sugestivo – “A rotina e a quimera” – Drummond discute a má fama do literato-funcionário, que desperdiçava o tempo reservado aos interesses da nação no trato de “quimeras pessoais”, e o *status* dessa figura no contexto da sociedade brasileira. O atrativo da condição funcionária estaria na mediania socioeconômica que o literato encontra no serviço público e que lhe possibilita exercer, sem grandes percalços, a sua necessidade criadora. Protegido pela organização burocrática, encontraria espaço para criar e retribuir à sociedade com a sua criação. Em defesa desses argumentos, Drummond apresenta uma extensa lista de literatos-funcionários, muitos dos quais de lembrança hoje obscura, outros bem mais conhecidos, como Gonçalves Dias, Raul Pompéia, José Veríssimo, Aluísio Azevedo, Olavo Bilac, Alberto de Oliveira, Gonzaga Duque e Lima Barreto. A lista exemplificaria, ainda que de improviso, o que as letras nacionais devem à burocracia, e como esta se engrandece com aquelas. (ANDRADE, 1952, p. 113 – 114)

Em outra de suas crônicas, ao abordar a obra do então recém falecido João Alphonsus, Drummond sugere que nossos escritores sejam estudados “em relação com suas atividades práticas.” No caso, Drummond visava o trabalho de escritório, ou o “vinco burocrático” presente na obra de João Alphonsus. Não que o poeta assumisse qualquer pretensão de determinar a obra pelo gênero de vida do autor, mas que a

significação deste gênero na “mecânica literária” e na personalidade artística poderia prestar um auxílio importante na apreciação das obras. (ANDRADE, 1952, p.175)

Bem antes de Drummond ou Ángel Rama, porém, nossos escritores já refletiam sobre os efeitos da condição funcionária no “talento natural” daqueles que a ela sucumbiam, como é possível observar no excerto da peça *O noviço* (1845), de Martins Pena:

Este nasceu para poeta ou escritor, com uma imaginação fogosa e independente, capaz de grandes cousas, mas não pode seguir a sua inclinação, porque poetas e escritores morrem de miséria, no Brasil... E assim o obriga a necessidade a ser o mais somenos amanuense em uma repartição pública e a copiar cinco horas por dia os mais soníferos papéis. O que acontece? Em breve matam-lhe a inteligência e fazem do homem pensante máquina estúpida, e assim se gasta uma vida! (PENA, 2004, p. 32-33)

A situação de penúria econômica dos escritores do séc. XIX constitui uma tópica de nossos poetas românticos, refletindo-se muitas vezes em sua produção. Para Marisa Lajolo e Regina Zilberman, a queixa recorrente sobre o lugar periférico da poesia envolve significados mais concretos, ao reiterar a falta de condições materiais para a criação literária e o caráter improdutivo da arte (LAJOLO e ZILBERMAN, 2002, p. 124). Tomada de empréstimo dos românticos europeus, essa tópica da desimportância da poesia teria se adaptado com mais propriedade ao contexto brasileiro, já que diretamente vinculada às condições materiais de criação e veiculação das obras no país. A solução paliativa para o poeta pedinte seria, não raras vezes, o cargo público de médio ou baixo escalão, conseguido por meio das relações de proximidade com as oligarquias. Para essa pequena parcela da população livre, constituída por homens letrados oriundos da classe média urbana, a inserção social dependia muito mais de “laços afetivos” do que propriamente de sua competência.

No romance *Senhora*, de José de Alencar, encontramos a descrição da carreira pública como um estado de “vegetação social, em que tantos homens de talento consomem o melhor da existência numa tarefa inglória, ralados por contínuas decepções” (ALENCAR, 2011, p.53). Publicado em 1875, em fins do Império, o

romance explicita nesse trecho uma visão que viria a perdurar durante a República, de um funcionalismo público apático e impotente, preso a compromissos clientelistas e a um burocratismo de poucos resultados. A apresentação de Seixas, no início do romance, traz mais detalhes a respeito:

Seixas era homem honesto; mas ao atrito da secretaria e ao calor das salas, sua honestidade havia tomado essa têmpera flexível da cera que se molda às fantasias da vaidade e aos reclamos da ambição.

Era incapaz de apropriar-se do alheio, ou de praticar um abuso de confiança; mas professava a moral fácil e cômoda, tão cultivada atualmente em nossa sociedade.

Segundo essa doutrina, tudo é permitido em matéria de amor; e o interesse próprio tem plena liberdade, desde que transija com a lei e evite o escândalo. (ALENCAR, 2011, p.72)

A expressividade da passagem, em grande parte, é devida ao retrato moral do arrivista: “a têmpera flexível da cera que se molda às fantasias da vaidade e aos reclamos da ambição”. O personagem Seixas irá enveredar para atividades mais intelectuais, ligadas ao jornalismo, já que o ambiente da repartição reservava poucas perspectivas de ascensão e sucesso. Será este um traço comum à figura do funcionário público na literatura: a imobilidade, a estaticidade que, se em parte traz segurança, em outra se traduz em acomodação, falta de perspectiva. Também merece destaque a influência nociva do ambiente da repartição, o atrito da secretaria ajudando a moldar a cera das conveniências.

Nosso maior escritor-burocrata, Machado de Assis, também deixou contribuições ao tema em sua ficção, seja tratando de altos cargos legislativos e militares, seja esboçando a condição do pequeno funcionário no limiar da República. Elizabeth Hazin (GUEDES e HAZIN, 2006) faz um levantamento de personagens funcionários públicos nos contos de Machado de Assis, identificando ministros, diplomatas, desembargadores, deputados, professores, militares e simples burocratas. Sem demérito para o trabalho da pesquisadora, teria ficado de fora do levantamento uma das figuras mais emblemáticas do funcionalismo tupiniquim, a do amanuense Barreto, protagonista do conto “O caso Barreto”, publicado originalmente em *A Estação*, em 15

de março de 1892. O conto nos apresenta a figura desse pequeno funcionário que, incumbido pelo chefe de seção de providenciar com urgência a cópia de um documento, acaba seduzido por divagações sobre um futuro glorioso e pela vadiagem das ruas, isso quando supostamente estaria a caminho do trabalho. A narrativa se encerra logo após Barreto adentrar uma charutaria e iniciar conversação com amigos, dando a entender que, naquele dia, não haveria expediente para o amanuense. É logo no início do conto, porém, que são apresentadas as suas principais características:

Costumava acordar às oito e meia ou nove horas, sempre que se recolhia às dez ou onze da noite; mas, andando em teatros, bailes, ceias e expedições noturnas, acordava geralmente às onze horas da manhã. Em tais casos, almoçava e ia passar o resto do dia na charutaria do Brás, Rua dos Ourives. A reputação de vadio, preguiçoso, relaxado, foi o primeiro fruto desse método de vida; o segundo foi não andar para diante. Havia já oito anos que era amanuense; alguns chamavam-lhe o marca-passo. Acrescente-se que, além de falhar muitas vezes, saía cedo da repartição ou com licença ou sem ela, às escondidas. Como é que lhe davam trabalhos e trabalhos longos? Porque tinha bonita letra e era expedito; era também inteligente e de compreensão fácil. O pai podia tê-lo feito bacharel e deputado; mas era tão estroina o rapaz, e de tal modo fugia a quaisquer estudos sérios, que um dia acordou amanuense. (MACHADO DE ASSIS, 1960, p. 9-10)

“Acordar amanuense” é tudo o que Barreto gostaria de ter evitado, desde que fosse dispensável qualquer espécie de esforço. O parentesco com o Seixas de José de Alencar é evidente, faltando ao pobre Barreto, no entanto, um pouco da sorte que acompanha o noivo de Aurélia Camargo. Ambos são filhos de famílias distintas, porém decaídas; sem formação superior, em parte pela dificuldade financeira dos pais, outra pela indolência congênita, só lhes resta contar com a influência paterna nos círculos medianos do poder. No caso de Seixas, essa influência é póstuma, sendo a sua entrada no serviço público patrocinada por amigos do pai já falecido. O patronato será uma das marcas do acesso ao serviço público no Brasil que não passará despercebida pela literatura.

No conto de Machado, a estaticidade também faz parte do carma do funcionário, ainda que o apelido de “marca passo” seja mais consequência do comportamento do

personagem que da função por ele exercida. A pecha de vagabundo ou de parasita dos recursos do Estado terá grande fertilidade no repertório popular, com reflexos na produção literária, ou vice-versa, ajudando a compor o perfil do pequeno burocrata: amanuense, copista ou escriturário, sem formação superior, situação econômica precária, indicado para o serviço por influência familiar, da qual seria frequentemente um ramo socialmente decaído.

A visão dos sociólogos

Essa visão do funcionário público como um decaído também aparece em Joaquim Nabuco, que vê na expansão desordenada dessa “classe” uma das graves mazelas do escravismo. “Grande asilo das fortunas desbaratadas da escravidão”, o funcionalismo seria a única porta aberta para os deserdados desse sistema, já que caminhos alternativos como a indústria, a imprensa, a ciência e a literatura não passavam ainda de vielas:

Das classes que esse sistema fez crescer artificialmente, a mais numerosa é a dos empregados públicos. A estreita relação entre a escravidão e a epidemia do funcionalismo não pode ser mais contestada que a relação entre ela e a superstição do Estado-providência. Assim como, nesse regímen, tudo se espera do Estado, que, sendo a única associação ativa, aspira e absorve pelo imposto e pelo empréstimo todo o capital disponível e distribui-o, entre os seus clientes, pelo emprego público, sugando as economias do pobre pelo curso forçado, e tornando precária a fortuna do rico; assim também, como consequência, o funcionalismo é a profissão nobre e a vocação de todos. Tomem-se, ao acaso, vinte ou trinta brasileiros em qualquer lugar onde se reúna a nossa sociedade mais culta; todos eles ou foram ou são, ou hão de ser, empregados públicos; se não eles, seus filhos. (NABUCO, 2010, p. 84)

Raymundo Faoro (1988), citando essa mesma passagem de Nabuco, vê na tese “evidente exagero” e “distorcida visão”, sem notar que também comete uma distorção. Diz Faoro que, para Nabuco, “o funcionalismo público seria subproduto do regime escravocrata”, quando a causa seria na verdade bem outra, fundada em duas colunas: “a ausência de indústria, sem a abertura de perspectivas econômicas, e a natureza da

estrutura político-social do Estado” (FAORO, 1988, p. 302). Joaquim Nabuco não só não ignora tais causas como não fala em gênese, mas em “crescimento artificial” da classe do funcionalismo mediante o fenômeno da escravidão.

A sociedade “mais culta”, portanto, e que teve suas fortunas consumidas durante o processo de transição da escravidão para o trabalho assalariado, irá prover cidadãos aptos ao serviço público. Para o sociólogo Décio Saes, no entanto, seriam várias as decadências a arrastar os filhos da oligarquia decaída para a carreira pública. Apoiado no caráter cíclico das economias primário-exportadoras brasileiras, Saes (1975, p. 32) defende que o fim de cada ciclo determinaria a decadência e o empobrecimento da camada aristocrática surgida durante o período ascensional daquele ciclo. O *status* social e o prestígio político conquistados fariam com que essa camada escapasse do fantasma da proletarização, com seus filhos engrossando as fileiras dos quartéis e ocupando os *bureaus* das repartições públicas, graças ao empenho de parentes e amigos bem colocados.

Saes também aponta como atrativo para a carreira burocrática o estigma das atividades manuais imposto pela escravidão. O período de consolidação de um Estado nacional (1822 a 1850) viria a requerer a construção de uma “poderosa máquina burocrática e repressora”, o que iria resultar em “um novo tipo social que ocupa uma posição intermediária entre o grupo de proprietários rurais e a grande massa escrava.” (SAES, 1975, p. 32) É o que o autor identifica como a origem das “camadas médias urbanas” no Brasil, caracterizadas por sua heterogeneidade (dos pontos de vista de sua origem, profissional e racial¹⁰) e sua inexpressividade numérica, o que teria dificultado o seu reconhecimento como grupo “para si” e a construção de um projeto político próprio em torno de seus interesses.

A tese será parcialmente retomada por Sérgio Miceli para tratar da cooptação dos intelectuais brasileiros pelo regime Vargas, no trabalho intitulado *Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil*, originalmente sua tese de doutorado, defendida em 1978.

¹⁰ No caso, o termo “racial” refere-se especificamente à participação de imigrantes europeus na formação das camadas médias urbanas. Ver Saes (1975, p. 41).

Focando as relações entre intelectuais e classes dirigentes no período de 1920 a 1945, Miceli (2001) vê no ingresso da elite cultural no serviço público um processo de rearranjo na composição de forças das classes dirigentes frente à derrocada do regime oligárquico da primeira República e a instauração de uma nova ordem política pela Revolução de 1930.

Em seu estudo, Miceli aborda três setores em expansão que estariam em condições de abrigar os postulantes a carreiras intelectuais: as organizações partidárias e instituições culturais vinculadas à oligarquia paulista; o mercado editorial, em pleno crescimento durante o período; e o serviço público, cujos postos de destaque seriam em grande parte ocupados por intelectuais, escritores e artistas, pertencentes a famílias de “parentes pobres” da oligarquia. A distribuição desses entre as diferentes carreiras possíveis estaria associada, primeiro, à posição de suas famílias em relação à classe dirigente, e, segundo, ao montante e aos tipos de capital escolar e cultural de que dispunham. Um menor ou maior capital social da família determinaria inclusive o direcionamento da produção desses intelectuais: os pertencentes aos ramos destituídos arriscar-se-iam em gêneros como o romance social/introspectivo, enquanto os herdeiros da fração dominante optariam por modalidades politicamente mais rentáveis, como os escritos políticos e jurídicos. Como fonte para a obtenção dessas informações, Miceli recorre à própria produção memorialística e à correspondência dos autores abordados, argumentando que, se nessas produções os intelectuais insistem em descrever as circunstâncias de sua atração pelo trabalho simbólico, “é porque não conseguem ocultar de todo os rastros que possibilitam reconstruir as determinações sociais de sua existência”. (MICELI, 2001, 83)

Com relação ao ingresso no serviço público dos filhos decaídos da classe dirigente, o autor defende que isso lhes teria permitido “resgatar o declínio social a que se viam condenados, assumindo diferentes tarefas na divisão do trabalho de dominação” (MICELI, 2001, 83). Haveria um “padrão de troca” entre a decadência econômica da oligarquia pré-1930 e a dependência patrimonial que esta desenvolve em

relação ao Estado, que comprava não apenas os serviços, mas a teia de servidões advinda dessa relação.

À tese de Miceli não faltarão críticas, a começar por Antonio Candido, integrante da banca de defesa do doutorado e prefaciador do livro, quando de sua publicação em 1979. Caso raro de prefácio não laudatório, o texto de Candido é propositalmente ambíguo, ora depreciativo de seu próprio ponto de vista, biograficamente comprometido com os escritores abordados por Miceli, ora cheio de alfinetes contra o método do prefaciado:

A sua maneira de trabalhar depende do que se poderia chamar a formação da perspectiva histórica, no suceder de uma geração pela outra. Ele fala de homens catalogados, quase sempre remotos para ele, autores de livros que leu sem associá-los à figura e ao gesto de quem os escreveu; que se tornaram objeto de informação contra ou a favor, e que ele avalia por comparação, por redução aos conceitos, conforme a necessidade de argumentar. Numa palavra, Miceli já dispõe de uma perspectiva temporal, que permite certo afastamento e, portanto, o olhar sem paixão e quem sabe sem “piedade”. Mais uns anos e quase todos esses homens serão vinte linhas esquematizadas e arbitrárias numa enciclopédia, sem sopro nem movimento. (CANDIDO, 2001, p. 72-73)

O sociólogo Daniel Pécaut, em trabalho sobre contexto e período similares, questiona em Miceli a mecânica estabelecida entre as convicções políticas dos intelectuais e as conveniências de acesso aos empregos, ou entre a condição de decadência social e a opção por uma missão política. Para Pécaut, a politização dos intelectuais não foi pretexto para a promoção de interesses próprios, e sim a expressão de sua conversão à ação política. Nesse sentido, a geração dos anos 25-40 não teria solicitado a mão protetora do Estado, mas, ao contrário, teria demonstrado disposição para auxiliá-lo na construção da sociedade em “bases racionais”. (PÉCAUT, 1990, p. 21-22)

Merece ser lembrada também a reação de Carlos Drummond de Andrade, um dos citados por Miceli como exemplo de “escritor-funcionário”¹¹, por conta da publicação de *Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil* e de uma resenha sobre o estudo em revista semanal de grande circulação. A nota de Drummond foi publicada em sua coluna no *Jornal do Brasil*, com o subtítulo “Esclarecimentos”:

Em livro recente, *Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil*, o sociólogo Sérgio Micelli (sic) me coloca entre os escritores que, “situados entre os objetos de devoção da crítica militante nos aparelhos de celebração que circulam entre as painéis de letrados, buscam minimizar o quanto suas obras devem aos laços clientelísticos de que são beneficiários”. Cita mais dois nomes: Rodrigo M. F. de Andrade e Augusto Meyer. Fiquei em excelente companhia, mas a exemplificação é inteiramente errada. Nenhum de meus dois ilustres companheiros procurou minimizar o que de resto não existiu, e creio que as pessoas de boa fé pensarão o mesmo de mim. Rodrigo e Meyer (o primeiro, esquivando-se de todas as maneiras a aparecer como escritor) dirigiram serviços culturais com independência e competência, e nada devem ao Estado nem ao sistema de clientelas políticas. Quanto a mim, simples auxiliar de confiança de Gustavo Capanema, de quem sou amigo desde os bancos escolares, exerci mera função burocrática, destituída de qualquer implicação política ou ideológica, sem vinculação direta ou indireta com Getúlio Vargas. Capanema passou a ser, em 1937, Ministro do Estado Novo? Na verdade, antes e depois desse ano, foi sobretudo um promotor de cultura nada oficial, pois aberta à livre criação e às inquietações e indagações de seu tempo. Por isso mesmo, foi combatido no interior do próprio sistema. Posso dizer, sem jactância, que também eu nada fiquei devendo à política de clientela. A Revista *Veja* tirou ilações maliciosas do livro de Micelli, mas isto não altera a verdade do que foi exposto acima. Tenho dito, e desculpem os leitores este capítulo de menor importância. (JORNAL DO BRASIL, 23 de fevereiro de 1980)

¹¹ A distinção entre “escritor-funcionário” e “funcionário-escritor”, sugerida por Drummond na crônica “A rotina e a quimera”, é encampada por Miceli, que trata os termos como categorias. “Escritor-funcionário” seria aquele que, por gozar de amizade com políticos estaduais que foram alçados a funções de dirigentes do primeiro escalão do regime Vargas, seriam convocados a assumir postos relevantes junto ao *staff* desses dirigentes. Exemplos do escritor-funcionário, além do próprio Drummond, seriam Augusto Meyer e Rodrigo Melo Franco de Andrade. Já o “funcionário-escritor” teve de iniciar carreira na capital federal sem contar com o apoio de uma “panela” bem situada. Na maioria das vezes originário de estados periféricos, seria ele um migrante em busca de um lugar ao sol. Osvaldo Orico, Herman Lima e Peregrino Jr. seriam exemplos de funcionários-escritores. Ver a respeito Miceli (2001, p. 231-237).

Também Antonio Candido, no prefácio citado, sai em defesa de Drummond, sustentando que o poeta “serviu”¹² ao Estado Novo como funcionário, sem por isso alienar a menor parcela de sua dignidade mental, e que durante o período em que esteve no gabinete do ministro Gustavo Capanema teria publicado os versos políticos revolucionários de *Sentimento do mundo* (1940) e *Rosa do povo* (1945).

A visão dos escritores

Hoje, sob a perspectiva histórica, a justificativa de Drummond talvez não pareça suficiente, assim como talvez seja difícil aceitar que o exercício de função burocrática de alto escalão possa ocorrer sem qualquer implicação política ou ideológica. A questão da cooptação dos intelectuais pelo Estado também não satisfaz como explicação do vínculo entre a literatura e a burocracia no Brasil. Afinal, quando se trata da produção ficcional desses escritores-intelectuais – melhor dizer, da produção que assume como tema principal ou secundário o serviço público e seus agentes – é difícil encontrar qualquer traço de submissão ao ideário político de um Estado “eficiente”, aspiração partilhada por diferentes governos, dos mais democráticos aos mais autoritários.

Fato é que Drummond, muito antes do estudo de Miceli e de sua própria nota de esclarecimento, já reconhecia que o “monstro estatal” exige de todos que dele se aproximam uma “standardização cruel” e “uma renúncia ao que têm de melhor em si para servi-lo”. (MIRANDA, 2012, 83) O desabafo consta de correspondência com Cyro dos Anjos, datada de 4 de agosto de 1936 – anterior, portanto, ao golpe getulista que instituiu o Estado Novo. Ambos, Cyro e Drummond, ainda serviriam por muito tempo a esse monstro estandardizador, e talvez só quem tenha vivido situação semelhante saiba reconhecer o fundamento dessa renúncia ao que se tem de melhor. Não são perdas objetivas, computáveis, mas um sentimento íntimo que muitas vezes encontra sua melhor expressão nos registros dos escritores-funcionários. Como os versos do próprio Drummond, ao final de “Confidência do Itabirano”:

¹² Para Antonio Candido, Sergio Miceli teria ignorado a distinção necessária entre os intelectuais que “servem” e os que “se vendem” ao Estado. Drummond faria parte do primeiro grupo.

Tive ouro, tive gado, tive fazendas.
Hoje sou funcionário público.
Itabira é apenas uma fotografia na parede.
Mas como dói!

Ou os do acerto de contas “Escravo em Papelópolis”, no livro póstumo *Farewell*
(1996):

Ó burocratas!
Que ódio vos tenho, e se fosse apenas ódio...
É ainda o sentimento
da vida que perdi sendo um dos vossos.

A especialização no tema faz com que Drummond seja até invocado por João Cabral, acerca do que fazer da "vida funcionária":

Difícil ser funcionário
Nesta segunda-feira.
Eu te telefono, Carlos
Pedindo conselho.

Não é lá fora o dia
Que me deixa assim,
Cinemas, avenidas,
E outros não-fazeres.

É a dor das coisas,
O luto desta mesa;
É o regimento proibindo
Assovios, versos, flores.

Eu nunca suspeitara
Tanta roupa preta;
Tão pouco essas palavras –
Funcionárias, sem amor.

Carlos, há uma máquina
Que nunca escreve cartas;
Há uma garrafa de tinta
Que nunca bebeu álcool.

E os arquivos, Carlos,
As caixas de papéis:
Túmulos para todos
Os tamanhos de meu corpo.

Não me sinto correto

De gravata de cor,
E na cabeça uma moça
Em forma de lembrança

Não encontro a palavra
Que diga a esses móveis.
Se os pudesse encarar...
Fazer seu nojo meu...

Carlos, dessa náusea
Como colher a flor?
Eu te telefono, Carlos,
Pedindo conselho.

Há, nas passagens e no poema citado, uma forte oposição entre o “lá fora” e o “aqui dentro”; entre o que a vida era e o que ela acabou sendo, ou entre o que ela foi de fato e o que poderia ter sido. Em João Cabral, temos o ambiente de luto da repartição a contrastar com a gravata colorida, a morbidez do equipamento burocrático, o mesmo equipamento que, quando utilizado na escrita criativa, assume significação diferente. A incomunicabilidade, a falta de palavra diante das palavras-funcionárias – um choque, enfim, diante da burocracia em estado puro. O diálogo com Drummond, em intertexto explícito com o poema “A flor e a náusea”, refaz o percurso do poeta, trocando, porém, a cidade indiferente pela esfinge da repartição, que se mostra ainda mais impenetrável que o asfalto urbano.

Na prosa memorialística, Pedro Nava, ao relatar a sua iniciação em uma repartição pública, fornece-nos uma imagem similar à do poema de Cabral, além de uma hipótese sobre a motivação dos escritores-funcionários para criar histórias sobre a repartição:

A impressão da vida funcionária sobre minha natureza até então em constante mudança, aquela entrada num ramerrão repetido dia a dia e duma igualdade de encher linguiça, foi uma das mais fundas impressões de minha vida. Durou tanto (dura até hoje) que em 1949 cheguei a tentar o início de um romance burocrático que, por várias circunstâncias, ficou em suas primeiras páginas – páginas que não deixam de ser um pouco das camadas profundas de mim mesmo, de onde veio a ideia de escrever estas memórias. (NAVA, 2013, p. 61)

O romance burocrático inacabado de Nava é reproduzido como anexo ao volume *Beira-Mar*, e resume-se a meia dúzia de páginas sob o sugestivo título *Sete palmas de terra translúcida*, narrando o momento da chegada do café em uma repartição de Estado. O esboço de romance permite entrever que a opção do jovem Nava seria pelos tipos cômicos e pelo raro tema da presença feminina na repartição.

Também Cyro dos Anjos, em sua obra memorialística, reflete a respeito do que chama “diabólico birô”, com poderes de mudar o local de seu suplício, mas não o suplício. O capítulo 39 “O birô, o espelho” de *A menina do sobrado* consiste de elucubrações similares às de Drummond na crônica “A rotina e a quimera”, porém com estratégias distintas. Frente ao espelho mágico da consciência, a pergunta que orienta as reflexões de Cyro resume-se a saber se o trabalho burocrático teria prejudicado ou viabilizado a criação artística, se haveria do que se lamentar pelos trinta anos de dedicação ao serviço público. A conclusão só poderia ser melancólica:

Investigo. Pondero. Não há o que lamentar. E isso porque, dissipadas as antigas veleidades, vejo-me cômico, não sem uma ponta de amargura, de que nenhum detrimento adveio às letras nacionais disso de haver sido eu forçado a lhes sonegar algum suplementar produto do meu fraco engenho. Tanto mais quanto não poderia eu garantir que o hipotético produto viesse a lume, caso me fossem prodigalizados os vagares com que o literato sonha. O pouco que eu tinha a dizer foi dito. O mais seria crescimento vegetativo. (ANJOS, 1994, p. 417)

Mesmo que o autor tenha reservado palavras simpáticas ao papel do birô e a seus habitantes, ficam registradas as “más lembranças”, a “dissipação das energias do espírito em tarefas tão desconstruídas, sufocantes e, sobretudo, alheias às minhas [suas] inclinações naturais.” (ANJOS, 1994, p. 417) Não deixa de ser sugestivo o fato de Cyro dos Anjos ter decidido encerrar suas memórias com o ingresso na carreira burocrática, quando sequer havia chegado aos trinta anos. O autor até reconhece, ao final de *A menina do sobrado*, que, após abordar o “país da infância” e o da adolescência, o passo natural seria tratar em seguida do casamento, dos filhos e do birô, com a passagem pela administração e pela política. No entanto, prefere calar a

pena, tornar-se “puro leitor”. Como se o personagem Belmiro Borba estivesse novamente a dizer: “a vida parou e nada mais há para escrever”. (ANJOS, 2006, p. 228)

Prevalece, nos textos citados, uma imagem do serviço burocrático que reafirma a visão do escritor-funcionário como um decaído. Não apenas aquele da elite agrária e escravista, e que viria ajudar a compor as camadas médias dos centros urbanos. Também aquele decaído pelo pacto fáustico selado com o emprego público. Submetidos à rotina do serviço burocrático em troca do sustento material, esses escritores amargariam o aprisionamento na repartição e o conseqüente "ramerrão" de que nos fala Pedro Nava, sem deixar, porém, de dar vazão à fantasia da quimera. Confinados a maior parte do dia ao ambiente da repartição, fariam dela seu laboratório, explorando elementos como o espaço, a linguagem, os ritos, os trâmites e, principalmente, os personagens do cotidiano. Não estariam sozinhos nessa empreitada, frente a outras culturas e outras nacionalidades, nem seriam os primeiros a fazê-lo, como se pretende demonstrar no próximo capítulo.

2. O funcionário na narrativa de ficção: um tema transnacional

Quem nos fala sobre uma constelação literária de copistas é o filósofo Giorgio Agamben (2008), em seu estudo sobre *Bartleby, o escrivão*, de Herman Melville. Além do próprio e enigmático personagem que dá nome à novela do autor de *Moby Dick*, pertenceriam também a este agrupamento os astros gêmeos Bouvard e Pécuchet, da obra homônima de Gustave Flaubert, o personagem Simon Tanner, de Robert Walser, o príncipe Míchkin, de Dostoiévski, e os anônimos chanceleres dos tribunais kafkianos. Em destaque, como referência sempre fixa dessa constelação, a estrela polar Akáki Akákievitch, do conto “O capote”, de Nikolai Gógol.

Interessa a Agamben, porém, a constelação filosófica de Bartleby, e não a literária, que permanece apenas sugerida em seu texto. Para o filósofo italiano, Bartleby, “como escriba que cessou de escrever, [...] é a figura extrema do nada de onde procede toda a criação e, ao mesmo tempo, a mais implacável reivindicação deste nada como pura, absoluta potência.” (AGAMBEN, 2008, p. 25) Para o contexto presente, porém, interessa retomar o esboço da constelação literária de Agamben e, desde que possível, deslocar seu ponto central de interesse para a figura do pequeno funcionário ocupante de um cargo público. Começando pela literatura russa do séc. XIX, que nos deu a “estrela polar” dessa constelação.

O tchinovnik russo

O amalucado pequeno funcionário de “Diário de um louco” (1835), de Nikolai Gógol; o assessor colegiado Kovaliov, de “O nariz” (1836), e o “eterno conselheiro titular” Akáki Akákievitch, em “O capote” (1842), ambos também de Gógol. O miserável copista Makar Diévuchkin, em *Gente pobre* (1845), e o desafortunado conselheiro titular Golyádkin, em *O duplo* (1846), de Dostoiévski. O funcionário subalterno Ivan Matviéitch,

da sátira “O crocodilo” (1864), também de Dostoiévski. O burocrata que “salpica” um superior, ao espirrar durante uma sessão teatral, em “A morte do funcionário” (1883), de Tchekhov. Iván Ilitch, funcionário de assuntos especiais que ascende ao cargo de Procurador, em “A morte de Iván Ilitch” (1886), de Tolstói – para ficar somente em algumas das obras da literatura russa do séc. XIX traduzidas para o Português e que possuem funcionários do Estado como protagonistas.

A designação, pelos próprios autores, de cargos ou funções para a maioria dos personagens citados corresponde a uma pequena parcela do que Weeks e Kecht (1982) identificam como “primordial obsessão” (*overriding obsession*) na Rússia do século XIX. Trata-se da obsessão pelo *čin*, ou, em inglês, *rank* – em português “classificação”, “posição” ou “hierarquia” – dos funcionários do Estado, que viria a resultar em um importante tipo tradicional da literatura russa: o *činovnik*, ou “tchinovnik”, na forma como foi transliterado o termo em nossa língua. Conforme a exposição de Paulo Bezerra:

A palavra *tchinovnik* deriva de *tchin*, que significa ordem instituída, patente militar, grau, classe funcional, etc. Antes de Pedro, o Grande, os *tchinovniki* eram nomeados pelo critério de sangue e linhagem, a vida do Estado não era subordinada a regras e à observância de proporções geométricas e relações lineares. Ao estruturar o Estado, Pedro criava a nobreza como classe para dirigi-lo. Com este fim, instituiu em 1722 a *Tabel' o rangakh* (ou “Escala hierárquica”), que criava dezoito categorias funcionais para militares e civis, sendo as sete primeiras exclusivas dos nobres. A partir da oitava classe, pessoas sem linhagem nobre podiam exercer o serviço público na classe de assessor de colegiado, o qual recebia também a patente de major e o direito de pleitear sua inclusão na classe da nobreza. (BEZERRA, 2013)

Abaixo, porém, da oitava classe, nenhuma possibilidade de ascensão, como esclarece o próprio Bezerra em posfácio para a sua tradução de *Dvoinik* (*O duplo*), de Dostoiévski. Um “conselheiro titular”, como o Golyádkin de *O duplo*, seria, apesar da pomposidade do título, um simples amanuense, “mistura de escrivão e copista, pertencente à nona classe na escala burocrática, portanto, sem nenhuma possibilidade de ascensão social e de passagem para a classe imediatamente superior da pequena nobreza.” (BEZERRA, 2011, p. 241) Já o assessor colegiado Kovaliov, de “O nariz”,

como pertencente à oitava classe, teria condições de pleitear seu acesso à nobreza, ascendendo à sétima classe.

No que se refere especificamente à obsessão literária pela figura, o levantamento de Aleksandr Cejtlin (1923, *apud* WEEKS e KECHT, 1982, p. 311) conclui que, apenas nos anos 1840, mais de 150 histórias sobre *tchinovniki* foram publicadas na Rússia. O estudo de Cejtlin teria, porém, se concentrado em aspectos quantitativos, sem explorar a dinâmica social dessa obsessão. Para Weeks e Kecht, uma poderosa fetichização da “posição” teria vigorado na cultura russa do período, decorrente das distorções sofridas pelo sistema implantado por Pedro I. Originariamente pensada como um sistema racional de acesso e progressão na carreira pública, a *Tabel’ o rangakh* teve seus critérios de promoção continuamente alterados, convertendo-se em padrão central da vida social da Rússia pós-Petrina, um padrão baseado em “atração e conformidade” (*attraction and conformity*):

Uma vez que até o décimo quarto posto conferia certa posição social, acompanhada do direito oficial de possuir servos, a obtenção do *tchin* foi universalmente atrativa. Comerciantes aspiravam a colocar um filho no serviço; a educação tornou-se instrumental para atingir o *tchin*; e os filhos de *tchinovniki* tenderam a permanecer no serviço. Dentro da hierarquia, todos os aspectos da conduta social, o traje do *tchinovnik*, sua maneira de lidar com seus superiores e até mesmo a sua presença na Igreja e em outras ocasiões cerimoniais foram regulamentados por lei, muitas vezes, nos mínimos detalhes.¹³ (WEEKS e KECHT, 1982, p. 316)

Apesar do relativo *status* social proporcionado até mesmo pela mais baixa posição na hierarquia, a imagem que a literatura russa do século XIX nos legou do *tchinovnik* não foi das mais positivas, tendo sido a figura do pequeno funcionário constantemente objeto de sátira. O fracasso no trabalho e na vida social; a trivialidade das relações pessoais e do serviço de escritório; a pobreza e a vida solitária, ou, quando compartilhada em família, a reprodução das relações de subordinação da vida

¹³ Tradução nossa. No original: *Since even the fourteenth rank conferred a certain social standing accompanied by the official right to own serfs, the attainment of čin was universally attractive. Merchants aspired to place a son in the service; education became instrumental for attaining čin; and the sons of činovniki tended to remain in the service. Within the hierarchy, all aspects of social conduct, the činovnik's attire, his manner of addressing his superiors and even his attendance of church and other ceremonial occasions, were regulated by statute, often in minute detail.* (WEEKS e KECHT, 1982, p. 316)

pública, com a esposa assumindo o papel da chefia; a corte amorosa a uma mulher de estrato social superior e a oposição da família desta, encarnada por personagem de importância social, geralmente chefe do pretendente – são esses alguns dos temas recorrentes nas narrativas sobre os *tchinovniki*.

A reificação operada em sociedade – convertendo o que era ofício em *ranking* abstrato, e o que era convívio social em relações hierárquicas – também terá seus reflexos na criação ficcional, como percebe Paulo Bezerra, ao descrever o contexto de *O duplo*, de Dostoiévski, como um mundo em que as relações profissionais, sociais e culturais geram uma deformação moral e humana, que faz com que os indivíduos relacionem-se segundo seus “exclusivos interesses burocráticos”, isolando os que não se vinculam a esses interesses. (BEZERRA, 2011, p. 239)

Marshall Berman (1987) e Weeks e Kecht (1982) reconhecem ainda outro papel relevante da representação do *tchinovnik* na literatura russa do séc. XIX, o de conceder o protagonismo e até mesmo a palavra aos integrantes da grande massa urbana anônima. Os autores citados concordam entre si, identificando em Púchkin o iniciador dessa tradição, com *O cavaleiro de bronze* (1833), e atribuindo a Gógol o destaque já mencionado nessa constelação. Para Berman, no entanto, caberia a Dostoiévski, em seu romance *Gente pobre*, publicado em 1845, a façanha de ter dado voz de fato ao funcionário pobre, decretando, de certa forma, sua emancipação social:

O funcionário de Dostoiévski teme apenas duas coisas: de um lado, que “alguma duquesa ou condessa”, a classe dominante que governa a vida da rua e a vida cultural, se ria dele, de seus sapatos remendados, de sua alma esfarrapada; de outro “e isso provavelmente seria ainda pior”, que seus superiores nem se apercebiam de suas solas (“afinal de contas, há sapatos e sapatos”) ou de sua alma. Qualquer uma dessas possibilidades pode de fato ocorrer: o funcionário não pode governar as respostas dos governantes. Aquilo que realmente cai sob sua jurisdição é seu próprio auto-respeito: seu “senso de dignidade pessoal, de egoísmo necessário”. A classe dos funcionários pobres deverá vir a aceitar seus sapatos e pensamentos a ponto de o olhar do outro – ou a ausência desse olhar – não os transformar em pó. (BERMAN, 1987, p. 200-201)

O *rond-de-cuir* francês

Dentre as denominações mais curiosas para o funcionário público está a expressão francesa *rond-de-cuir*, que alude à almofada de couro, em formato circular, utilizada como assento da cadeira pelos trabalhadores de *bureau*. A designação por metonímia enfatiza noções de comportamento metódico, ociosidade e acomodação, tradicionalmente associadas ao empregado público. Embora tenha sido popularizada por Georges Courteline, com a publicação de *Messieurs les ronds de cuir* em 1893, a expressão parece já estar em gestação com Balzac (1799 - 1850) e a obra *Les employés*, de 1838, como indica a caracterização atribuída ao personagem-funcionário Joseph Godard:

José Godard pouco cuidava de si: seus trajes eram mal cortados, suas calças largas formavam saco; usava meias brancas em todas as estações, um chapéu de abas estreitas e sapatos atados com fita. Sentado à escrivaninha, numa poltrona de junco, furada no meio do assento e guarnecida de uma almofada de marroquim verde, queixava-se muito de suas digestões. (BALZAC, 1953)¹⁴

Balzac é tido como o cronista da vida burocrática na França no séc. XIX (AZIMI, 2005, p. 8), especialmente pelo citado *Les employés*, integrante da *Comédia Humana* (série *Estudos e costumes – Cenas da vida parisiense*). A introdução de Paulo Rónai à tradução brasileira informa que a obra teria sofrido, no decorrer de suas edições sucessivas, diversas mudanças de título: partindo, de início, de *A mulher superior*, com foco em um tipo individual (a Sra. Roubardin), teria seu título alterado para *Os funcionários ou A mulher superior* e depois, simplesmente, *Os funcionários*, passando a designar o “retrato coletivo de uma classe” (RÓNAI, 1953, p. 85). Na obra, a opção se justifica pelo espaço que ocupam as descrições das repartições francesas e de sua

¹⁴ O autor também tratou do tema em sua *Physiologie de l'employé*, de 1841, aplicando a mesma descrição de forma genérica a todos os funcionários e acrescentando um detalhe jocoso, ao afirmar que “na repartição, ele [o funcionário] utiliza uma cadeira de vime com assento vazado ao centro, ou guarnecida por uma almofada circular em marroquim verde, por causa de suas hemorroidas”. (tradução nossa). No original: “*Au bureau il a un fauteuil de canne, percé au milieu du siège, ou garni d'un rond en maroquin vert, à cause de ses hémorroïdes*”. BALZAC, Honoré de. *Physiologie de l'employé / par M. de Balzac ; vignettes par M. Trimolet*. Paris: Aubert/Lavigne, 1841, p. 87. Versão digital disponível em <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b8530271w> . Acesso em 19/5/2014. A propósito do mencionado detalhe, vale lembrar que a “cor hemorroidal” é um dos atributos físicos de Akáki Akákievitch, em “O capote”, de Gógol.

fauna. É onde Balzac apresenta a sua definição para a burocracia, antecedida por um histórico do fenômeno:

Outrora, sob o regime monárquico, os exércitos burocráticos não existiam. Pouco numerosos, os funcionários obedeciam a um primeiro-ministro sempre em comunicação com o soberano, e por essa forma serviam quase que diretamente o rei. Os chefes desses servidores zelosos eram denominados simplesmente “primeiros empregados”. Nas repartições administrativas que não eram regidas pelo próprio rei, tais como as granjas, os funcionários estavam para os chefes como os caixeiros de uma casa de comércio estão para os patrões: aprendiam uma ciência que devia servir-lhes para fazer carreira. Dessa forma, qualquer ponto da circunferência prendia-se ao centro, e dele recebia vida. Havia, portanto, dedicação e fé. A partir de 1789, o Estado, a pátria, se assim quiserem, substituiu o Príncipe. Ao invés de depender diretamente de um primeiro magistrado político, os caixeiros tornaram-se, apesar de nossos mais belos ideais sobre a pátria, empregados do governo, e seus chefes giram sob todos os ventos de um poder chamado Ministério, que não sabe na véspera se existirá no dia seguinte. Devendo a corrente dos negócios marchar sempre, sobrenada uma certa quantidade de caixeiros que sabem ser indispensáveis, enquanto demissíveis *ad nutum*, e que querem conservar o lugar. *A burocracia, poder gigantesco posto em movimento por anões* [grifo nosso], nasceu assim. (BALZAC, 1953, p.97)

Esses “anões” responsáveis por um “poder gigantesco” são enquadrados pelo autor na classe dos *tarets* (em português, “teredos” ou “cupins-do-mar”), moluscos vermiformes que vivem na água salgada, nas fendas dos navios, carcomendo-os. A metáfora remete, portanto, à ação daninha desses moluscos nos cascos dos navios e nas instalações submersas, bem como à invisibilidade de sua ação nociva. No mundo dos funcionários, isso se traduz em intriga, espionagem, traição, difamação, corrupção, enfim, toda sorte de arranjo político ilícito praticado pelos *tarets* de *bureau*.

No romance, ambientado no período da Restauração pós Napoleão, o navio a ser levado a pique pela ação dos *tarets* é o Sr. Roubourdin, chefe de seção de um dos mais importantes ministérios da França e aspirante ao posto de chefe de divisão, deixado vago pelo falecimento de seu superior Billardière. Apesar de ter seus méritos pessoais e profissionais fartamente reconhecidos por seus superiores, Roubourdin já havia sido preterido quando da nomeação de Billardière, por motivos políticos, e ao desfecho da trama verá novamente sua aspiração fracassada, graças a *le travail sourd*

des taretts. A ação se divide entre os conchavos privados e o ambiente público da repartição, com seu *dolce farniente administratif* entremeado pelas longas conversações entre os funcionários.

Balzac traça, assim, um quadro nada lisonjeiro da administração pública na França do início do séc. XIX. Curiosamente, o autor, vindo de uma família com tradição na área, nunca exerceu função administrativa, recusando tornar-se um “funcionário subalterno, uma máquina, um cavalo de carrossel” (*un commis, une machine, un cheval de manège*), como expõe em carta à mãe de 15 de agosto de 1821 (*Apud AZIMI, 2005, p. 8*). Caso oposto ao de outro autor, este sim um *écrivain-fonctionnaire*, pelo menos na fase inicial de sua vida profissional: Guy de Maupassant (1850 - 1893).

A fase de burocrata de Maupassant se estende por nove anos de sua curta vida, quando, bacharel formado e recém retornado da guerra franco-prussiana (1870-1871), é encaixado como extranumerário no Ministério da Marinha por empenho de seu pai, Gustave. Tido como um funcionário inteligente, zeloso e educado, Maupassant é promovido tempos depois a um cargo estável, mas não tardará a estagnar em sua posição e a expressar o tédio e o sofrimento frente à rotina da repartição.¹⁵ O tema irá refletir em sua produção ficcional, a ponto de, das 2600 páginas de seus *Contes et Nouvelles*, ao menos 300 delas reportarem à fauna dos ministérios. (*AZIMI, 2005, p. 13*) Na edição brasileira de 125 contos de Guy de Maupassant, o tema aparece, por exemplo, em “Os domingos de um burguês de Paris”, “Condecorado”, “O guarda-chuva”, “O protetor”, “Uma aventura parisiense”, “A cavalo” e “O colar”. (*KON, 2009, p. 12*)

A narrativa de Maupassant que talvez dê mais destaque à fauna dos ministérios, porém, é *A herança (L'héritage)*, conto extenso não incluído na referida edição de 125 contos. Em *A herança*, funcionários do Ministério da Marinha se digladiam por promoções anuais e, dois deles em específico, pelo recebimento da herança de uma

¹⁵ Para um relato biográfico detalhado sobre o período em questão, baseado em correspondência e documentos, ver THUILLIER, Guy (1976). “Maupassant fonctionnaire”. In: *La Revue administrative* 29e Année, No. 170 (MARS AVRIL 1976), pp. 130-144. Paris: PUF. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/40766626> . Acesso em: 29/05/2014.

parenta. A descrição do ambiente, similar à que faz Balzac, enfatiza o caráter de labirinto sulcado por “inextricáveis corredores”, por sua vez cortados de portas inumeráveis dando para as repartições ocupadas pelos funcionários:

Cada qual penetrava na sua divisão, apertava a mão ao colega já presente, tirava o fraque, envergava a velha jaqueta de trabalho e sentava-se diante da carteira onde os papéis amontoados o esperavam. Depois saía-se em busca de notícias pela salas vizinhas. (MAUPASSANT, 1997, p. 5)

Como integrantes da pequena burguesia parisiense, os funcionários de Maupassant são retratados em suas limitações financeiras, seu desejo de ostentação e sua luta individual por uma condição mais confortável, sendo que o caminho para a satisfação dessas necessidades dificilmente passa pelo trabalho propriamente dito. As relações de parentesco, de compadrio, o ingresso no ambiente da alta burguesia, ainda que por meios fraudulentos, serão os motores para a ascensão profissional ou, melhor, para a fuga de uma condição funcionária que não lhes reserva grandes perspectivas de futuro.

Quanto a *Messieurs les ronds de cuir*, de Georges Courteline, trata-se de obra de caráter satírico, organizada na forma de esquetes, já adaptada para o teatro, o cinema e a TV¹⁶. Cada quadro apresenta um ou mais personagens, na maioria funcionários da Direção-Geral de Doações e Legados (*Direction Générale des Dons et Legs*), dentre os quais Lahier, o funcionário capaz de matar a família toda, casar a irmã duas vezes ao ano, batizar crianças de três em três meses, tudo a fim de justificar suas faltas ao trabalho perante a chefia; o subchefe Théodore Van der Hogen, versado em grego, latim, inglês e alemão, aluno egresso da Escola de Línguas Orientais, mas absolutamente incapaz de redigir vinte linhas em francês; Père Soupe, sexagenário que passa três quartos do tempo de expediente fazendo a sesta em sua cadeira, a outra

¹⁶Conforme informações do próprio autor, em prefácio à edição Bernouard de 1926, *les Ronds-de-Cuir mis à la scène par Robert Dieudonné et Raoul Aubry furent représentés au théâtre de l'Ambigu le 4 octobre 1911* (COURTELINE, 2006, p. 14). A adaptação para o cinema: *MESSIEURS les ronds-de-cuir*. Direção de Henri Diamant-berger. Produção de Ludmilla Goulian. Música: Francis Lopez. Paris: Le Film D'art, Cinélor, Discifilm, 1959. Son., P&B. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qc-uW_S0otc>. Acesso em: 30 jun. 2014. A adaptação para TV: *MESSIEURS les ronds-de-cuir*. Direção de Daniel Ceccaldi. Música: Georges Delerue. Paris: Hamster Productions, Antenne 2, 1978. (86 min.), son., color. Disponível em: <<http://www.ina.fr/video/CPB88008653>>. Acesso em: 30 jun. 2014.

parte a rir-se sabe-se lá de que; e o expedicionário Sainthomme, obcecado por uma promoção, a ponto de dividir a humanidade em dois grupos distintos: o dos favoráveis a sua ambição e o outro, adverso, disposto a desqualificar seu méritos e a comprometer suas aspirações.

Courteline atribui ao ambiente da repartição um papel de destaque na formação moral dessa fauna ministerial, a ponto de questionar-se sobre qual dos dois, o funcionário ou o *bureau*, é fruto natural do outro. Acaba por concluir que um é fruto do outro, completam-se mutuamente, fazendo-se valer por reciprocidade em sua miséria e sordidez. (COURTELINE, 2006, p. 34)

O *office clerk* inglês

Jack-in-office, *paper-pusher*, *pen-pusher*, *placeman* – são algumas das expressões que designam o burocrata ou o funcionário público em língua inglesa. Talvez a mais recorrente, porém, e que escapa às denominações formais do *bureaucrat* e do *public servant* seja o termo *office clerk*, mais específico que o *white-collar* estudado por Wright Mills (1976) no contexto norte-americano. Na Inglaterra, há estudos recentes tratando da representação do *office clerk* na literatura, tanto em sua acepção genérica quanto na restrita, de burocrata estatal.

Vinculado ao significado mais genérico, temos o estudo de Jonathan Wild (2006), *The rise of the office clerk in literary culture, 1880-1939*, que aborda a figura do empregado de escritório na narrativa ficcional do período na Inglaterra. Autores de pouca repercussão em nossa cultura, como Walter Besant, Arnold Bennett, George Gissing, Rudolf Dircks, são abordados por Wild no que diz respeito ao tema do estudo. Para Wild, a literatura dos *clerks* surge visando o público dos próprios *clerks*, que compunham grande parte do novo público leitor no séc. XIX. O recorte temporal adotado (1880 - 1939) corresponderia ao surgimento do escritório moderno, notado no crescimento do número de repartições, no surgimento de uma administração “científica”, na mecanização dos serviços e na concentração e racionalização dos

processos administrativos. Paralelamente, teria ocorrido um crescimento similar da cultura impressa, tornando atrativa para os letrados *clerks* a carreira literária.

Wild associa essa renovação da literatura britânica a uma assimilação dos preceitos naturalistas de Zola, dos Goncourt e de Maupassant. Com base no receituário francês, os escritores teriam feito uma incursão aos subúrbios londrinos, criando personagens que oscilam entre o mundo dos escritórios e o das letras, ora se acomodando em um, ora noutro, imersas em um mundo de privação, melancolia e marasmo (WILD, 2006, p. 29-30). Ao retratar este universo, os autores estudados teriam contribuído para firmar o *clerk* como uma figura central na mudança social e cultural no século XX, mesmo que por meio de imagens não raro negativas. Para Wild, esse negativismo é indício de uma separação radical entre o mundo artístico e o mundo dos negócios, sendo crucial entender o escritório como ambiente hostil à arte e aos artistas.

Tese diametralmente oposta é defendida por Ceri Sullivan, em *Literature in the public service* (2013). Para a autora, apesar do evidente descontentamento que a literatura expressa com o trabalho burocrático, e contra a suposição de que todos os escritórios são, na melhor das hipóteses, ambientes góticos e profundamente aborrecidos, trabalhar na burocracia do setor público é um processo criativo, o que atrai para as instituições do serviço público pessoas imaginativas, com vocação para atuar na e escrever sobre a área. Sullivan destaca três questões norteadoras do trabalho com a burocracia em literatura: a migração do foco de interesse – de um herói individualista para um coletivo anônimo; a necessidade de lidar com alternância entre a abstração e o realismo detalhista para a abordagem desse universo; e o desafio de inovar em gêneros bastante explorados, como a sátira, baseada na frustração, e a ficção utópica, baseada na esperança. (SULLIVAN, 2013, p. 2)

A autora assume a defesa da burocracia como elemento central da criação artística. Como processo que envolve a interação entre as pessoas, ela ajudaria a romper com o mito romântico do criador isolado. Para o desenvolvimento da tese, propõe a abordagem de três décadas isoladas entre si por grandes períodos: os anos

1650, 1850 e o “presente”, centrando sua análise em três autores: o poeta John Milton (1608-1674), o romancista Anthony Trollope (1815-1882) e o dramaturgo contemporâneo David Hare (1947 -).

Sullivan sugere que a visão da burocracia como algo aborrecido é recente, e que a repulsa ao trabalho em escritório é vinculada à classe social da qual advém a grande maioria dos *white collars* – a classe média baixa. Em defesa dessa tese, cita autores como Jonathan Wild e John Carey, com a ressalva de que estes autores veem a criatividade como elemento que aparece nos interstícios da vida burocrática, não no seu cerne. Também sugere que a abordagem desses autores focaliza genericamente o *clerk*, sem distinção entre o ambiente público e o privado, observando que a ética do serviço público produz um tipo diferente de herói cultural. Na conclusão, a autora irá reafirmar a tese de que o pensamento criativo é o cerne das instituições públicas, e que os escritores criativos são bem-vindos a elas. Uma tese comum entre administradores¹⁷, mas aparentemente estranha à maioria dos tais “escritores criativos”.

Los chupatintas hispano-americanos

Quando da tradução de *Messieurs les ronds de cuir*, de Georges Courteline, para o espanhol, o título escolhido foi *Los señores chupatintas*, denominação equivalente ao funcionário de escritório ou burocrata. *Oficinista* ou *administrativo* também são termos comumente empregados em referência a esta figura genérica. Sem pretender dar conta da abordagem ficcional do tema em língua espanhola, citamos o estudo de Paul R. Jordan (2006), *The author in the office: narrative writing in twentieth-century Argentina and Uruguay*, enfocando a figura do funcionário-escritor nesses dois países, no período por ele denominado a “era da máquina de escrever” (*the typewriter era*). Paralelamente, teria sido também a era dos armários de aço, das mesas enfileiradas, da máquina de calcular e do aparelho telefônico, em contraste com a era informatizada contemporânea.

¹⁷ Ver, por exemplo, CARROLL e GAILEY (1992) e LAND e SLIWA (2009).

O estudo de Jordan é concebido como história cultural de um grupo particular de pessoas: escritores criativos que também experimentaram a vida cotidiana do escritório, seja em órgão público ou empresa privada. Equilibrados entre a criação e a rotina, esses escritores teriam refletido – e refletido sobre – o conflito fundamental entre a autonomia individual e a necessidade de sobreviver dentro do sistema. Através de décadas, diversos autores responderiam de maneiras distintas a esse mesmo conflito, ora focalizando circunstâncias econômicas e políticas locais, ora internalizando o presente burocrático e extrapolando-o em pesadelo. Alguns, curiosamente intocados pela rotina burocrática, mostrar-se-iam mais interessados, por exemplo, na cidade; outros, ainda, focados na rotina do escritório, enveredariam para uma extravagância barroca.

Jordan aborda obras de autores como Mario Benedetti, Juan Carlos Onetti, Roberto Arlt, Roberto Mariani, Julio Cortázar e Ezequiel Martínez Estrada, de um ponto de vista predominantemente cronológico, dos anos 1920 até fins do séc. XX, com o advento da globalização. Para caracterizar a produção que lhe interessa, o autor utiliza a expressão *River Plate literature of the office* e outra, mais específica, *River Plate narrative of the office*, muito embora não se privando de tratar de obras não narrativas, como os *Poemas de la Oficina*, de Mario Benedetti (JORDAN, 2006, p. 100-104). Utilizando como referencial teórico os escritos de Weber sobre a burocracia e o estudo de Wright Mills sobre os *white collars* norte-americanos, Jordan propõe paralelos entre a história política dos dois países – Argentina e Uruguai –, a biografia intelectual e a produção de seus autores, especialmente aquela focada no ambiente do escritório.

Jordan elege como prioridade em sua pesquisa o papel desempenhado pela literatura de escritório no desenvolvimento das sociedades urbanas que a produziram. Oriundos de um amplo setor médio da sociedade (*a broad middle sector of society*), com habilidades intelectuais invulgares, a ponto de alimentarem uma dependência mútua com os serviços burocráticos, os escritores da *River Plate literature of the office* teriam problematizado a condição burocrática como resultado da experiência direta, imersos em uma situação paradoxal: entre a racionalidade compulsória e a falta de

autonomia; sujeitos ao convívio com a arbitrariedade e a injustiça e à negação de seus interesses e crenças. Não à toa, teriam produzido uma literatura com viés negativista e desesperançado, oscilando entre a rotina tediosa e, na pior das hipóteses, uma abdicação completa da humanidade.

* * *

Seria possível prosseguir com o levantamento, abordando ainda outras culturas, outros autores e suas obras. O alemão cartorial de Franz Kafka, baseado na linguagem da burocracia de Praga do período, de que nos fala Modesto Carone (2009, p. 81); o enigma do escrivão Bartleby, na obra homônima de Herman Melville; o amanuense Teodoro – um baixo funcionário português a decidir o futuro de um alto funcionário chinês –, em *O Mandarim*, de Eça de Queirós; ou o também português Sr. José, auxiliar de escrita de Conservatória Geral do Registo Civil, em *Todos os nomes*, de José Saramago. No entanto, a amostra reunida de autores, obras e estudos sobre o funcionário de escritório na literatura de diferentes culturas nos parece suficiente para ilustrar a recorrência e o trânsito do tema entre diferentes épocas e culturas.

O escritor argentino Guillermo Saccomanno – ele próprio autor de uma novela “russa” de título *El oficinista* –, chega a propor que *la literatura de oficina es un género literario* que muito deve ao “Capote” de Gógol (SACCOMANNO, 2010). Um gênero, não no sentido dos “grandes gêneros”, mas num sentido similar ao que tipifica a novela policial ou a de terror como tais, e com tradição na cultura de diferentes nacionalidades, amparado em vários estudos, sob enfoques e propósitos distintos.

Cabe agora tratar minimamente do que já foi feito em nosso contexto nacional de estudo do tema, procurando situar nossa proposta de abordagem no campo desses estudos.

Amanuenses e escribas no Brasil

No Brasil, quem sugere a existência de uma linhagem literária de “burocratas líricos” é Alcir Pécora, tanto em seu estudo sobre *O amanuense Belmiro* (PÉCORA, 2006) quanto na apresentação ao livro de Eustáquio Gomes, *Viagem ao centro do dia – um diário* (PÉCORA, 2007). Como precursores internacionais dessa linhagem, o crítico elege praticamente os mesmos personagens citados por Giorgio Agamben (2008) em sua constelação literária de copistas: K, Akaki Akakievitch, Bouvard e Pécuchet, Simon Tanner e o próprio Bartleby, objeto do estudo de Agamben. O interesse de Pécora volta-se para os personagens que, marcados pela subalternidade de escrita que lhes paga o sustento, são obrigados a “mover a pena segundo a vontade dos superiores – ou pior ainda, segundo as regras do controle burocrático imune à vontade”. Tocados por algum desajuste imprevisto de temperamento, esses personagens recusar-se-iam a “renunciar à grandeza potencial de uma escrita apenas sua”, intransferível, capaz de distingui-los da insignificante jornada de suas próprias existências. (PÉCORA, 2007)

No artigo específico sobre *O amanuense Belmiro*, Pécora explora as antinomias com que o narrador-protagonista enreda a narrativa em “perplexidades e dilemas insolúveis”, a começar pelo próprio amálgama de gêneros que a caracteriza – algo entre o romance, o diário e o memorial. Outras antinomias, geralmente falsas questões travestidas de dilemas existenciais, estariam a enformar a própria busca de Belmiro pela forma-romance – última chance de escapar à banalidade da vida (refratária ao diário) e de driblar a impotência da memória. Quanto ao tema do funcionário, o crítico chama atenção para o fato de personagens decisivas da literatura moderna alojarem-se “incomodamente nos corpos de escriturários e de outra gente subalterna”. (PÉCORA, 2006, p. 230)

De Roberto Schwarz, temos o artigo “Sobre o Amanuense Belmiro” que, se não trata especificamente da questão do funcionário, traz uma contribuição importante à interpretação da obra de Cyro dos Anjos, ao identificar no personagem Belmiro a convivência burguesa entre inconciliáveis: “o democratismo e o privilégio, o racionalismo e o apego à tradição, o impulso confessional, que exige veracidade, e o

temor à luz clara”. Para Schwarz, o porto seguro onde se opera essa convivência é a burocracia, à qual o crítico associa a mesmice do ambiente rural, onde estão as origens de Belmiro:

Por ser uma extensão do privilégio rural, a sinecura é o posto menos urbano da cidade. A Seção de Fomento Animal, onde os homens “esperam pachorrentamente a aposentadoria e a morte”, reproduz, minguada, a regularidade “natural” da condição anterior: a racionalidade é impossível, e se é possível é intolerável. (SCHWARZ, 1992, p. 19)

Schwarz propõe que, “entre a vida rural e a burocracia, entre o passado e o presente, não há transformação radical”, o que daria forma ao dilema ou, como prefere o crítico, ao “método” belmiriano: tendo de enfrentar o cotidiano depois de passar “do mesmo ao mesmo”, Belmiro, plantado em uma sinecura, teria herdado “a mais confortável e pior das constelações: por consciência, não admite o ciclo ‘natural’, de trabalho, casamento e filhos; pela situação, vive a vida imutável, à qual somente o ciclo natural traria variação”. (SCHWARZ, 1992, p. 19)

O texto de Roberto Schwarz é de 1964, bastante anterior à publicação de *Ao vencedor as batatas*, de 1977. Separados por cerca de uma década, não seria surpreendente encontrar no artigo sobre o romance de Cyro dos Anjos a germinação das ideias que seriam apresentadas na abordagem de Machado de Assis. Para o nosso propósito, importa reter principalmente as sugestões sobre a imobilidade do funcionário e da atmosfera “bovina”, acomodada, da repartição pública.

Sobre *Angústia*, de Graciliano Ramos e *O Amanuense Belmiro*, há o artigo de John Gledson abordando o funcionário público como narrador. Para Gledson, mais que influências, as obras compartilham uma situação de impasse, sintetizada por Drummond no título do livro *Brejo das Almas*, que se traduz como o momento posterior à Revolução de 1930, interpretado à luz de sentimento compartilhado pelos autores, de que a mudança teria sido pouco significativa. Seria esse um “brejo histórico” do qual participam os pequenos funcionários, decaídos herdeiros urbanos de um passado rural escravocrata e oligárquico. A comparação de Gledson, quanto ao perfil dos personagens, apoia-se, dentre outros, nos seguintes pontos de contato:

Os dois narradores sofrem de uma angústia intensa acerca de sua própria identidade; a base social para essa angústia está bem exposta em ambos os romances. Do ponto de vista de seu *status* ou classe, Belmiro Borba e Luís da Silva são definidos em termos intermediários, quase negativos, como *déclassés*. Eles são funcionários menores – burocratas não é a palavra apropriada, pois eles não mandam em nada; a “Seção de Fomento Agrário” (*sic*) em que trabalha Belmiro é uma ficção gentil, e Luís da Silva é um jornalista que se adapta às conveniências do momento ao mesmo tempo que faz o necessário para segurar (com dificuldade) um emprego no Tesouro do Estado. Nenhum deles é rico, embora a situação de Belmiro seja obviamente melhor que a de Luís. [...] Nenhum dos dois é comprometido politicamente: neste aspecto, como noutros, são indecisos. (GLEDSON, 2003, p. 205)

Gledson enfatiza o caráter autodestrutivo das duas obras, ao abordarem o confronto entre “literatura como liberdade e como produto”. Se essa contradição é o que quase aniquila a escrita de Belmiro, é também o que coloca a narrativa de Luís da Silva em situação peculiar, “além da literatura, ou entre a linguagem falada e a escrita”. Marcadas pelo signo do impasse histórico, as obras definiriam antes “estados”, incapazes que são de expressar-se em ações.

Marcos Scheffel (2011), em seu artigo *Amanuenses, escribas e outros burocratas na produção ficcional de Lima Barreto*, propõe uma interessante tese sobre os três primeiros “projetos ficcionais” de Lima Barreto: *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, cuja primeira anotação seria de 1905; *Recordações do escrivão Isaías Caminha*, deste mesmo ano; e *Vida e Morte de MJ Gonzaga e Sá*, de 1906. Baseado nas anotações do *Diário Íntimo* e na constatação de que as obras ficcionais foram produzidas praticamente ao mesmo tempo, Scheffel sugere que o projeto de Lima Barreto seria narrar a vida dos escribas e amanuenses, em contraposição à farta biografia dos altos escalões até então existente. Além da evidente inversão subversiva, a escolha permitiria ao autor explorar pontos de vista com trânsito entre os diferentes estratos sociais, dos mais baixos até os andares superiores da “sociedade de fachada” da nascente República:

A irrelevância de Policarpo Quaresma, Gonzaga de Sá e Augusto Machado propicia-lhes o contato com o funcionamento da máquina administrativa e com as práticas de seus agentes e não com os seus discursos. Ali, eles têm contato com os chefes de repartições e com os

pequenos funcionários. Pode-se dizer que assim como Isaías oferece uma visão do funcionamento de um grande jornal – os jogos de poder, a hierarquia, as inimizades, os conflitos ideológicos, estes personagens oferecem uma visão interna do funcionalismo e de outros setores sociais que travavam relações com estes setores médios da sociedade. (SCHEFFEL, 2011)

Ante ao possível questionamento de que o personagem Isaías Caminha seria, não um funcionário, mas contínuo em empresa jornalística, Scheffel contra argumenta ser nesta condição, de contínuo, que Caminha percebe as relações entre jornal e governo, com os cargos públicos servindo como moeda na troca de favores. Isaías teria, dessa forma, uma perspectiva externa e secundária do serviço público, sem esquecer que é na condição de funcionário público, como escrivão da Coletoria Federal de Caxambi, sua cidade natal, que Caminha narra sua história.

No âmbito das pesquisas acadêmicas, temos a dissertação de mestrado de Marcelo Alcaraz (2001), na qual o autor faz a leitura de *O amanuense Belmiro* com destaque para contradições da posição do narrador protagonista em relação à cidade, ao campo, aos amigos, ao amor, ao trabalho, dentre outros temas. Com relação ao foco específico na atividade laboral, Alcaraz, apoiado em texto de Antonio Candido, defende que “o cerne da alma belmiriana é a imobilidade de um funcionário lírico”, algo que teria vindo primeiramente dos russos Gógol e Tchekhov, depois Balzac. No Brasil o tema seria tratado por Lima Barreto, em *Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá*, depois por Graciliano, em *Angústia*, e pelo próprio Cyro. A imobilidade de Belmiro também remeteria ao que Roberto Schwarz (1992) chama “estética da acomodação”.

Sobre Lima Barreto e Cyro dos Anjos, temos a dissertação de mestrado de Elisa Nickel (2010), *Cyro dos Anjos e Lima Barreto: burocracia e patrimonialismo na literatura*. Partindo de uma investigação sobre a correspondência entre as personagens Gonzaga de Sá e Belmiro Borba e o tipo ideal burocrático weberiano, a autora irá desembocar no patrimonialismo característico da sociedade brasileira que, herdada do Império português, manter-se-ia presente durante a era Vargas, quando é escrito *O amanuense Belmiro*. Também propõe a leitura de Belmiro como o “homem cordial” de Sérgio Buarque de Holanda.

Diante desse pequeno levantamento bibliográfico, podemos chegar a duas observações de relevância para nossa pesquisa. Primeiro, as leituras que chegam a tratar do tema no Brasil centram-se quase sempre nos mesmos autores, principalmente Cyro dos Anjos e Lima Barreto. Cyro, em especial, parece ter se apossado involuntariamente da palavra e profissão de “amanuense”, quando, veremos, há dezenas de outros personagens em nossa literatura aos quais é atribuída essa mesma profissão. Segundo: não há pesquisas abrangentes como a aqui proposta, focada em várias ocorrências nos contos. As abordagens centram-se em um ou dois autores, descartando uma visão mais panorâmica do tema. Não parece, assim, descabido, defender a pertinência de nossa proposta. Vamos, pois, aos amanuenses.

3. O funcionário-narrado

Partimos da constatação um tanto óbvia de que, na representação ficcional do funcionário público, há funcionários que são narrados – isto é, têm sua história contada por um narrador – e funcionários que narram a si próprios, assumindo a narrativa em 1ª pessoa. Nenhuma exclusividade nisso, claro, já que a mesma observação poderia ser aplicada à representação ficcional de outros tipos sociais e profissionais. A escolha do ponto de vista é inerente ao próprio modo narrativo e, no dizer de Norman Friedman “é, no mínimo, tão crucial quanto a escolha da forma de verso ao se compor um poema”. Dela e de sua adequação ao propósito do autor depende a boa fatura de uma obra, “pois cada tipo de estória requer o estabelecimento de um tipo de ilusão que a sustente”. (FRIEDMAN, 2002, p. 180)

Se aceitarmos, como ponto de partida, esta relação entre “tipo de estória” e ponto de vista, somos obrigados a nos perguntar: que tipo de especificidade haverá no processo de escolha entre o funcionário que narra a si próprio e o que é narrado por outrem? Que desdobramentos traria essa escolha para a caracterização dos personagens e para o próprio desenvolvimento do enredo? Na tentativa de responder a essas perguntas, abordaremos primeiramente contos em que o funcionário é narrado, partindo de aproximações, ora formais, ora temáticas, trabalhando inicialmente com os contos dos dois autores que se destacam em nossa seleta pelo volume da produção relacionada ao tema: Artur Azevedo e José Cândido de Carvalho.

Uma casta inferior e pulha

O que faz um conto ser curto? – pergunta Norman Friedman (2004), já com alguma resposta em mente. Ou várias, como ficamos sabendo no texto que tem por

título¹⁸ a pergunta inicial. Para Friedman, uma história pode ser curta por uma ou por duas razões fundamentais: “o próprio material pode ser de menor alcance, ou o material, sendo de maior escopo, pode ser reduzido a fim de maximizar o efeito artístico”. Na primeira razão, o destaque estaria no *objeto*, enquanto na segunda o foco estaria no *modo* da representação:

Desse modo, iremos falar sobre o tamanho da ação (que pode ser ampla ou reduzida e que não deve ser confundida com o tamanho da história, que pode ser curta ou longa), e sobre sua estrutura estática ou dinâmica; e, então, sobre quantas de suas partes podem ser incluídas ou omitidas; a escala na qual podem ser mostradas e o ponto de vista pelo qual pode ser contada. (FRIEDMAN, 2004, p.222)

A história poderia ser curta por qualquer combinação desses fatores, ou por um deles isolado. No que se refere à escolha do tamanho do texto, Friedman sugere, apenas no campo das suposições, que o autor pode escolher tratar as ações dessa ou daquela forma por sentir, seja por hábito, por escolha deliberada, por intuição ou combinação, que a ação sintetiza o que é relevante para seu propósito. O tamanho dessa ação, propõe o crítico, dependerá do que “o autor quer que seu protagonista faça ou sofra e do quanto, correspondentemente, ele deve adentrar nas experiências desse seu protagonista”, a fim de achar as causas necessárias e suficientes para motivar e dar crédito à ação. (FRIEDMAN, 2004, p. 222)

O artigo de Norman Friedman é instigante e envereda por uma tipologia de cenas e uma série de postulados que serão aqui retomados em breve. A provocação inicial, sobre o tamanho de um conto, serve como introdução a nossa abordagem de contos sobre funcionários, já que optamos por começar por dois dos mais concisos contistas de nosso *corpus*, Artur Azevedo e José Cândido de Carvalho. São, também, os que dele participam em maior número de ocorrências: o primeiro com onze, o segundo com nada menos que vinte e quatro minicontos, retratando a fauna dos ministérios e da administração municipal interiorana.

¹⁸ A pergunta retórica de Norman Friedman ganha relevo na língua inglesa, que designa o que conhecemos por “conto” como *short story*, motivando o título original do artigo, *What makes a short story short?*.

Começando por Artur Azevedo, autor que contribuiu de maneira significativa para a fixação da figura do pequeno funcionário na paisagem urbana da nossa literatura. Criticado à sua época por dar espaço a “personagens de uma casta inferior e pulha” (CAMINHA, 1895, p. 195), teve, porém, o mérito de esboçar o cotidiano urbano carioca, calcado principalmente no anedótico, no risível. É possível que a “inferioridade” mencionada por Adolfo Caminha se refira, não ao perfil socioeconômico dos personagens, mas à falta da densidade moral dos seres de papel propostos por Artur Azevedo. Adepto do conto curto e ágil, com raras exceções em sua obra, Azevedo não estaria de fato preocupado com esse tipo de densidade. Sua obra contística, produzida entre as últimas décadas do séc. XIX e os primeiros anos do século seguinte, é repleta de amanuenses e outros subalternos que contracenam com estratos mais elevados da sociedade, geralmente em busca de um futuro mais confortável.

Em seus contos, a representação ficcional do pequeno funcionário é associada a uma posição social inferior e desprestigiada, e a um comportamento metódico, protocolar, em parte por isso mesmo risível. São subtemas dessa abordagem: o velho funcionário aposentado (em “Recordação”); a hierarquia funcional (em “De baixo para cima”), a falta de capital social na relação amorosa (em “O telefone”, “A moça mais bonita...”, “A doença de Fabrício”), a vacuidade interior e a fetichização do adereço (em “As barbas de Romualdo”). Não fazem parte do foco de interesse de Azevedo subtemas explorados por outros contistas, como a forma de acesso ao funcionalismo, o tédio das repartições, a presença feminina e a corrupção, talvez até porque alguns desses temas sequer possuíam reflexo na realidade social retratada pelo autor. Trata-se ainda de um “esboço a crayon”, como também sugere Caminha, a ser completado pelas futuras gerações de escritores.

Seus contos sobre tais párias tratam mais de um “lugar social” que de personagens de fato autônomas, algo que o autor, em um de seus textos, chama de “invencível muralha”. A começar pela condição de pobreza que caracteriza esses personagens, verificável em expressões como “funcionário público paupérrimo” (Raposo, em “A moça mais bonita do Rio de Janeiro”), “um pobretão” (Barreto, em “A

morta que mata”), “magros cobres de amanuense” (Chagas, em “O telefone”) e “não tem onde cair morto” (João Silva, em conto homônimo). Esta última ocorrência, do conto “João Silva”, é ainda mais emblemática por se tratar de uma simulação, em que o rico Pedro Linhares se faz passar por um “empregadinho de Alfândega” com o propósito de conquistar o amor de Sara, filha do Comendador Freitas, livre do interesse pecuniário. A máscara de pequeno funcionário é suficiente para caracterizar o desqualificado, sem “parentes nem aderentes”, um “João Silva, como toda a gente”, e para levantar a muralha que Pedro Linhares teria de vencer, caso fosse de fato um pequeno empregado público.

Outro indicativo dessa barreira encontra-se na rejeição a que está sujeito esse tipo, como acontece a Remígio, pretendente de Mafalda (Fadinha, para os íntimos), no conto “A moça mais bonita do Rio de Janeiro”. Colega de repartição do velho Raposo, pai de Fadinha, Remígio é preterido como noivo da moça, apesar da paixão entre ambos e da aprovação de Raposo. Com a morte do velho funcionário, a esposa, d. Firmina, sente-se à vontade para repelir o pretendente, e para articular um casamento financeiramente vantajoso entre a filha e o Barão de Moreira. Pois o acaso ou o “milagre” de uma infecção de rubéola acaba por tirar de Fadinha seu único dote, a inigualável beleza, o que a joga de volta aos braços do amanuense. Um dos mais longos e enfadonhos contos de Artur Azevedo, “A moça mais bela do Rio de Janeiro” ajuda a situar literariamente o pequeno funcionário no rodapé da vida econômica e social da *belle époque* no Rio de Janeiro.

O malogro do conto sobre Remígio e Fadinha adviria do que Norman Friedman caracteriza como um dos riscos a que está sujeito o contista, ao exceder-se nas necessidades de seu efeito. A ação do conto, resumida no parágrafo acima, arrasta-se por quinze seções em aproximadamente trinta páginas de texto¹⁹ que mais retardam que preparam o desfecho. O autor teria, no caso, violado um dos princípios de Friedman, de que o efeito desejado e a quantidade de ação requerida para atingi-lo

¹⁹ Para a informação sobre a extensão do texto, utilizamos a edição de *Contos Cariocas* pela Com-Arte, editora-laboratório da Escola de Comunicações e Artes da USP, em parceria com a EDUSP, lançada em 2011.

determinam a brevidade da história. O que, por sua vez, nos faz indagar: em que consiste a eficácia dos contos curtos de Artur Azevedo, em especial os que dizem respeito a nosso tema?

Antes de tentar responder à questão, cabe lembrar um dado contextual que escapa à abordagem formal de Friedman, e que teria sido significativo para o nosso autor. Em sua atividade contística, Azevedo escrevia para jornais, e ao fazê-lo comprometia-se com limitações de espaço e periodicidade. Nesse caso, o conto geralmente é curto porque “tem de ser”, e se uma produção como “A moça mais bela do Rio de Janeiro” surgiu primeiramente em jornal, é porque foi publicada em partes, e só depois reunida em livro. A diluição do interesse na narrativa pode estar relacionada à redundância que o texto encerra quanto a, por exemplo, os atributos estéticos de Fadinha, o bom caráter de Remígio e a ganância de Firmina. Algo que as telenovelas atuais exploram em demasia. Não sendo esse o tema de nossa pesquisa, fica apenas a sugestão sobre a motivação das fragilidades do texto.²⁰

Façamos, então, um passeio pelos demais contos, recorrendo às categorias analíticas de Norman Friedman no que se refere ao “tamanho da ação” e demais características, quais sejam: sua estrutura estática ou dinâmica; as ocorrências de inclusão ou omissão das partes; a escala contraída ou expandida e o ponto de vista adotado.

Começando pelo ponto de vista, aspecto diretamente relacionado ao foco deste capítulo. Conforme antecipado na introdução, temos, nas narrativas que nos interessam, funcionários que narram e funcionários que são narrados, estando os contos de Artur Azevedo quase que totalmente inseridos neste segundo grupo. É fato que o autor faz uso constante da cena dialogada, em que os personagens “se expressam” de forma direta, mas isso sempre acontece sob a mediação de um narrador

²⁰ Cibele Morasco, em dissertação sobre Artur Azevedo contista, observa que “os contos de Azevedo mais ricos em sua construção e mais estimados pelos leitores e pela crítica são os concisos, como, por exemplo, ‘Plebiscito’, com dialogações e cenas rápidas, com o auxílio do viés teatral. Tanto assim que, ao incursionar pelo conto mais extenso e mais detalhista, como ‘O contrabando’ (de *Contos fora da moda*) e ‘A moça mais bonita do Rio de Janeiro’ (de *Contos cariocas*), suas frases se ofuscam”. (MORASCO, 2008, p. 56)

onisciente, que se coloca “de fora” da cena para representá-la de forma distanciada, ou *par derrière*, como sugere Jean Pouillon (1974). O “quase que totalmente” se justifica por uma ocorrência específica no conto “Recordação”, em que o velho Lemos, funcionário aposentado que insiste em permanecer na repartição, assume durante a ação sua própria narrativa²¹, passando a relatar para os colegas as circunstâncias de como veio ao mundo o seu filho Marcelino, empregado na mesma seção que o pai.

Para Norman Friedman, a onisciência narrativa, tal como a dos contos de Artur Azevedo, possui características favoráveis à brevidade, tendo em vista que esse existir “por toda e acima de qualquer ação” pode exercer forças amplas e arbitrárias em questões de escala e seleção (FRIEDMAN, 2004, p. 230). Nessa condição, o narrador pode, principalmente, omitir e/ou acrescentar partes da ação que considerar desnecessárias para o efeito; pode optar por uma caracterização de personagens puramente objetiva, despsicologizada, ou mesmo por caracterização alguma. Pode, também, abusar da condição de títere de seus personagens, com propósitos cômicos.

O narrador de Artur Azevedo faz uso dessas estratégias, ao selecionar da matéria narrativa somente o que entende ser necessário para caracterizar a cena que se propõe a representar. Raras vezes sabemos, por exemplo, do passado de seus amanuenses – quando muito somos informados do tempo de serviço que possuem na repartição, suas relações de subordinação e sua situação presente. Falta-lhes, como dissemos, a densidade moral que seria de se esperar de um arrivista social de contornos realistas. Sobra-lhes o comportamento protocolar, autômato, calcado no regulamento burocrático.

Com relação à estrutura da história, se estática ou dinâmica, Friedman propõe a seguinte distinção:

²¹ Há quem compare essa estratégia à da “narrativa de encaixe”, que Tzvetan Todorov utiliza para tratar de *As mil e uma noites*. Embora, de fato, haja uma narrativa encaixada na outra no conto “Recordação”, não se trata do mesmo ciclo vital descrito por Todorov, em que a aparição de uma nova personagem ocasiona a interrupção de uma narrativa em curso, para que uma nova história seja iniciada, algo que pode se repetir por vários ciclos até chegar a um “auto-encaixe”, em que a história original é encaixada por ela mesma. Ver, a respeito, Tin (2008) e Todorov (1969, p. 119-133).

(...) uma história estática simplesmente apresenta seu protagonista em uma ou outra situação e inclui apenas o suficiente para revelar ao leitor a causa ou causas das quais essa situação é consequência, enquanto uma história dinâmica conduz seu protagonista através de uma sucessão de duas ou mais situações e, assim, deve incluir muitas etapas causais das quais essas situações são consequência. Logo, uma história estática normalmente é mais curta do que uma dinâmica.

Para o crítico, na ficção, conseguir uma mudança no protagonista em uma única cena ou discurso é possível, mas não provável, o que de certa forma é reafirmado pela produção que aqui nos interessa. Os personagens de Artur Azevedo estão condenados à estaticidade, e se exceções existem, como a união matrimonial com a pessoa amada ou a mudança radical na situação econômica, são decorrentes, ou da fatalidade, como uma doença (em “A moça mais bonita do Rio de Janeiro”), ou do acaso, como a sorte grande na loteria (em “345”). Algo similar poderia ser dito sobre as observações de Friedman quanto a inclusão ou omissão das partes e a escala contraída ou expandida. Não há nos contos de Artur Azevedo a preocupação de criar a ilusão de que tudo é apresentado diretamente e em detalhes, “tal como acontece”, o que caracterizaria a escala expandida. A omissão das partes, por sua vez, é artifício recorrente do narrador, que se limita ao estritamente necessário para a apreensão da história.

Finalmente, quanto ao tamanho da ação, Friedman toma de empréstimo conceitos de Elder Olson, apresentando as ações narrativas sob a seguinte tipologia:

- *Discurso* contém uma articulação verbal contínua de um único personagem numa situação fechada, em que o falante tanto fala consigo mesmo sem interrupção (solilóquio) quanto, se houver outros personagens, eles não replicam nem fazem entradas e saídas de cena enquanto ele fala (monólogo).
- *Cena*: cadeia contínua de articulação engendrada entre dois ou mais falantes, sendo que um fala com o outro (diálogo) numa situação fechada.
- *Episódio*: contém duas ou mais dessas cenas, algumas centradas em torno de um incidente principal.
- *Trama*: o conjunto de dois ou mais episódios. (FRIEDMAN, 2004, p. 221-224)

Uma ação de qualquer desses tamanhos pode constituir um todo completo nela mesma, e quanto menor for a ação, mais curta pode ser sua apresentação. Friedman defende que o *discurso* raramente aparece como unidade suficiente da ficção, mesmo da ficção curta, sendo mais encontrável na poesia lírica. Já a *cena* seria bem mais viável na ficção de curta extensão, embora sejam raros os exemplos puros, segundo o crítico. A ocorrência mais recorrente nos contos seria, portanto, a do *episódio*, já que a *trama* é ação que demanda mais espaço, mais cabível ao romance.

Pois, com relação ao tamanho da ação, pode-se dizer que o que predomina nos contos de Artur Azevedo é a *cena*, antecedida por um breve sumário narrativo. A ordem poderá variar, com o sumário aparecendo intercalado ao diálogo, como ocorre no conto “Morta que mata”, ou mesmo encerrando a narrativa, como em “De cima para baixo”, mas o foco principal estará nos diálogos, com os quais o autor possuía familiaridade especial, tendo em vista seu trabalho com o texto teatral, predileção durante a vida²². Para Cibele Morasco, a inserção do teatro na obra contística de Artur estaria explícita nas esquetes constituídas por cenas e/ou quadros; na velocidade dos diálogos, sem digressões; na oralidade; nas construções de personagens-tipo; no tom de conversa com o leitor e na comicidade sempre presente. (MORASCO, 2008, p. 44)

Interessado nesse mesmo amálgama entre texto narrativo e linguagem teatral, Mauro Rosso (2009) propõe a expressão “conto-comédia” – forjada pelo próprio Artur Azevedo como subtítulo do conto “Como eu me diverti!” – para caracterizar o modo de composição do autor. Josué Montello (*apud* ROSSO, 2009, p. 21), por sua vez, fala em anedota a que se deu tratamento literário, a anedota correspondendo basicamente à cena dialogada característica do texto teatral. Tais elementos, somados ao ponto de vista distanciado do narrador, favorecem a abordagem cômica que Artur se propunha a dar a seus temas em geral, e não só ao que nos interessa.

A forma sumária como é apresentado o pequeno funcionário e o modo como ele é posto em ação por um narrador distanciado contribuem para caracterizar a

²² Ver, a respeito, o fragmento autobiográfico de Artur Azevedo acrescentado ao volume póstumo *Vida Alheia*, publicado em 1929. O autor narra a sua aproximação da arte dramática, ainda na infância.

personagem em sua insignificância, sua condição de impotência frente à muralha social que pretende enfrentar. Seus gestos traem um automatismo que guarda relações com o que Henri Bergson identifica como “a essência do cômico”. É o amanuense Cantidiano, cuja calva reluzente vai quase ao chão, no cumprimento a um presidente de província, em “Vossa excelência (impressões de província)”; o também amanuense Fabrício que, ao fingir-se doente para poder acompanhar sua pretendida em viagem, é ludibriado pelo médico que o desmascara; ou a ingenuidade do funcionário Barreto, um pobretão, em considerar que as joias de sua esposa, presenteadas pelo amante, eram falsas. Automatismo nos gestos e comportamentos que caracterizam seus encontros com os “de cima”²³.

Se mantivermos proximidade das ideias de Bergson sobre o riso e o cômico, veremos como estão imbricadas, teoria e criação cômica do período, em especial a que nos interessa, a respeito do pequeno funcionário. Para o filósofo francês, a lei fundamental da vida é “não se repetir”, quando o que a vida urbana da virada do século XIX mais fez foi intensificar e banalizar a repetição. O automatismo, frequentemente relacionado ao contexto de modernização das fábricas e ao processo de produção em série do fordismo, é mais raramente associado ao mecanicismo do comportamento burocrático, embora o próprio Bergson cite o burocrata (*fonctionnaire*) que age como “uma simples máquina” como exemplo do automatismo perfeito (BERGSON, 2001, p.34). O caráter mecânico da burocracia estaria também evidente em seu aspecto normativo, o comportamento baseado no regulamento administrativo – “mecanismo inserido na natureza”, “regulamentação automática da sociedade” – combinação que resultaria numa normatização da atividade humana, impondo-se em lugar da leis da natureza.

²³ Sobre a narrativa que nos apresenta o funcionário Barreto – o conto “Morta que mata” –, temos uma curiosidade. O texto recebe como subtítulo uma espécie de nota explicativa que diz ser o conto “meio plagiado e meio original”, sem mais esclarecimentos. Não há como certificar-se da hipótese a seguir, dado o caráter sucinto da nota, mas o conto “O colar” de Guy de Maupassant, que tem como um dos protagonistas o funcionário Loisel, trata do empréstimo de uma joia pela esposa do funcionário, com o propósito de causar boa impressão em uma festa do Ministério. A joia acaba sumindo logo após a festa e o casal tem de trabalhar duro por anos, a fim de pagar a dívida contraída com a restituição da peça. Ao final ficamos sabendo que a joia era falsa e o esforço do casal, desnecessário. Teria sido esse o conto “meio plagiado” por Azevedo?

Sobre esse último aspecto, o conto “De cima para baixo” é especialmente ilustrativo, embora hoje possa parecer banal, ante a popularização de seu argumento. Trata-se do decreto de nomeação de um funcionário que chega às mãos do Imperador²⁴ sem a correspondente identificação do nomeado. De descompostura em descompostura entre os possíveis responsáveis pelo deslize, cada qual em um nível hierárquico inferior, chegamos ao cão do servente, que recebe o pontapé de seu dono, sem ter em quem descontar. Os diálogos entre os pares fornecem um esboço da organização administrativa do período, sua hierarquia fundada nas ocupações de servente, contínuo, amanuense, chefe de seção, diretor-geral, ministro – este último em contato direto com o Imperador. A falha em uma das peças do mecanismo revela seu *modus operandi*: servente e contínuo auxiliam, amanuense trabalha (e comete a falha, redigindo a cópia do decreto), enquanto chefe, diretor e ministro submetem o trabalho do amanuense ao nível respectivamente superior, por ele responsabilizando-se. A estrutura em “dominó” corresponde aproximadamente ao que Bergson caracteriza como “efeito bola de neve”, porém em sentido invertido, já que partimos da possibilidade de exoneração de um Ministro de Estado até chegar ao pontapé em um inocente animal. Essa reversibilidade (BERGSON, 2001, p.61) também seria característica desse tipo de efeito cômico, bastante explorado pelo teatro.

Ainda em relação ao conto “De cima para baixo”, o tratamento dos personagens quase que somente por seus cargos (apenas o amanuense Godinho é nomeado) sugere ao leitor o principal personagem do conto: a burocracia, entendida aqui em suas relações hierárquicas e posições de mando, fixadas pelo regulamento. Será essa uma característica comum a contos de outros autores e outros períodos: onde a burocracia reina, seus agentes tendem a sequer ser nomeados, sendo identificados por suas funções ou cargos. São os “homens-profissão” que Günther Anders identifica na obra de Kafka. Para Anders, se Kafka não foi o inventor dessa figura característica da

²⁴ Embora publicados em livro já em tempos de República, os contos de Artur Azevedo não raras vezes são ambientados no período do Império, enfocando circunstâncias vividas por antigos funcionários, presidentes de província e, no caso do conto em questão, o próprio Imperador, de forma indireta. Tendo em vista a abordagem caricatural, negativa dos funcionários, não seria de todo descabido sugerir um deslocamento da ação para tempos imperiais, a fim de evitar possíveis contratempos com os seus contemporâneos.

moderna divisão do trabalho, foi quem melhor soube retratá-la, apresentando a profissão como a forma exclusiva de existência do homem, a ponto de este ser engolido por ela. (ANDERS, 2007, p. 62-63) Em nosso trabalho, dado o campo de interesse, utilizaremos preferencialmente a expressão "homem-processo", de modo a caracterizar melhor o vínculo com o burocrata público.

Prevalece em Artur Azevedo, graças à já referida aproximação entre conto e comédia teatral, aquilo que Bergson caracteriza como "comicidade de situação", calcada na ação das personagens e nas situações por eles vivenciadas – situações de *vaudeville* para as quais o filósofo formula a seguinte regra: *É cômica toda combinação de atos e de acontecimentos que nos dê, inseridas uma na outra, a ilusão de vida e a sensação nítida de arranjo mecânico.* (BERGSON, 2001, p. 51)

Surucucu de Diário Oficial

Se em Artur Azevedo temos o pequeno funcionário entregue a um narrador distanciado, onisciente e por vezes autoritário, em José Cândido de Carvalho encontramos um narrador ainda mais distanciado e a figura do amanuense entregue à própria sorte e aos descaminhos da burocracia. Em lugar dos governos de província ou o próprio Império, temos as prefeituras longínquas, controladas por coronéis e esquecidas do poder federal. Em vez da proximidade com o texto teatral, o diálogo com as formas jornalísticas, as manchetes sensacionalistas, a reportagem cruel, imparcial. Em lugar do cômico leve, de salão, a predominância de um humor mais sarcástico, impiedoso²⁵. Como protagonistas, os mesmos amanuenses dos contos de Artur. E contos ainda mais breves, narrativas ainda mais ágeis e instantâneas.

Se Artur Azevedo, pelo coloquialismo e brevidade de suas narrativas, pode ser considerado um precursor de estratégias formais do Modernismo, José Cândido de Carvalho é, por sua vez, um beneficiário das conquistas desse movimento,

²⁵ Não se deve considerar, porém, essa distinção como plenamente significativa, tendo em vista o intervalo histórico entre as produções. Sobre a licenciosidade dos contos de Artur Azevedo para a sua época, ver Tin (2008).

desenvolvendo em seus contos uma forma própria de expressão, entre o coloquial e o regional, entre a narrativa literária e a reportagem, entre o chiste gracioso e o arremate grotesco. Se tentássemos aplicar as mesmas categorias de Friedman às narrativas curtas de José Cândido, provavelmente teríamos pouco sucesso. Não que elas sejam inválidas para o contexto, mas que a fonte da brevidade dos contos desse autor tem relações próximas com o imediatismo e objetividade do texto jornalístico.

A propósito, em termos de recorrência e relevância, talvez o vínculo que supere a coexistência entre o emprego público e a atividade literária seja o que ocorre entre esta e a colaboração na imprensa. Trata-se de uma tríade a que muitos escritores se viram sujeitos durante um ou mais períodos de suas vidas. Sérgio Miceli, no primeiro de seus estudos sobre os intelectuais brasileiros, observa que, no início do séc. XX, "o jornalismo tornara-se um ofício compatível com o *status* de escritor". O que para alguns autores românticos tinha sido uma prática "tolerada" tornar-se-ia uma atividade regular de obtenção de renda suplementar para a geração de 1870 e, para os seus sucessores, os "anatolianos"²⁶, uma atividade central, indispensável. (MICELI, 2001, p. 54)

Os próprios Artur Azevedo e José Cândido de Carvalho, mesmo vivendo e produzindo suas obras em épocas e contextos distintos, não escapariam do compromisso com essa tríade. O primeiro tem seu vínculo inaugural no serviço público na Secretaria de Governo de Estado do Maranhão, em 1870, quando contava apenas 15 anos. Em 1875, já no Rio de Janeiro, é nomeado adido²⁷ (depois, amanuense) do Ministério da Viação, Indústria e Obras Públicas, o mesmo onde trabalhava Machado de Assis, de quem se tornaria amigo. Permanecerá ligado ao mesmo Ministério até o fim da vida, galgando posições e falecendo em 1908, quando acabara de ascender ao posto de Diretor-Geral de Contabilidade, em substituição a Machado de Assis, falecido

²⁶ O termo "polígrafos anatolianos" (alusão ao escritor francês Anatole France), cunhado pelo próprio Miceli, designa um tipo de "intelectual profissional, assalariado ou pequeno produtor independente, vivendo dos rendimentos que lhes propiciam as diversas modalidades de sua produção, desde a assessoria jurídica, as conferências, passando pelas colaborações na imprensa, até a participação nos acontecimentos mundanos e nas campanhas de mobilização em favor do serviço militar, da alfabetização, do ensino primário etc." (MICELI, 2001, p. 54)

²⁷ O termo "adido" deve ser interpretado aqui, não em seu sentido diplomático mais usual, mas como equivalente a "agregado", "praticante", ou seja, o iniciante que é introduzido no serviço público apenas para aprender, sem remuneração.

naquele mesmo ano (ROSSO, 2009). Como colaborador de imprensa, atuou nos veículos *Diário do Rio de Janeiro*, *Novidades*, *Diário de Notícias*, *Correio do Povo*, *A Época*, *Correio da Manhã*, *O Mequetrefe*, *Renascença*, *Kosmos*, *O Teatro* e *O País*.

Quanto a José Cândido de Carvalho, teve sua carreira jornalística ligada a veículos como *O Liberal*, *Folha do Comércio* (de Campos de Goytacazes), *O Estado* (de Niterói), *A Noite* e *O Cruzeiro*. A jornalista Cláudia Nina, em seu “ABC” sobre o autor, dedicou a letra “J” ao “Jornalismo” e a letra “S” ao “Serviço Público”, observando que “paralelamente ao jornalismo e à literatura, o serviço público fez parte de um longo período na vida de JCC”. A biógrafa lista, sem precisar as datas, sua atuação no Departamento Nacional do Café (Ministério da Indústria e do Comércio), no Ministério da Educação, como Diretor do Serviço de Radiodifusão Educativa, No Conselho Estadual de Cultura do Rio de Janeiro, como Presidente, e na Fundação Nacional de Arte, como Diretor. (NINA, 2011, p. 137-138) O próprio José Cândido, em seu “JCC: História Pessoal”, registra que:

Dos cacos de *A Noite* pulei para os *Diários Associados*. Nesse meio tempo, entre uma coisa e outra, caí no serviço público, com escrivania no Ministério da Indústria e do Comércio, onde procuro tirar o país da beira do abismo a poder de relatórios que ninguém lê. (CARVALHO, 2008, p. 18)

A passagem, embora chistosa²⁸, expressa o sentimento de inocuidade do serviço executado e de impotência do executante diante da magnitude da tarefa. Os contos de José Cândido que tratam do serviço público e da burocracia têm como tom geral esse sentimento de impotência e fracasso diante do absurdo burocrático e dos interesses políticos. Temos o servidor que, pouco antes de morrer e de ser admitido no reino de Deus, pergunta a seu confessor se a portaria de admissão já foi lavrada e publicada no Diário Oficial (em “O terror vem de paletó de alpaca”); o “funcionário de pequeno porte” que, depois de tomar umas a mais, desanda a falar das tramoias – dele e de seu

²⁸ A mesma expressão aparece em dois contos do autor, em nossa seleta: Em “Loção Noite de Bagdá apaga incêndio e desentope pia”, Leitão Pereira é interrompido em seu discurso quando “estava tirando o Brasil da beira do abismo”. Em “Todo barnabé tem seu dia de ministro”, dona Mercodenes se insinua para o funcionário Tocantins Pereira quando o marido senador se encontra em lugar distante, “tirando o Brasil da beira do abismo a poder de discurso”.

interlocutor (em “Um quilo de espírito público, por favor!”); o cidadão que, acostumado a ludibriar a população com sua *expertise* burocrática, vê-se enrascado após a mudança da legislação (em “Que saudades do parágrafo 21!”); o escrevente que é removido de seu posto por defender, com unhas e dentes, a permanência de uma vírgula em um documento (em “Por causa de uma vírgula mal encarada”); o amanuense que, por não saber manejar bem as vírgulas, é demitido, e que por aprender a utilizá-las com maestria é novamente dispensado (em “A vírgula não foi feita para humilhar ninguém”); enfim, seres apequenados, vítimas das leis, da gramática, do poder e de suas próprias línguas.

Há também os temas explorados em comum por Artur Azevedo e José Cândido. Como o do funcionário aposentado que precisa dar um novo sentido à vida que lhe resta. Em “Um sujeito cheio de leis e parágrafos”, Norbertino Feitão, funcionário [da Secretaria] das Obras e Calçamentos durante 35 anos, chega à aposentadoria com um único propósito: mudar completamente de vida. Em “Tarde demais e Inês é morta”, o amanuense Rebordão Castanheira protagoniza reação oposta: com a saúde debilitada, ao receber notícia sobre herança milionária que lhe seria de direito, recusa-se a aceitá-la, proferindo a máxima: “– Chega tarde!” A recorrência do tema da aposentadoria do funcionário, também entre outros autores, nos leva a propor uma abordagem específica a respeito, a ser desenvolvida mais adiante.

Mais que um tema, temos também um artifício narrativo em comum entre os dois autores, ao qual nomearemos “fetiche do adereço”, que se aproxima do que Bergson descreve como procedimento da “inversão”. Trata-se da valorização excessiva, desproporcional a um detalhe, um adereço, de modo que a este se transfere o protagonismo do personagem. Em “As barbas de Romualdo”, de Artur Azevedo, as barbas do simples contínuo de secretaria geram uma expectativa social que não corresponde à simplicidade e parvoíce do funcionário. Em José Cândido, o “bigode avassalador” de Jubilato Gusmão (em “O segredo de Jubilato Gusmão”) será o protagonista, promovendo seu portador, de “reles funcionário de porão”, a diretor-geral da repartição. Já a pasta de Felistoso de Azeredo (em “Viagem ao redor de uma pasta”)

irá entronizá-lo gloriosamente nos corredores e seções da Secretaria de Fomento, como se se tratasse de um chefe de Estado, quando não passa de um vendedor de remédios.

Trata-se, no caso, de uma sátira ao mundo hierárquico da burocracia, muitas vezes calcado na aparência, e do apequenamento do funcionário diante desse mundo de impostura. O personagem Romualdo é requisitado a trabalhar no gabinete do ministro, que o achou “decorativo”. No caso de Felistoso, a pasta, e não ele, é recepcionada na Secretaria, a pasta é quem deseja falar ao encarregado da Seção de Compras. Jubilato avança nas promoções de cargo “trepado” no bigode, seu “enorme latifúndio”. Quando desmascarados – Felistoso²⁹ por sua profissão modesta, e Jubilato por manter bigode falso – são restituídos a sua insignificância.

José Cândido constrói esse fetichismo também em relação a elementos mais abstratos, como uma vírgula ou o artigo de um documento legal. As vírgulas são instrumentos da desgraça dos personagens que com elas tentam se entender. Um certo Artigo 23 é lançado às canelas dos funcionários interinos, ameaçando-lhes o sustento. É o que se passa no conto “Surucucu de Diário Oficial”, em que o interino Badenes Gurjão, após quebrar os óculos do Ministro em uma trombada acidental, é posto para correr e perseguido pelo “cão danado”, o terror dos interinos. Vale apresentar uma hipótese sobre o ato legal que teria inspirado esse conto. Provavelmente, dada a coincidência numérica e temática, o conto faz alusão ao Art. 23 das “Disposições Constitucionais Transitórias” da *Carta Constitucional* de 1946, dedicado aos funcionários interinos e extranumerários:

Art. 23. *Os atuais funcionários interinos da União, dos Estados e Municípios, que contem, pelo menos, cinco anos de exercício, serão automaticamente efetivados na data da promulgação deste Ato; e os atuais extranumerários que exerçam função de caráter permanente há mais de cinco anos ou em virtude de concurso ou prova de habilitação serão equiparados aos funcionários, para efeito de estabilidade, aposentadoria, licença, disponibilidade e férias.*

²⁹ Embora o personagem Felistoso seja um comerciante, e não um funcionário público, é no universo do funcionalismo que ele adentra com as credenciais de sua pasta.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica:

I - aos que exerçam interinamente cargos vitalícios como tais considerados na Constituição;

II - aos que exerçam cargos para cujo provimento se tenha aberto concurso, com inscrições encerradas na data da promulgação deste Ato;

III - aos que tenham sido inabilitados em concurso para o cargo exercido. (BRASIL, 1946)

Se a hipótese tiver fundamento, trata-se de ironia ante um mecanismo legal que se propunha a efetivar os funcionários contratados sem concurso público. A não ser que se subentenda que os que não se enquadrassem às disposições do artigo vissem seus empregos ameaçados. Aos olhos de hoje, pelo menos, o mecanismo parece mais um “trem da alegria” para efetivação de contratados sem concurso público que uma ameaça a interinos e extranumerários.

O trâmite do conto “De cima para baixo”, de Artur Azevedo, é repetido em “Diretor espuma portarias do Diário Oficial”, de José Cândido, sendo representado, no entanto, em sentido inverso: do contínuo ao ministro, a reclamação de um cidadão percorre os meandros das repartições sem encontrar resposta satisfatória. Em foco, a morosidade das repartições públicas e a petulância dos servidores diante das necessidades dos cidadãos. Em José Cândido, as repartições e seus funcionários só se movem à base de bala (em “O major ataca as escrivainhas”) ou de pistolão, caso do conto em questão, em que o cidadão ludibriado vem a ser “primo-irmão” do ministro, a quem recorre no final.

Retomando a questão da estrutura dos contos, sua brevidade e seu efeito humorístico, façamos a análise de um dos breves contos de José Cândido de Carvalho, tão breves que é possível reproduzir um deles na íntegra, sem grandes digressões:

Por causa de uma vírgula mal encarada

E na tarde que o dr. Feitosa de Castro, diretor das Águas e Encanamentos de São João da Laje, pediu que o escrevente Porfírio Freixeiras retirasse certa vírgula de certo ofício, Freixeiras tremeu nos borzeguins. Espumou gramática, pronomes e crases. Em vinte anos de Águas e Encanamentos, de ofícios e pareceres, nunca chefe algum, em

tempo algum, mandou que ele extraísse essa ou aquela vírgula de seus escritos. Com o papel na mão, ficou remoendo, remoendo, tira-a-vírgula, não-tira-a-vírgula. Até que tomou uma decisão definitiva. Chegou junto da mesa de Feitosa de Castro e expediu o seguinte ultimato:

– Ou o doutor deixa a vírgula ou eu peço transferência de repartição.

Feitosa, que era homem de pontos de vista firmados, foi claro:

– A vírgula sai e o distinto amigo também.

O resto veio no Diário Oficial. Vejam que barbaridade! Por causa de uma simples vírgula, de uma inútil vírgula, Freixeiras foi redigir ofícios em Barro Amarelo. Lugar que não dava a menor importância às crises, quanto mais às vírgulas.

Temos uma narrativa baseada no antagonismo entre dois personagens de nível hierárquico e social distintos: Dr. Feitosa de Castro, diretor das Águas e Encanamentos, e Porfírio Freixeiras, escrevente. O primeiro recebe tratamento formal de “doutor”, típico da hierarquia política. O Segundo é tratado por “amigo”, ainda que sob o qualificativo (irônico, na circunstância) “distinto”. Feitosa recebe caracterização adicional, como “homem de pontos de vista firmados”. A apresentação introdutória do conto assemelha-se aos tradicionais *leads* das matérias jornalísticas, em que são respondidas as perguntas básicas: “o que, quem, quando, onde, como e por quê”. Vejamos se o período inicial do conto atende a esta expectativa:

o que: certa vírgula a ser retirada de um ofício

quem: Feitosa e Porfírio

quando: (uma) tarde

onde: (Diretoria de Águas e Encanamentos de) São João da Laje

como: um pedido e um estremecimento (crise)

por quê: prerrogativa da relação hierárquica (diretor/escrevente)

A crise prenunciada pelo *lead* é o embate a ser travado entre o técnico e o político, ou entre o argumento racional e o autoritário. Vence o segundo sem dificuldades e com uma economia absoluta de arrazoados, enquanto o lado técnico ruma suas credenciais e seus motivos. A situação até certo ponto dramática do escrevente Porfírio é tornada humorística principalmente pelo tratamento linguístico que

recebe o tema. Sua primeira reação é “tremar nos borzeguins”, em sinal de contrariedade, insatisfação. A continuação alude a uma crise epilética, em que o personagem, após o tremor inicial, passa a espumar “gramática, pronomes e crases”. Dessa aproximação inusitada entre *frames*³⁰ semânticos distintos advém boa parte do humor do texto, estratégia recorrente em José Cândido de Carvalho.

A desproporção entre o motivo da discórdia e a gravidade do embate também tem efeito humorístico. Há, inclusive, a intervenção do narrador onisciente comentando o desfecho da crise: “Vejam que barbaridade! Por causa de uma simples vírgula, de uma inútil vírgula”. Não que seja essa a “moral” da história, afinal não só a vírgula, mas a situação retratada em si é de uma iniquidade evidente. Há um ofício de um órgão público, quem sabe tratando de questões cruciais, quem sabe decidindo o destino de vidas humanas, e tudo o que se sabe a seu respeito é sobre a polêmica vírgula. A vaidade profissional do escrevente é aviltada pela intromissão da chefia em seu campo de saber, pois, se há chefes e subalternos, é para que cada um cumpra seu papel no quadro hierárquico. O ato de rebeldia acarreta a punição, lembrando a máxima recorrente em ambientes profissionais: “manda quem pode, obedece quem tem juízo”.

O humor em José Cândido de Carvalho é mais de natureza linguística que situacional. Seus contos promovem, mediante a já mencionada mescla de *frames* semânticos, uma biologização da burocracia e, como efeito, uma burocratização da vida. Personagens com “alma de portaria” (em “Todo barnabé tem seu dia de ministro”), “voz de encerramento de ponto” (em “O terror vem paletó de alpaca”); o aposentado que arrasta “seus setenta anos de despachos e arrazoados” e a datilógrafa que responde verbalmente “em espaço dois” (em “Apanhou os cacões da cara e foi embora”); o sujeito que larga “o carimbo no pé do ouvido do papel” (em “O perigo de carimbar fora do prumo”); o personagem que “pula carniça por cima de todos os cargos”, e que morre “por ter caído do alto de um processo de três andares” (em “O segredo de Jubilato

³⁰ Na linguística de *frames*, trata-se de termo emprestado da Inteligência Artificial e da Sociologia que sugere a existência de estruturas de dados estereotipadas para representar situações, enfatizando rituais e papéis sociais empregados no processo da interação humana. (GAMONAL e TORRENT, 2014, p. 250) Sobre a sobreposição de *frames* com propósitos humorísticos, ver Barreto (2013).

Gusmão”) – são exemplos dessa mescla semântica e desse tratamento ambivalente da vida funcionária.

Os títulos dos contos também revelam tratamento formal, calcado no intertexto com a linguagem jornalística. É possível identificar, em parte do nosso *corpus*, uma alusão às manchetes sensacionalistas, quanto a sua forma e teor:

Surucucu de Diário Oficial
Diretor espuma portarias do Diário Oficial
Por causa de uma vírgula mal encarada
Herói atolado em carne seca e lombo de porco
Apanhou os cacos da cara e foi embora
Adeus nomeação, o Diário Oficial foi embora
Pegou o telefone e ligou para a aurora do mundo

Evitando nos embrenhar na selva do jornalismo sensacionalista, podemos citar as características que Márcia Franz Amaral (2006, *apud* GÓES, 2013) identifica nesse gênero: a valorização da emoção, a exploração do extraordinário, a alusão a conteúdos descontextualizados; a troca do essencial pelo supérfluo ou pitoresco e do conteúdo pela forma. Tudo bastante familiar às “manchetes” de José Cândido. Seus títulos são formulações antitéticas, contrastantes, por vezes surrealistas, mesclando linguagem popular a termos do campo burocrático. A ação, quando prevista no enunciado do título, tem características figuradas, tais como “espumar portarias”, “atolar[-se] em comida”, “atacar escrivinhas”. Não deixam de sintetizar a luta inglória que os funcionários (e os cidadãos) travam contra o monstro burocrático e as vicissitudes da vida política.

Outro grupo de títulos guarda relação com as máximas, ou ditados populares, gênero familiar ao jornalismo das revistas ilustradas, como *O Cruzeiro*:

A vírgula não foi feita para humilhar ninguém
Quem pega bala na popa não chega a tabelião
Com nome de Pernevildo ninguém chega a ministro
Ninguém toma chá em panela de pau
Se a vida acabou, compre outra

Todo barnabé tem seu dia de ministro

Tratando de formações discursivas aparentadas ao ditado – os aforismos – Sírío Possenti, apoiado em Maingueneau, atribui a esse gênero características como a pretensão de estar acima dos (outros) gêneros, o pronunciamento solene e a amplificação da figura do enunciador, transformado numa espécie de “superlocutor” (POSSENTI, 2013, p. 131). Para Possenti, os aforismos têm por propósito expressar verdades incomuns. Os títulos acima expressam, de forma categórica e absoluta, verdades incomuns. Juízos de valor e ensinamentos morais, ainda que insólitos, a indicar as adversidades enfrentadas pelo pequeno funcionário ou pelo aspirante a cargo público.

O intertexto com a chamada publicitária, de presença obrigatória nas revistas, aparece no título “Loção Noite de Bagdá apaga incêndio e desentope pia”, sendo as demais ocorrências do *corpus* de feitio variado, sem vinculação explícita com as linguagens dos veículos de comunicação impressa.

Caberia ainda observar a exuberância fonética dos nomes próprios e dos lugarejos, tópicos bastante explorados pela crítica em relação a José Cândido.³¹ No que diz respeito a nossos propósitos, a abordagem até aqui desenvolvida nos parece suficiente para caracterizar o modo de representação do pequeno funcionário nos contos de José Cândido de Carvalho. No que se refere à visada comparativa com Artur Azevedo, interessa principalmente a evolução nos modos de representação humorística desse personagem.

³¹ A insistência nesse aspecto levaria o próprio autor a declarar em entrevista: “Repito que a vida inventa mais nomes estrambóticos do que eu”. Ver, a respeito, Nina (2011, p. 21). Clara Grimaldi Eleazaro (1987) faz um estudo do processo de criação onomástica em José Cândido de Carvalho.

4. O funcionário-narrador

Mesmo se desconsiderarmos a recorrência na representação do funcionário público em autores como Artur Azevedo e José Cândido de Carvalho, nos quais prevalece quase que exclusivamente a narrativa em terceira pessoa, a produção de contos ficcionais em que o narrador é o próprio funcionário parece ser numericamente modesta. De um total de mais de setenta narrativas curtas, apenas seis são predominantemente protagonizadas por um funcionário-narrador. Caso considerássemos uma única produção de cada um dos trinta e um autores do *corpus*, a diferença ainda seria significativa, algo que não se verificaria caso optássemos tratar dos romances, dentre os quais encontramos *Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá*, de Lima Barreto, *O amanuense Belmiro*, de Cyro dos Anjos, *Angústia*, de Graciliano Ramos, *Contramão*, de Antonio Olavo Pereira e *Giroflê, giroflá*, de Cosette de Alencar, todos em primeira pessoa.

Talvez haja certa complexidade na construção da perspectiva do pequeno funcionário em narrativas curtas, ou mesmo na construção em geral da psicologia do narrador-protagonista nessa modalidade de narrativa. Em relação específica com o tema estudado, pode estar em jogo a necessidade de acentuar a distinção entre narrador e o personagem, representado em sua mediocridade de pequeno funcionário. Recorrendo ao modelo que Todorov desenvolve a partir dos conceitos de Jean Pouillon (1974) sobre as relações entre personagem e narrador, temos as três possibilidades de o narrador saber mais, o mesmo ou menos que o personagem (o que em Pouillon corresponde às visões “por trás”, “com” e “de fora”, respectivamente). Na narrativa sobre o pequeno funcionário, quando não há possibilidade da representação da psicologia do personagem em profundidade, a marca de superioridade do narrador é

quase que uma necessidade, o que explicaria, ao menos em parte, a preferência dos autores pela onisciência em terceira pessoa.³²

Mesmo nas narrativas em primeira pessoa, essa necessidade de distinção ou diferenciação também permanece, de modo que o funcionário-narrador nos contos sobre os quais iremos tratar contará sua história sob o signo da contradição. Diante da necessidade de diferenciar-se e distanciar-se de si mesmo, e diante da impossibilidade de concretizar a tarefa, irá inscrever, de forma mais ou menos velada, sua própria mediocridade e mesquinhez nos fatos que narra. Trata-se de contradições a maioria das vezes produtivas, na medida em que reproduzem, no plano ficcional, a distância entre o dizer e o fazer, entre o parecer e o ser. Quando, no entanto, a identificação entre narrador e personagem parece limitar-se ao uso do pronome pessoal, e o que narra o primeiro não parece ser feito pelo segundo, ou o que faz o segundo nega a narração do primeiro, temos a contradição instalada na própria concepção da narrativa.

O conto “Mar Oceano”, de Fran Martins, acumula contradições consideráveis desse segundo tipo. A começar pela escolha e caracterização do narrador-protagonista. Rogério é chefe de seção em um misto de repartição pública e museu histórico. Quer nos convencer sobre a natureza burocrática de seu trabalho (menciona, por exemplo, seus “vinte e oito anos de laboriosa vida burocrática”), mas tudo que faz nos parece mais ligado às tarefas de um pesquisador. Dedica-se à catalogação de moedas antigas e à pesquisa documental em obras de genealogia, livros de viagens e biografias. Demonstra prática e certa erudição no trato de documentos históricos, mas, como deve corresponder à caracterização de adulator que lhe é atribuída, peca a todo instante na interpretação desses documentos.

Rogério recebe de seu superior, Dr. Cesário, a incumbência de, em uma pesquisa documental, investigar a hipotética existência de algum representante da nobreza entre os antepassados do chefe, com vistas a abrilhantar uma condecoração prometida pelo Ministro. A narrativa sugere, no entanto, que quem trabalha de fato pela

³² Não raro, também, o romance que conta com o pequeno funcionário como narrador-protagonista assumirá tons melancólicos e introspectivos, vide os já citados.

condecoração é a esposa do Dr. Cesário, em momentos de intimidade com o “amigo” ministro. Em sua pesquisa, Rogério só irá localizar como possíveis antepassados de seu admirado diretor piratas, ladrões e assassinos, resultado que também não merece muito crédito, já que a pesquisa é baseada em sobrenomes bastante comuns (Silva e Almeida).

A intenção original seria cômica, com base em um argumento que bem poderia ser de Artur Azevedo e seu narrador onisciente. O resultado, porém, resvala a obviedade e a redundância de uma característica que seria mais facilmente desenhada por um narrador não dramatizado. A maior dificuldade enfrentada está em construir, em primeira pessoa, o ponto de vista de um funcionário “puxa-saco” que não se reconhece como tal. Nessa condição, ao mesmo tempo que o “juízo” deve partir dele próprio, Rogério não pode se reconhecer como bajulador que é, para que se mantenha o efeito humorístico. As soluções encontradas, no entanto, pecam pela previsibilidade, como nos exemplos abaixo:

Dirigi-me, pois, ao Gabinete, deixando a informação para depois. A ordem do chefe deve preceder todas as coisas – tal tem sido o meu lema nestes vinte e oito anos de laboriosa vida burocrática.

ou,

eu era, talvez, a primeira pessoa a receber palminhas daquela mão de futuro Cavaleiro! Os olhos se me enchiam de lágrimas, a língua emperrava ao ouvir sua senhoria recordar nossos labores mútuos naquela casa que venero como uma igreja.

ou, ainda,

Compreendi, respeitosamente, que meu chefe brincava. Jamais dos lábios do dr. Cesário poderiam sair, com seriedade, palavras tão profanas sobre documentos tão importantes.

Não restam muitas alternativas de interpretação ao leitor quanto à boçalidade do narrador, que acaba por contaminar a narrativa. “Um narrador não deve oferecer interpretação de sua obra”, diz Umberto Eco (1985, p. 8), a respeito do romance, o que pode ser aplicado à narrativa de Fran Martins. Fosse construída em terceira pessoa e o distanciamento do narrador poderia facilitar o desenvolvimento do estereótipo da figura do puxa-saco.

Outra possível incongruência narrativa encontra-se na caracterização do personagem João Pedro, porteiro e servente que auxilia Rogério em suas pesquisas no museu. Espécie de Sancho Pança do adulator Ricardo, é quem faz a interpretação mais chã da situação e dos documentos pesquisados. Ao mesmo tempo em que lê as crônicas históricas pesquisadas pelo chefe de seção (chefe de quem, não se sabe), João Pedro manifesta-se como avesso à manutenção do acervo histórico do museu, “troços” que “não servem nem para se vender a peso”, segundo sua visão. Para servir de contraponto à cegueira adutora do protagonista, deve ser leitor competente, que opina sobre os rumos da pesquisa, mas como representante da ala mais pobre, deve ser caracterizado como ignorante, “rude e incapaz de compreender o valor histórico dos documentos”. É certo que essa caracterização nos é dada pelo narrador, que seria de fato o ignorante da história, mas as ocorrências em discurso direto casam com o retrato do servente obtuso:

– Qual, seu Rogério, isso tudo é besteira. Se eu tivesse essas moedas mandava desmanchar para fazer um tacho, pois moeda de cobre não serve hoje nem para se comprar cachaça...

ou,

– Foi um fogo bonito [...]. Deitamos dez garrafas de querosene em cima dos livros – o fogo pegou que foi uma beleza. Só tive pena de o senhor estar doente e não assistir à fogueira. Por mim o chefe tinha mandado queimar até as estantes, para tirar esse ranço enjoado de coisas velhas...

E, no entanto, é esse o sujeito que aponta os caminhos mais racionais e pertinentes para a pesquisa de Rogério. Pode parecer, digamos, contraditório acusar as contradições da narrativa quando se pretende sustentar que a contradição é o signo do funcionário-narrador, assim como pode parecer contraditório dedicar espaço para a reflexão sobre algo que, a princípio, não deveria merecê-la. Afinal, por que retornar a obras e autores das quais ninguém mais se lembra, e para criticá-las? Pergunta retórica, claro, posto estarmos buscando estudar o tema em suas ocorrências bem ou mal sucedidas, de modo a clarear a forma como acontece. Quanto à contradição como característica produtiva, deve ser entendida como processo interno à fabulação, quando

o que estamos tratando no momento são contradições de composição que comprometem o pacto de verossimilhança com o leitor. Sobre o que entendemos sobre esse pacto, vale relembrar a formulação de Umberto Eco:

É preciso criar obstáculos para poder inventar livremente. Em poesia o obstáculo pode ser o verso, o pé, a rima, aquilo que os contemporâneos chamaram de respiração conforme o ouvido... Em narrativa o obstáculo é dado pelo mundo subjacente. E isso não tem nada a ver com o realismo (embora explique até mesmo o realismo). Pode-se construir um mundo totalmente irreal, onde os burros voam e as princesas são ressuscitadas por um beijo: mas é preciso que esse mundo, meramente possível e irreal, exista, segundo estruturas definidas previamente (é preciso saber se, nesse mundo, uma princesa pode ser ressuscitada apenas pelo beijo de um príncipe ou também de uma bruxa, e se o beijo de uma princesa retransforma em príncipe só os sapos, ou digamos, também os tatus). (ECO, 1985, p. 23-24)

O conto “Mar oceano” fica nos devendo as “estruturas” que definiriam a caracterização e as ações dos personagens. A opção pela narrativa em primeira pessoa cria compromissos que o narrador não consegue honrar. Falha o perfil do funcionário que há 28 anos se dedica a atividades burocráticas; falha o estereótipo do puxa-saco que, na condição de narrador, deve demonstrar ignorância sobre essa característica de seu comportamento; falha a caracterização do servente-assistente de pesquisa, na sua função de “escada” do protagonista, por não haver definição sobre o seu papel na narrativa – se contraponto à erudição do narrador ou “fiel escudeiro” de Rogério, empenhado na defesa da razão.

Sobre o título atribuído ao conto, trata-se de uma das antigas denominações do Oceano Atlântico sul, que teria prevalecido dos manuscritos da Baixa Idade Média à cartografia do primeiro quartel do século XVII (LOIS e GARCIA, 2009). A expressão é reproduzida de um dos compêndios pesquisados pelo protagonista, sobre as façanhas de um pirata sanguinário, possível antepassado do chefe de Rogério. Provável alusão ao perfil dos degredados que teriam povoado o Brasil, nos princípios da colonização. Mas isso também não chega a ser de fato construído na narrativa.

O lado mágico

A passagem de Umberto Eco, citada anteriormente, vem a propósito para a abordagem de um caso bem-sucedido de narrativa curta em primeira pessoa, tratando de um mundo irreal com “estruturas definidas”. Em “O ex-mágico da Taberna Minhota”, de Murilo Rubião, as regras são definidas previamente, a partir do momento em que o protagonista tira do próprio bolso o dono do restaurante. São regras exclusivas para o protagonista e possuem prazo de validade, sendo narradas quando já não surtem mais efeito. O obstáculo do mundo subjacente é dado principalmente pela condição funcionária do narrador, à qual ele teria aderido com a finalidade de anular seus poderes mágicos, os quais considerava uma espécie de maldição.

Há, no conto, uma transformação bem definida do protagonista, um “antes” e um “depois”, quando a história é contada não por um mágico, mas por um funcionário de Secretaria de Estado. É ele quem narra o pouco que sabe de sua origem, relata seus dons excepcionais e o transtorno em que esses dons se convertem por não saber controlá-los. Se a palavra do narrador for digna de confiança, a narrativa seria uma espécie de confissão de uma falta e um grande arrependimento, por “não ter criado todo um mundo mágico” quando podia. Se questionarmos, porém, a credibilidade do narrador, será preciso reavaliar inclusive o estatuto fantástico da narrativa e de seu narrador.

Para Tzvetan Todorov, o fantástico na literatura não deve ser posto à prova por leituras alegóricas ou poéticas, a fim de permanecer na hesitação entre uma explicação natural e uma explicação sobrenatural dos acontecimentos (TODOROV, 1969, p. 151). Não se trata, é claro, de uma prescrição, e sim da constatação de que a aplicação de métodos alegóricos ou poéticos já não versará mais sobre o fantástico, e sim sobre seus respectivos campos. Entretanto, não sendo a literatura fantástica o objeto de nossa pesquisa, somos tentados a buscar na mágica perdida a própria metáfora da anulação do espírito pela burocracia, e de seu posterior resgate por meio da escrita artística – a mágica da criação. Metáfora sugerida por Davi Arrigucci, em texto sobre Rubião:

O mágico não se move, como o mago propriamente dito, por uma ânsia de posse e domínio da realidade; ele é, antes de tudo, um hábil manobrador da ilusão, o mago degradado ao palco de espetáculos, poderoso bastante para se esquivar dos olhos atentos e encantar os homens. Mas, com eficácia, sua arte se rodeia ainda de ressonâncias fantásticas e fascinantes. Ilude os olhos e quebra a banalidade repetitiva da existência: da cartola, de repente, os coelhos e o espanto. O processo analógico que, na ficção de Murilo, vincula a estruturação da narrativa à transformação fantástica, parece culminar nessa figura do gerador do espanto. Pela metáfora – metamorfose literária por excelência –, o mágico se converte na própria imagem do artista. (ARRIGUCCI, 1981)

O narrador não pode mais realizar suas mágicas, porém as refaz no plano do retrospecto narrativo. No processo de construção da metáfora, em que pese a transformação aparentemente radical do mágico em burocrata, pouco ou nada se altera no caráter do protagonista, de modo que é possível sugerir que o burocrata já estava inscrito no mágico desencantado e no tédio insolúvel que o acompanha, antes da transformação. “Nascera cansado e entediado”, relata logo de início ao dono do restaurante. Ante aos aplausos da plateia que vibrava com seus feitos, mantém um olhar distante e indiferente. Após converter-se ao funcionalismo, permanece o mesmo estado de espírito, apenas agravado pela nova proximidade com o público.

Apesar do tédio do burocrata estar presente em toda a ação do conto, o lado funcionário do protagonista é pouco desenvolvido, sendo possível, porém, colher as seguintes impressões a respeito dessa condição: ser funcionário público é um desconsolo (embora não seja o maior); ser funcionário público é suicidar-se aos poucos; ser funcionário público é a pior das ocupações humanas; a burocracia anula a faculdade de fazer mágicas. Nesse sentido, a burocracia também tem seu lado mágico, embora às avessas, ao mostrar-se capaz de anular o caráter mágico da vida. Não deixa de ser significativo que, no momento de maior desespero para o narrador protagonista, quando tenta o suicídio com um tiro na cabeça, a pistola Mauser transforme-se em um lápis, ou que, quando ele busca em seus bolsos documentos que comprovem seu tempo de serviço, encontre apenas um papel amarrotado – “fragmento de um poema

inspirado nos seios da datilógrafa”. O burocrata, afinal, é também um escritor, que pela escrita procura abrandar sua misantropia e afastar o tédio da existência.

O lado humano

Da abordagem fantástica de Murilo Rubião partimos para o tratamento do tema em termos cotidianos, por Otto Lara Resende em “O lado humano”, conto que irá dialogar de forma intuitiva (ou talvez empírica) com as “disfunções” da burocracia, tais como abordadas por Robert K. Merton (1978). É um dos poucos contos de nosso *corpus* que focam especificamente a questão do atendimento ao público e as reações do atendente em um contexto de pressão. Trata-se, na verdade, de um embate entre as práticas clientelistas e as disfunções do modelo burocrático.

Relembrando Merton, a burocracia tende a fundar-se sob os princípios da hierarquia, da disciplina, da formalidade, da impessoalidade, e suas disfunções se originam desses mesmos elementos favoráveis à sua eficiência. O modelo de natureza mecanicista não estaria apto a interpretar e reagir satisfatoriamente às respostas do comportamento humano. Seus agentes, os funcionários, vítimas de uma “incapacidade treinada” e de uma “psicose ocupacional” (ver Capítulo 1), reagiriam às situações de forma ritualística, protagonizando um “deslocamento das finalidades” em que a norma e a hierarquia importam mais do que os objetivos finais da função exercida.

Otto Lara Resende, ao enfatizar em seu título o “lado humano” dos processos, da burocracia, propõe-se objetivamente a questionar também o lado mecânico, não humano (para não dizer “desumano”), do fenômeno. Também retrata as pressões externas a que um funcionário está sujeito e que muitas vezes descambam para o favorecimento e a corrupção. No embate entre cidadão e funcionário, não se salva ninguém, ambos manifestando seu lado sórdido, oportunista, humano.

A narrativa, em primeira pessoa, destina espaço privilegiado para o discurso direto, em contraponto com as econômicas intervenções do narrador-funcionário. O

diálogo entre as partes é marcado pelo desequilíbrio, com o quase monopólio da fala pelo cidadão, enquanto o funcionário fecha-se em sua superioridade burocrática. Deste, não sabemos o nome, o cargo, o local de trabalho, sabemos apenas que possui uma sala e telefone próprios, que é subordinado a um gabinete e trabalha com processos, tendo também seus próprios subordinados. O diálogo nos revela não se tratar de um bacharel, e o contexto sugere sua relativa autonomia, mascarada pela carcaça de burocrata. Tendo em vista que o funcionário é o “autor”, prevalece em grande parte da narrativa seu ponto de vista, relativizado, por vezes, pela intervenção da “figura retórica” do autor ou, como propõe Booth (1980), o “autor implícito”³³.

A economia nos elementos contextuais de caracterização de personagens e de cenário limita o conto ao essencial do conflito por meio do diálogo. De um lado, o cidadão – este sim nomeado como Euclides José Magalhães – em busca de um intermediário no círculo do poder que defenda seus interesses junto ao Estado; de outro, o funcionário que se defende do assédio, como se aquilo nada tivesse a ver com suas funções. A reação à abordagem segue um ritual específico, em que o primeiro contato com o demandante é interrompido por um autoritário “estou ocupado”. As evasivas seguintes irão encontrar um demandante decidido a manter e a cultivar o contato conquistado. No encontro seguinte, o argumento do funcionário, ante o questionamento sobre o andamento de determinado processo, é de natureza técnico-hierárquica:

– Lamento, mas não posso opinar. É matéria de alçada superior e já uma vez indeferida.

No mesmo encontro, a esta negativa segue-se outra, relativa ao requisito da impessoalidade do funcionário no exercício de suas funções:

– E o doutor não crê que tenho razão?
– Minha opinião pessoal não interessa – respondi, constrangido.

³³ Autor implícito (o *alter ego* do autor). – Até o romance que não tem um narrador dramatizado cria a imagem implícita de um autor nos bastidores, seja ele diretor de cena, operador de marionetes ou Deus indiferente que lima, silenciosamente, as unhas. Este autor implícito é sempre distinto do “homem sério” – seja o que for que pensemos dele – que cria uma versão superior de si próprio, um *alter ego*, tal como cria a sua obra. (BOOTH, 1980, p. 167)

A esta negativa se seguem outras, de caráter menos racional, como deixar o cidadão inoportuno esperando, não oferecer assento, e mais uma de caráter formal:

– Citarei o parecer da Procuradoria – interrompi-o. Mas não posso opinar, é norma burocrática.

Ante a resistência do funcionário, o demandante lança mão de argumento de caráter emocional – um filho doente cujo futuro saudável só pode ser alcançado com a boa finalização do processo. Nem mesmo o drama pessoal, no entanto, é suficiente para vencer a resistência do burocrata. A situação de embate entre os personagens, como dissemos, guarda laços estreitos com a descrição que Robert. K. Merton faz do deslocamento das finalidades da burocracia:

O modelo da personalidade do burocrata forma-se em torno da norma de impessoalidade que, ao lado da tendência a categorizar, resultante do predomínio das normas gerais e abstratas, tende a produzir conflitos nos contatos do burocrata com o público ou com a clientela. As particularidades dos casos individuais são, geralmente, ignoradas já que os funcionários reduzem ao mínimo os contatos pessoais e recorrem à categorização. Mas o cliente, que muito compreensivelmente está convencido de que o seu caso é um "caso especial", faz, geralmente, objeções a ser tratado como categoria. O tratamento estereotipado não se adapta à exigência dos problemas individuais. O tratamento impessoal que se dá a assuntos que para o cliente podem ser de grande importância pessoal é a causa da imputação de "arrogância" e "insolência" que se faz aos burocratas. (MERTON, 1978, p. 119)

O que o narrador procura fazer no relato dos acontecimentos é categorizar seu interlocutor como inconveniente, inoportuno, ou como quem busca algum “favor” ilícito junto à administração. Os recursos verbais e gestos do demandante também não procuram desfazer tal impressão, já que seu empenho está em trazer para o campo privado do “favor” as relações com o funcionário. Ao mesmo tempo em que busca a informalidade gestual, às vezes beirando a licenciosidade e a coerção física, mantém certa formalidade verbal ao empregar a linguagem característica do meio burocrático. O jogo de sedução/recusa só se encaminha para um final bem sucedido quando Euclides, o cidadão recalcitrante, retira-se de cena, deixando em seu lugar, para o devido acompanhamento do processo, sua sedutora esposa, invertendo a relação de interesse. O desfecho, que sugere um futuro estreitamento de relações entre a mulher e

o funcionário, reveste a narrativa de ambiguidade sugestiva: ao “lado humano” do cidadão – o suposto filho adoecido necessitando de tratamento – contrapõe-se o “lado humano” do funcionário, interessado em satisfazer sua libido. Que haveria de humano, afinal, nessas relações coisificadas?

O lado paranoico

A reflexão mais aprofundada sobre a paranoia da promoção e da competição entre colegas de trabalho foi desenvolvida por João Alphonsus, em um extenso conto de título econômico: “Caracol”, publicado no volume *Eis a noite!*, de 1943, é também o preferido por Carlos Drummond de Andrade como exemplo da maturidade de Alphonsus como contista, onde o poeta enxerga “uma repartição de fato, com homens de fato vivendo um humilde e empapelado destino” (ANDRADE, 1952, p. 177). Recorremos ao termo “paranoia” não em sentido científico, mas no sentido difundido pelos dicionários de um “delírio com temática predominantemente persecutória cuja construção, embora lógica, se baseia em premissas falsas” (*Aulete*). A paranoia de caráter persecutório já se fazia presente no conto “Uma história de Judas” (ver Capítulo 5), do volume *Pesca da Baleia*, de 1941, mas ganhará requintes especiais nesta nova incursão ao tema.

Temos, nesse registro, um caso de narrativa confessional, em que o narrador em primeira pessoa busca dar conta de suas contradições frente a uma expectativa frustrada de promoção. A trama estrutura-se em uma série de dualismos mais ou menos antagônicos, a começar pela oposição central chefe/subordinado. Da relação conflituosa entre esses desdobram-se outras dualidades, envolvendo mundo do trabalho e vida familiar, a casa e a rua, o local e o forasteiro. Num plano superior, abrangendo as demais, a oposição entre natureza e burocracia, presente em outros contos de João Alphonsus (ver Capítulo 5). A oposição também foi identificada em José Cândido de Carvalho, sob outro tipo de registro, mais conciso e humorístico, porém com

implicações similares quanto à burocratização da natureza e à naturalização da burocracia.

Iniciemos pelo que chamamos de oposição central, entre o chefe Macrínio e o subordinado Péricles, este também narrador. O desnível hierárquico que caracteriza a relação de subordinação profissional será compensado e por vezes suplantado pelo ponto de vista comprometido do narrador em primeira pessoa, a começar pela caracterização inicial dos personagens: Péricles, “forte e rosado”; Macrínio, “magro e murcho”. Os nomes próprios sugerem alusões históricas que, se não são suficientes para a interpretação do conto, também não podem ser desprezadas. Se o nome do narrador-protagonista remete com facilidade ao grego Péricles, estadista e estrategista militar, governante de Atenas durante a sua Idade de Ouro (461-431 a.C.), o de Macrínio seria inspirado em *Marcus Opellius Macrinus*, obscuro imperador romano do período da decadência do Império, lembrado como usurpador do posto, mediante o assassinato de seu antecessor *Antoninus Caracalla*. *Macrinus*, por sua origem na guarda pretoriana, da qual fora prefeito, e por ter sido o articulador da morte de um Imperador legítimo, teria sido impopular e governaria por um curto período (217-219 d.C.), sendo também assassinado por opositores e sucedido por *Heliogabalus Bassiannus Varius* (CHEILIK, 1984)³⁴.

É como forasteiro e usurpador (na visão do narrador) que o Macrínio do conto chega a Belo Horizonte, vindo de uma cidade do interior, para ocupar a chefia da SCCD (Seção Central de Controle e Distribuição). Isso quando, entre os quadros locais, haveria vários outros pretendentes ao cargo, dentre eles o próprio Péricles, que se autodefine como “o que teria, ou teria tido, ou haveria de ter tido mais direto a chefiar a Seção”. A formulação, antecedida por um “talvez”, é repleta de cautela: “teria”, no futuro do pretérito, condicional; “teria tido”, no futuro do pretérito composto, indicando algo que poderia ter acontecido e não ocorreu; e “haveria de ter tido”, que acrescenta à forma composta uma perífrase, ou circunlóquio. A gradação restritiva exprime de maneira

³⁴ As informações sobre imperadores romanos foram também consultadas na *Historia Augusta*, obra datada do século IV, em versão em Inglês disponível em <http://penelope.uchicago.edu/Thayer/E/home.html> Acesso em 29/05/2015.

cada vez mais remota a hipótese da nomeação, já deixada no passado. O narrador busca, assim, conquistar a confiança do leitor, dando mostras de sua sinceridade, preparando-o para o relato de sua história.

Tendo começado a tossir fingidamente para chamar a atenção do novo chefe, Péricles termina por ser pego pela gripe e, assim, tossindo mais convincentemente, alcança seu objetivo:

Aprazia-me, isto sim, despertar a atenção do novo chefe de um modo todo particular, como quem mostra adredemente um remendo no fundo das calças, compreenderam? Que ninguém sinta náuseas por um sujeito que não é menor nem pior do que os outros na prática da vida. O remendo nas calças é quase uma imagem literária: em todas as camadas sociais muita gente sabe mostrar oportunamente os seus remendos, isto é, a sua fraqueza, para atrair o interesse dos mais altos.

Explicita-se, na passagem acima, a evocação de um narratário coletivo, o qual é provocado a testemunhar em favor do caráter humanamente falho do narrador, que nada teria de melhor ou pior que os demais. A primeira estratégia de Péricles é, portanto, chamar a atenção de Macrínio, a fim de aproximar-se e ganhar a sua confiança. Algo que o subordinado, como chefe do expediente noturno, poderia ter feito por meio de uma simples solicitação de despacho, em que apresentasse ao superior suas credenciais e atribuições e pusesse seus préstimos à disposição. A opção pelo método insólito da tosse fingida funciona como indicativo da psicologia algo perturbada do protagonista, o que ficará mais evidente no transcorrer da narrativa.

Seguem-se a essa primeira tentativa de aproximação outras estratégias, como a exposição minuciosa da rotina de serviço e a visita familiar de cortesia, sem que haja retribuição à altura da parte do circunspeto Macrínio. A passagem da explicação sobre o trâmite dos processos na seção é uma pérola da racionalização burocrática, em que, com o propósito de simplificar e agilizar o trabalho, as fases e situações dessa tramitação são identificadas por letras iniciais e abreviaturas que, em conjunto, formam um insólito castelo de siglas, identificado por Péricles, seu criador, como uma máquina de eficiência. Aprendemos ainda, na mesma passagem, termos então em uso nas repartições, como “papagaio”, designando portarias internas da chefia, documentos de

menor importância, ou o exótico “transuntar”, verbalização do substantivo “transunto”, referente a cópia de algo escrito, reprodução, modelo.

Enquanto ainda vê esperanças na proximidade com o chefe e na consequente manutenção de seu *status* de “segunda pessoa” na hierarquia funcional, Péricles mantém certa ambiguidade em relação ao novo chefe, ora emitindo impressões positivas a seu respeito (“Bom sujeito. Camarada.”), ora compartilhando seu sarcasmo com o leitor (se Macrínio gostava de plantas, “por que então não permanecera em sua terra plantando batatas?”). Em sua tentativa de assimilar a frustração, Péricles tenta entender, assimilar Macrínio, sua defesa burocrática da agricultura, mediante o cultivo de samambaias, tinhorões e orquídeas, “grã-finezas de um amor vegetal invertido...”

Nesse processo de assimilação/rejeição, as contradições se acumulam: se por um lado o narrador critica em Macrínio a origem interiorana, por outro informa ter nascido em uma cidade “onde ninguém plantava nada”, suposta herança nômade dos índios botocudos; e se na aparência se esforça por ocultar seu “mal secreto”, acaba por manifestar uma indisfarçável irritação, resultando inclusive em palmadas injustas no filho mais novo (“Palmadas no seu Macrínio!”, confessa ao leitor). Por manifestar um gosto artificial pela agricultura, o intruso interiorano será comparado ao jardineiro “carcamano” Pietro, este sim um descendente original dos “homens da gleba”, com raízes fincadas no solo. Ideias de superioridade europeia em um contexto de Guerra Mundial, cujos desdobramentos Péricles acompanha pelo rádio.

O caráter obsessivo de sua irritação ganhará contornos de ideia fixa, manifestada especialmente por intermédio da muda de planta com que o chefe presenteia o subordinado: uma muda de trepadeira supostamente exclusiva das terras de origem de Macrínio. Péricles, por sua vez, compraz-se em constatar a vulgaridade da planta, um caracoleiro que de raro nada tinha, encontrável em qualquer parte. Chega a consultar, inclusive, o nome científico da planta sobre a qual virá a exercer sua vingança sádica contra o superior: *phascolus caracollata*, o que uma consulta rápida na

internet nos informa ser ligeira deformação do nome científico da planta de fato: *phaseolus caracalla*, ou *vigna caracalla*.

Numa estranha mas nada gratuita coincidência, retornamos a *Caracalla*, vítima de *Opellius Macrinus*, usurpador do trono romano. O nome *Caracalla* seria antes um epíteto, em razão dos cabelos encaracolados, e seu detentor histórico teria sido tão assassino quanto Macrino, ao eliminar o próprio irmão, *Publius Septimius Geta*. No conto de João Alphonsus, o jogo onomástico amplifica as ambiguidades da trama, em que o caracol/*Caracalla*, além da planta, vítima de Péricles/*Macrinus*, será o próprio Péricles/*Caracalla*, vítima da perseguição de Macrínio/*Macrinus*. Na condição de vítima, em momento de maior fragilidade, o protagonista se entrega à proteção da esposa Rosalina, contraído, enovelado, feito caracol:

Rosalina me abraçou mais, com uma ternura maternal, me protegendo contra os males presentes e futuros, como se eu fosse uma criança, pois eu me fazia pequenino e rasteiro diante das forças contrárias do destino, e permaneceria assim naquele aconchego a tarde inteira, a vida inteira, se ela não se desvencilhasse brandamente dos meus braços.

Uma última combinação ainda será observada entre Péricles/*Macrinus* como castigador de Péricles/*Caracalla*. Sua autopunição em relação à negligência com a esposa, o esquecimento do segundo filho, morto com um ano de idade, as lamentações ao final, por ter mutilado seguidamente e matado uma simples planta, pensando em vingar-se de Macrínio, sinalizam o quanto um revés na vida profissional pode afetar a vida pessoal. A planta presenteada pelo chefe, insistentemente a invadir como um vírus a intimidade do lar de Péricles e Rosalina, simboliza a invasão de Macrínio, “isto é a invenção daquele homúnculo antepondo-se inesperadamente” a uma aguardada promoção e a uma possível melhoria no padrão de vida da família.

Nada tão simples assim, porém, pois quem tem a última palavra é Péricles, e de Macrínio só sabemos o que ele nos informa. Quando a própria apreciação do narrador pode oscilar tanto entre a simpatia pessoal e a paranoia persecutória, devemos lembrar que a perspectiva adotada é comprometida, problemática, a ponto de resultar no

desequilíbrio e na humilhação final, que em dado sentido só confirma o desfecho na relação entre fortes e fracos, não em termos de aparência física, mas de hierarquia funcional e posição social.

O lado hipócrita

Algumas palavras ainda sobre o curioso conto de Carlos Sussekind, “O anti-Natal”, que explora de maneira irônica as contradições do ponto de vista em primeira pessoa do funcionário-narrador. Bem verdade que não se trata aqui do pequeno funcionário como narrador, mas de um ocupante do cargo de Curador de Menores do Distrito Federal, “Doutor” Lourenço Laurentis. A inclusão do conto em nossa seleta justifica-se por Lourenço, em sua narrativa, relacionar-se com pequenos funcionários da Estação D. Pedro II, no Rio de Janeiro, em tempos de administração estatal (como dá a entender o próprio narrador). A experiência de um funcionário do Estado em conflito com os serviços desse mesmo Estado nos parece digna de alguma atenção, principalmente pelo que nos diz sobre a cultura do privilégio nos escalões intermediários do poder.

O conto natalino às avessas tem como mote central os preparativos do Dr. Lourenço para uma viagem de trem do Rio de Janeiro a São Paulo, em companhia do filho menor de idade. A particularidade da viagem estaria na data de sua realização, 24 de dezembro, de modo que os viajantes atravessassem a véspera natalina dentro do trem, “sem desejar mal nem bem a quem quer que seja”, retornando dia 26, quando as festividades já teriam passado. Além da concepção sobre o que seria o anti-Natal, Lourenço também tem suas teses sobre suas prerrogativas de funcionário a serviço do Estado. Em vez de pagar do próprio bolso, prefere requisitar as passagens como se ele e o filho viajassem “a serviço” do Juizado de Menores.

Mesmo reconhecendo a fraude documental, o narrador-protagonista pretende sustentar a legitimidade do seu ato, amparado numa ética da economicidade na corrupção. Alega ser um “direito” vinculado ao cargo, e planeja uma viagem com menos conforto, em homenagem a seus “escrúpulos”. Lourenço confere a si próprio o direito de interpretar e julgar a legalidade e propriedade do seu ato, buscando apoio em uma espécie de norma individual moral. De acordo com Fernando Filgueiras, o conceito de corrupção, cujas teorias têm seu ponto de consenso na sobreposição dos interesses privados ao interesse público (FILGUEIRAS, 2004, p. 126), é normativamente dependente, estando relacionado à disputa sobre a interpretação das regras e princípios que estruturam a vida pública, que apontam o que é e o que não é corrupção. (FILGUEIRAS, 2011, p. 15)

Essa disputa discursiva de que nos fala Filgueiras se dá na esfera pública, em diferentes campos, como o da representação política, o campo jurídico e a mídia, e não no campo introspectivo da consciência individual, conforme representada no conto de Sussekind. Mas o exercício especulativo em torno do personagem Lourenço Laurentis (já no nome próprio coroado de louros e láureas) sugere que a disputa é pouco democrática, sendo muitas vezes pautada pelo argumento de autoridade. Afinal, se a corrupção é relacionada a aspectos econômicos, ao comportamento de maximização da renda privada pelos agentes políticos, ela é também um fenômeno político, de degeneração institucional e de desrespeito às regras estruturadoras da vida pública. (FILGUEIRAS, 2011, p. 14-15)

O argumento econômico de Lourenço é portanto, falacioso, como falaciosa será a justificativa do seu “direito” de cometer o ilícito. Um terceiro argumento para o ato aparecerá na burocracia do Estado, cuja ineficiência explicaria, se não justificaria, os malfeitos de seus agentes. São idas e vindas à Estação para a emissão das passagens, por conta de uma regra absurda de antecedência; taxas adicionais para itens básicos, como poltronas; impossibilidade na escolha de assentos; descortesia dos atendentes da estação. Tudo leva o narrador a uma insatisfação com o Estado, como se ele próprio

não fosse parte ativa desse processo de degeneração institucional. Em vez disso, prefere mostrar-se indignado:

Quer dizer: um funcionário, viajando a serviço do Estado, tendo sua passagem requisitada pelo Juízo de Menores, em nome do Ministro da Justiça, não tem direito sequer a viajar sentado nas 11 horas do percurso.

Na impossibilidade de contar com os privilégios que havia planejado, Lourenço acaba por contentar-se com o que lhe é oferecido. Ao final, um aceno à democracia sem privilégios, algo que estaria a depender da providência divina: uma viagem na qual quem tem sol pela manhã “não o terá mais à tarde, e quem, pela manhã, gozar da sombra, escaldará com o sol de depois do meio-dia”.

5. O ciclo de vida do burocrata

Tendo sido recolhidas tantas ocorrências de narrativas em que o funcionário público é representado, não será surpresa que algumas delas, em conjunto, perfaçam o ciclo de vida do burocrata, iniciado pelo ingresso propriamente dito no ambiente das repartições e encerrado por sua aposentadoria, morte ou algo mais. Afinal, veremos que se nada nos autoriza a sustentar que alguém nasça para ser funcionário, é bem mais fácil mostrar que nem a aposentadoria, nem a morte, livram certos personagens da condição funcionária. O problema, entre um extremo e outro, é criar interesse no que pode acontecer à vida metódica de um ser, na maioria das vezes, medíocre, submisso e conformado.

Ao tratar do surgimento dessa *persona* literária no romance do séc. XIX, Sylvie Thorel-Cailleteau (2002) expressa-se, não sem certo espanto, quanto à improbabilidade da tarefa dos criadores: “Dedicar uma obra a um personagem tão insignificante e ingrato quanto o empregado de *bureau* consiste em uma opção certamente singular, a de escrever praticamente sobre nada” (*Consacrer une oeuvre à un personnage aussi insignifiant et ingrat que l’employé de bureau relève d’un parti assurément singulier, celui d’écrire quasiment sur rien*). E, no entanto, sobre o “quase nada” muitos escreveram, mesmo sabendo da insignificância de seus protagonistas e ações, ou inações. Perscrutaram seu acesso aos cargos públicos, seu trajeto até os postos de trabalho, sua rotina no interior das repartições, até o momento em que se tornaram indesejáveis, descartáveis para a máquina administrativa.

O ingresso

*– Olhe amigo!... entrei sim para esta casa por concurso!...
Ouviu bem?... por... concurso!... Por um concurso de
circunstâncias felizes!*

(Luís Gurgel do Amaral, *O meu velho Itamaraty*)

A anedota da epígrafe aparece em passagem da obra memorialística de Luís Gurgel do Amaral (2008, p. 54), em que o autor rememora a sua nomeação para o posto de amanuense no Itamaraty, ocorrida graças à intervenção do Barão do Rio Branco, em nome de uma antiga amizade de seu pai então já falecido. Na passagem, Gurgel também se lembra de um amigo que, tendo ingressado no Itamaraty em condições similares às suas, e interpelado insistentemente por um colega sobre qual concurso, “se de provas ou de títulos”, havia facultado seu ingresso no quadro permanente do Ministério, teria se saído com a “deliciosa e filosófica” resposta de ter sido nomeado por um “concurso de circunstâncias felizes!” (AMARAL, 2008)

A resposta espirituosa teria fulminado o impertinente interlocutor e resolvido a questão, pelo menos sob o ponto de vista do memorialista, um ex-amanuense cujo pai desfrutara de relações de amizade com o "patrono da diplomacia" no Brasil. Da perspectiva atual, a resposta provavelmente soaria como acinte ou como “desfaçatez de classe”, ao atribuir "mérito ao parentesco, igualdade ao privilégio" (SCHWARZ, 1977, p. 18). Não que haja novidade na natureza clientelista de nossa formação histórica, mas que o cinismo da resposta dificilmente seria visto como prova de espiritualidade e inteligência em nossos tempos. E se é certo que a institucionalização do concurso público para provimento em cargos é posterior à época da anedota,³⁵ também é certo que ainda hoje convivemos com práticas similares às do Barão, nas quais os bem posicionados na política esbanjam generosidade com seus protegidos às custas do recurso público.

³⁵ A institucionalização do concurso público como forma de acesso aos cargos, a estabilidade no emprego e a organização das carreiras como princípio geral da função pública são conquistas da década de 1930, com a adoção de princípios do modelo burocrático de administração. Ver, PACHECO (2010, p. 278).

Sobre a correspondência de Rui Barbosa durante a sua gestão como Ministro da Fazenda (de 15 de novembro de 1889 a 21 de janeiro de 1891), pesquisa conduzida por José Murilo de Carvalho (2000) traz informações referentes à prática clientelista no período de transição entre o Império e a República. A começar pelo esclarecimento de que, já nessa época, a questão era tratada com ambiguidade pelos que se manifestavam sobre o assunto. Da tribuna, vinham as mais severas condenações ao patronato e ao filhotismo, enquanto nas repartições a prática era largamente difundida, muitas vezes pelos mesmos que a condenavam publicamente. O próprio Rui Barbosa teria se traído ao condenar publicamente a prática em diversas ocasiões e ao promover, durante seus 432 dias como Ministro, “um festival de distribuição de nomeações, pensões e aposentadorias” (CARVALHO, 2000).

Analisando a correspondência propriamente dita, Carvalho observa que muitas foram as demandas apresentadas ao Ministro, a maioria delas pedidos de emprego em órgãos públicos, sob as mais variadas justificativas, dentre as quais as relações de parentesco e coleguismo (da parte de quem pede), a necessidade financeira, pessoal ou familiar (da parte do beneficiado) e até mesmo a competência, aí incluídas a habilidade, a experiência e a antiguidade. Fora dessas categorias, ocorrências mais isoladas, como cumprimento de promessas, serviços pessoais e políticos, reparação de injustiças, etc. Ao conjunto dessas ocorrências, Carvalho chama “razão clientelista”, isto é, os valores sociais e a visão de governo que sustentavam moralmente os pedidos. (CARVALHO. 2000)

Na literatura o tema aparece desde os tempos do Império, em Alencar, Machado, Joaquim Manuel de Macedo³⁶, mas será abordado de maneira mais incisiva por Lima Barreto e Monteiro Lobato, na crítica a uma República ainda jovem e já carcomida por práticas viciosas. Há um contraste evidente entre o amanuense de Artur Azevedo, às voltas com propósitos de ascensão social, e os agentes públicos retratados por esses autores. Em Lima Barreto a perspectiva será, necessariamente, endógena, característica de quem conheceu as repartições, seus rituais e seus agentes. Em

³⁶ De Macedo, ver *Memórias do sobrinho de meu tio*, sobre os “filhotes” dos ministros. De Alencar e Machado, os já citados *Senhora* e “O caso Barreto”.

Monteiro Lobato, o ponto de vista será predominantemente externo, o do empreendedor que não vê com bons olhos os serviços públicos prestados pelo governo e o cabide de empregos em que muitas vezes este se transforma. Apesar da diferença, ambos compartilham um humor sarcástico dificilmente superável na abordagem do tema.

De Lima Barreto, as obras que mais vão a fundo na visão sobre o serviço público e seus agentes são *Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá* e “Três gênios de secretaria”, conto que é quase que um apêndice da primeira. Em *Vida e morte*, a história é narrada pelo *alter ego* Augusto Machado, funcionário público que almeja ser um “biógrafo dos amanuenses”, tendo como justificativa para seu projeto a divisão social do trabalho, ou a “ordem obscura do mundo” que faz com que, enquanto alguns se dedicam à biografia dos ministros, outros devam dedicar-se à história de vida dos escribas ministeriais. Já o conto “Três gênios de secretaria” apresenta-se como apontamento do próprio biografado, Gonzaga de Sá. Se o foco narrativo é, em princípio, o do funcionário-narrador, o interesse da narrativa recai sobre os “tipos” descritos por Gonzaga – os tais “gênios” do título – , com destaque para a relação entre a forma de acesso ao serviço público e o papel de cada tipo no ambiente da repartição.

O primeiro desses gênios já havia sido apresentado em *Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá*. Xisto Rodrigues (no romance, Xisto Beldroegas) é funcionário das antigas, com acesso por “concurso decente e sem padrinhos”:

Apesar da sua pulhice bacharelesca e a sua limitação intelectual, merece respeito pela honestidade que põe em todos os atos de sua vida, mesmo como funcionário. Sai à hora regulamentar e entra à hora regulamentar; não bajula, nem recebe gratificações.

O segundo nem chega a ser nomeado, mas é próximo do poder e referência para os superiores na eventual promoção dos amanuenses. Não se sabe de onde veio ou como entrou para a Secretaria, só se sabe da sua influência na decisão sobre o futuro dos colegas (um antepassado dos atuais “cargos de livre provimento” nos órgãos de governo). O narrador destaca seu gosto por charadas, ele próprio constituindo um enigma da repartição. Já ao terceiro personagem, Gonzaga dedica mais atenção, tendo em vista sua perniciosidade: o auxiliar de gabinete, “doutor em qualquer coisa”, vindo

de qualquer parte do país à busca de um emprego seguro que lhe garanta o restante da existência:

Instalado no Rio, com fumaças de estudante, sonhou logo arranjar um casamento, não para conseguir uma mulher, mas, para arranjar um sogro influente, que o empregasse em qualquer coisa, solidamente. Quem como ele faz de sua vida tão somente caminho para o cemitério, não quer muito: um lugar em uma secretaria qualquer serve. Há os que veem mais alto e se servem do mesmo meio; mas são a quintessência da espécie.

Sobre esse auxiliar de gabinete da Secretaria dos Cultos, onde trabalha Gonzaga, sabemos ter sido nomeado mediante a influência do sogro e graças a uma fraude em concurso de admissão. Uma vez instalado, Mata-borrão, como é jocosamente nomeado, passa a exercer sua prosápia contra os colegas e a equilibrar-se no cargo, conforme as mudanças no governo. É ele quem motiva a tese de Gonzaga sobre a burocracia como um processo de seleção natural às avessas:

(...) a burocracia quer desses amorfos, pois ela é das criações sociais aquela que mais atrozmente tende a anular a alma, a inteligência, e os influxos naturais e físicos ao indivíduo. É um expressivo documento de seleção inversa que caracteriza toda a nossa sociedade burguesa, permitindo no seu campo especial, com a anulação dos melhores da inteligência, de saber, de caráter e criação, o triunfo inexplicável de um Mata-borrão por aí”.

A questão era cara a Lima Barreto, quase que uma fixação, tendo em vista seu convívio com privilégios e desmandos nas repartições do governo.³⁷ Na caracterização dos três gênios promovida pelo narrador, a forma de acesso ao cargo público está diretamente associada ao estofo moral de cada personagem. Àquele que passa por concurso honesto, tudo é perdoado, mesmo a sua pulhice bacharelesca. De quem não se sabe de onde veio, ou como chegou ao posto onde está, não há o que cobrar, mesmo em se sabendo da sua função de olheiro da chefia. Já aquele que se

³⁷ Ver, a respeito da admissão de Lima Barreto como amanuense da Secretaria de Guerra, Francisco de Assis Barbosa (2003, p. 127-136). Ver também o juízo de Lília Schwarcz a esse respeito: “Ele [Lima Barreto] punha na boca de seus personagens críticas ao funcionalismo, à mania nacional de se fazer passar por doutor ou aos protecionismos de toda a ordem. Já na vida real, foi o emprego como amanuense na Secretaria de Guerra que garantiu o seu sustento, assim como o da família”. (SCHWARCZ, 2010, p. 16)

estabelece à custa de relações e influência, mantendo sua posição por meio da maledicência e da ostentação, nem o inferno aceita.

Parece haver certa contradição entre a apologia que o narrador faz da mediocridade segura e confortável que o emprego público viabiliza e os efeitos deletérios que atribui à burocracia. Pois se esta é dentre as criações sociais aquela que “mais atrozmente tende a anular a alma, a inteligência, e os influxos naturais e físicos ao indivíduo”, é também o que garante aos agentes públicos aquele “deslizar macio” durante as horas de ofício, que Gonzaga diz apreciar. Melhor, no entanto, entender a apologia pela clave irônica, como resultado de um delírio burocrático em meio a processos repetitivos e formalistas, em meio à mesmice diária e a formas protocolares de comunicação:

Quando, de manhã, novo ou velho no emprego, a gente se senta na sua mesa oficial, não há novidade de espécie alguma e, já da pena, escreve devagarinho: “Tenho a honra”, etc., etc.; ou, republicanamente, “Declaro-vos, para os fins convenientes”, etc.. etc. Se há mudança, é pequena e o começo é já bem sabido: “Tenho em vistas”... – ou “Na forma do disposto”...

Às vezes o papel oficial fica semelhante a um estranho mosaico de fórmulas e chapas; e são os mais difíceis, nos quais o doutor Xisto Rodrigues brilhava como mestre inigualável.

A repetição e a sobreposição de fórmulas oficiais geram um objeto de difícil interpretação, tamanha a vacuidade do resultado, somente decifrável por um burocrata triunfante como Xisto. Há diferença de tom entre a passagem acima, em que o narrador se encontra imerso no universo da repartição, como que dopado pelas formas e fórmulas, e a passagem da conclusão, com as lúcidas considerações sobre o caráter nefasto da burocracia. A contradição se ameniza ou se dilui se consideramos haver, no conto, uma alternância entre o narrador Gonzaga e a imagem retórica do autor, ou “autor implícito”, aproveitando-se dos “pontos de cegueira” do narrador (DAL FARRA, 1978, p.24). Afinal, em matéria de burocracia, será sempre mais difícil manter a coerência falando de dentro do monstro.

Em Monteiro Lobato, o tema surge em seus contos adultos, ajudando a compor o quadro desolado das *Cidades mortas* com a figura dos “carrapatos orçamentívoros”, como o autor tende a caracterizar os agentes da administração pública. Merece destaque entre as ocorrências o conto “O luzeiro agrícola”, em que Sizenando Capistrano, um poeta famélico, é guindado à condição de inspetor do Ministério da Agricultura, recomendado por todos que estavam cansados de sua “perpétua fome lírica a deambular pelas ruas” (LOBATO, 2007, p.134). No exercício de suas funções, é encarregado pelo Ministro de fazer um relatório qualquer, sobre tema de sua escolha. O tema escolhido será a beldroega, por sugestão de um prato da verdura que a esposa lhe atirara à cara, durante uma discussão. Uma vez concluído e impresso o relatório em luxuosa encadernação e vultosa tiragem, é encaminhado ao forno, por ordem ministerial, a fim de ser incinerado e deixar de atravancar os arquivos.

Depois do personagem de Lima Barreto, estamos às voltas novamente com a beldroega. Que relação haverá entre a hortaliça e o serviço público e seus agentes? Uma consulta aos dicionários nos esclarece o sentido figurado e pejorativo do vocábulo, quando registrado no plural “beldroegas”: *lorpa, boçal* (no *Aulete*); *tolo, boçal, pessoa insignificante, inútil* (no *Houaiss*); *tolo, João-ninguém* (no *Aurélio*). Trata-se do sentido almejado por Lima Barreto com o personagem Xisto. Em Monteiro Lobato, prevalece o sentido também figurado de coisa vulgar, sem valor, recebendo a hortaliça o nome (pseudo) científico de *Papalvum brasiliensis*, com o primeiro dos termos, “papalvo”, significando “pessoa boba, tola, pateta”. A referência, portanto, é indireta ao próprio poeta pedinte que se lança aos braços do Estado sem ter nada a oferecer além da sua literatura e sua inépcia para o trabalho.

Inverte-se, assim a fórmula de Martins Pena, em que a necessidade faz de homens de espírito “máquinas estúpidas” ao convertê-los em medíocres amanuenses (ver Capítulo 1). Em Monteiro Lobato, é o *papalvum brasiliensis* que, com seu questionável talento literário, depende do emprego público para sobreviver. Em “O plágio” outro dos contos de *Cidades Mortas*, o amanuense Ernesto, “né de Oliveira, mas d'Olivais”, tem suas origens assim narradas:

Em moço, enquanto vivia às sopas do pai à espera de que lhe caísse do céu amanuensado, fundara *A Violeta*, órgão literário e recreativo, com charadas, sonetos, variedades e mais mimos de Apolo e Minerva. Redigiu depois certa folha “crítica, científica e literária” com dois tt, *O Combatente*, que morreu aos sete meses, combatendo a gramática até no derradeiro transe. Compôs nesse intervalo, e publicou, um livro de sonetos, cuja impressão deu com o pai na miséria.

Ante o fracasso literário, Ernesto cai em estado de depressão anárquica, é expulso de casa pelo pai, achega-se a um tio influente na política e, enfim, cava seu empreguinho. Em Lobato, o tema do emprego público é acompanhado da crítica à impostura artística e intelectual, já que para o narrador (ou, mais apropriadamente, para a figura retórica do “autor implícito”) “fazer literatura’ é a forma natural da calaçaria [isto é, “da vadiagem”] indígena [isto é, “brasileira”]: em outros países o desocupado caça, pesca, joga o murro. Aqui beletra”. Quando não há ou cessa o sustento material para a suposta vocação artística, a alternativa é o emprego público, que possibilita a vadiagem remunerada. Publicar algo será necessário, primeiro, para satisfazer o ego da juventude, depois para dar lustro à imagem de pequeno funcionário.

Em ambos os contos de Lobato, chama atenção o alto grau de intrusão do “autor”, aquilo que os precursores dos estudos sobre o foco narrativo chamariam de “comentários do autor” e que Henry James e seus seguidores tachariam como “indesejável”³⁸. Há uma militância em suas narrativas adultas, contra o que o autor identifica como as causas do atraso nacional. Surpreende, no entanto, a desenvoltura com os enredos quando o que está em foco é a defesa de uma tese. O uso da erudição pelo autor/narrador, em contraste com a obtusidade do funcionário-narrado, resulta em cenas propositadamente risíveis. O tom provocativo e de superioridade em relação aos personagens impõe-se por meio de um pacto entre narrador e leitor contra o despropósito das situações narradas.

Nas crônicas de Lobato e Lima Barreto que atacam as mazelas da então jovem República, a questão do acesso aos cargos públicos e do perfil dos que pleiteiam esses cargos é apenas um pequeno capítulo. Outros autores, de outros períodos, abordaram

³⁸ Ver, a respeito, Booth (1980), em especial o “Capítulo 7 - Usos do comentário fidedigno”.

também o tema, de outras formas. Graciliano Ramos, em “Dois dedos”, trata do médico de arrabalde que cede à tentação de humilhar-se pedindo uma sinecura a um amigo de infância, então convertido em Governador. José Cândido de Carvalho, em “Quem pega bala na popa não chega a tabelião”, nos fala do voluntário interiorano que, ao juntar-se às forças legalistas no abafamento de rebelião armada no Rio de Janeiro, leva tiro no traseiro e retorna a sua terra com carta de recomendação para o cargo de amanuense. Levasse tiro em lugar de maior respeito, voltaria tabelião. Diferentes versões para a mesma barganha clientelista que ainda hoje macula nossa vida pública.

No bonde

Quando o acadêmico Amadeu Amaral (1875-1929) se propôs a redigir o seu *Memorial de um passageiro de Bonde*³⁹, escolheu como protagonista um empregado público que há vinte anos fazia suas viagens nesse veículo, “de casa para a repartição e da repartição para casa”. Felício Trancoso, o tal personagem, é chefe de seção em uma Secretaria e refaz o seu trajeto diariamente, extraíndo de suas viagens a matéria de seus escritos. A escolha do narrador-protagonista não seria ocasional, já que a personagem mescla a mediocridade e erudição necessárias para a construção do ponto de vista na narrativa. Na abordagem de Ricardo Golovaty:

A mediocridade como postura estratégica de humildade e bondade visa à honestidade em reconhecer limites próprios como sinal de conduta ética. Ao mesmo tempo a mediocridade como postura estratégica irônica coloca-se abaixo dos outros jogadores e dos astros de seu tempo, revelando a hipocrisia, a soberba e a vaidade destes. (GOLOVATY, 2010, p. 156-157)

Uma instrução e erudição mínimas, porém, seriam necessárias para justificar a ironia e conferir verossimilhança ao relato. Essa escolha, do funcionário como narrador

³⁹ Publicada como série em 1927 n'O *Estado de S. Paulo*, em forma de folhetim, *Memorial de um Passageiro de Bonde* foi posteriormente reunido em livro póstumo homônimo, em 1938. Ver Golovaty (2010, p. 158). Sobre o protagonista de *Memorial*, o historiador complementa: “No *Memorial de um passageiro de bonde* Amadeu utiliza o pseudônimo Felício Trancoso numa fusão entre o seu eu “real” e o seu eu “ficcional”. Nele interpreta a cidade a partir do banco do bonde, pela ótica de um medíocre e humilde funcionário público leitor de obras de ficção, de poesia, de sociologia, de filosofia e de religião”.

de suas histórias e experiências, já foi tratada no capítulo anterior. Fiquemos, portanto, com a mediocridade característica do pequeno funcionário na narrativa de ficção, narrativa esta que muitas vezes será estrategicamente irônica, mas raramente humilde e bondosa. Fiquemos com o “funcionário passageiro de bonde”, tal como aparece em duas narrativas curtas com vinculações modernistas: “O revoltado Robespierre”, de Alcântara Machado (1901-1935), e “O cântico”, do contista paranaense Newton Sampaio (1913-1938).

O primeiro, lido e reconhecido como “o prosador do Modernismo Paulista” (BOSI, 2006, p. 374); o segundo, um contemporâneo de Alcântara, contra quem teria sido travada uma “grande guerra em silêncio”. (TREVISAN, 1947) Triste coincidência entre os dois artistas da narrativa curta, condenados a uma vida também curta, um chegando aos 34, outro não passando dos 25 anos. E uma relação de “influência” do primeiro sobre o segundo, proposta já na década de 1940 por Dalton Trevisan, conterrâneo de Newton Sampaio e também contista.

Os contos mencionados tematizam, no todo ou em parte (no caso de Newton), o deslocamento de dois funcionários para seus postos de trabalho. Só saberemos da condição funcionária de ambos os protagonistas ao desfecho das narrativas, estruturadas similarmente com base na técnica humorística da “quebra da expectativa”. A tese sobre o riso como resultado de uma quebra de expectativa tem em Kant seu precursor⁴⁰, sendo contemporaneamente retomada pela já citada “linguística de frames” (BARRETO, 2013). Nos contos, encontramos a apresentação inicial de uma máscara vigorosa, ousada, valente, que é negada ao final, com o desvelamento da “verdadeira” identidade dos protagonistas. Tratemos caso a caso.

⁴⁰ "O riso é um afeto resultante da súbita transformação de uma tensa expectativa em nada. Precisamente esta transformação, que certamente não alegra o entendimento, alegra contudo indiretamente por um momento de modo muito vivo. Portanto, a sua causa tem que residir na influência da representação sobre o corpo e em sua ação recíproca sobre o ânimo; e na verdade não na medida em que a representação é objetivamente um deleite (pois, como pode uma expectativa frustrada deleitar?), mas meramente pelo fato de que ela enquanto simples jogo das representações, produz um equilíbrio das forças vitais". Immanuel Kant (2008, p. 177-178).

O conto de Alcântara Machado, “O revoltado Robespierre”, que integra o volume *Laranja da China* (1928), traz como marca característica a tomada do espaço urbano pelo protagonista, durante o trajeto de bonde, de casa até o trabalho. Se o bonde é, como sugere o narrador de *Os ratos*, de Dyonélio Machado, “um prolongamento do bairro e da casa” (MACHADO, 2004, p. 24), é nele que as relações sociais ocasionais acontecem, sem a intermediação direta das questões de origem social, de posses e parentesco. No espaço exíguo compartilhado por passageiros vindos de diferentes lugares, e com diferentes destinos, a interação acontece, mesmo quando provocada por um único e inconveniente viajante.

A proximidade física entre pessoas de origem e *status* social relativamente distantes requer, como já havia registrado Machado de Assis, em texto jocoso, a observação de “umas certas regras para uso dos que frequentam bondes”. Em crônica de 4 de julho de 1883, o autor apresenta dez artigos referentes às regras de conduta no veículo, tratando, dentre outros assuntos, do modo correto de sentar-se, das conversas entre passageiros, do trato com as mulheres e do pagamento do bilhete ao condutor (MACHADO DE ASSIS, 1883). O conto de Alcântara Machado, surgido 45 anos após a publicação dessas regras, sugere não ter havido grande progresso no comportamento de passageiros importunos.

O revoltado “Robespierre” do título manifesta sua conduta inadequada desde o primeiro momento em que adentra o veículo: é descortês com o motorneiro e o condutor; fala alto, para que todos o observem, sobre as mais diversas generalidades, sem questionar se alguém está de fato interessado; porta-se como se estivesse na intimidade do lar, checando as espinhas no rosto, limpando o ouvido com palito de fósforo, mas a sua dimensão mais enigmática, em meio a toda essa inquietude, será a política. Se há, da parte do personagem, ares e gestos de superioridade, os indícios que o narrador vai colocando à disposição do leitor fazem antever que a sua verdadeira identidade está mascarada.

Embora haja no conto traços de onisciência da parte do narrador, a narrativa é dominada pelo ponto de vista que Norman Friedman (2002) designa como “câmera”

(*the camera*), em que o objetivo é “transmitir, sem seleção ou organização aparente, um ‘pedaço de vida’ da maneira como ela acontece diante do *medium* de registro“. Não se trata, porém, de uma anulação completa da figura do narrador, como objetivava Friedman (como se uma câmera de fato não promovesse a seleção e organização de pedaços de vida), e sim de um foco irrequieto que procura captar a agitação da cidade e do personagem.

As intrusões ocasionais do narrador desfazem qualquer pretensão de que haja uma história a ser narrada por si mesma. A câmera acompanha os movimentos do personagem, de modo a captar sua inconveniência diante dos demais passageiros. Simultaneamente, ela registra lugarejos do centro de São Paulo, num trajeto que vai do Largo de Santa Cecília até os arredores da Pátio do Colégio, antiga administração do Estado. Os anúncios dispostos no veículo distraem por um momento a atenção do personagem e a viagem prossegue, enquanto somos informados da marca de cigarros que ele fuma⁴¹, da cautela do Monte de Socorro do Estado⁴² que ele carrega consigo, e de seu hábito de fazer uma “fezinha” na loteria. São indicativos da condição social do personagem, bem como serão indicativos de seu perfil político o fato de, ao receber do condutor o troco da passagem, rejeitar uma nota com a efígie de Artur Bernardes, e sua reação ao avistar na rua um superior desfilando em carro oficial:

Cumprimenta rasgadamente o doutor Indalécio Filho, subinspetor das bombas de gasolina, que passa no seu Marmon oficial e não o vê. Depois anota apressadamente o número do automóvel no verso de uma cautela do Monte de Socorro do Estado.

– O povo que sue para pagar o luxo dos afilhados do governo! Aproveite, pessoal! Vá mamando no Tesouro enquanto o povo não se levanta e manda vocês todos... nada! Mas isto um dia acaba.

⁴¹ A marca de cigarros Sudan, mencionada no conto, adotava à época uma agressiva campanha publicitária, informando ocultar cheques de diversos valores nos maços do produto postos à venda. Há reprodução da publicidade disponível em <http://memoria.bn.br/docreader/WebIndex/WIPagina/110523_02/25659> Acesso em: 19/02/2015.

⁴² A Lei nº 2.040, de 31 de dezembro de 1924, que instituiu o Monte de Socorro do Estado de São Paulo, prevê, dentre outros serviços, a concessão de “empréstimos a empregados do Estado de São Paulo, sob a garantia de seus ordenados, não podendo exceder de um terço dos respectivos ordenados semestrais o valor do empréstimo, nem de 9% ao ano os juros a pagar, nem ser contraído novo empréstimo sem estar liquidado o anterior”. Disponível em <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1924/lei-2040-31.12.1924.html>> Acesso em 22/02/2015.

Com relação a Artur Bernardes⁴³, trata-se do político mineiro que governou o país de 1922 e 1926, durante a chamada “política dos governadores”, que teve como resultado mais evidente a alternância entre mineiros e paulistas no governo federal. Isso não significa, porém, que essa aliança entre os estados tenha sido isenta de conflitos, como salientam Ferreira e Sá Pinto (2010, p. 392), e como parece sugerir a reação do protagonista “paulista” do conto. Difícil, porém, querer atribuir qualquer coerência política ao protagonista, quando o narrador se empenha em caracterizá-lo como um pseudo-agitador. Suas tiradas revolucionárias são anuladas pela deferência que dedica ao superior que sequer chega a avistá-lo.

A máscara cai ao final, com a sua chegada ao serviço e com a revelação de sua identidade de fato: Natanael Robespierre dos Anjos, há vinte e dois anos terceiro escrivão da Secretaria dos Negócios de Agricultura e Comércio. Sua rebeldia é reduzida à bufonaria (por isso, no bonde, ninguém dá atenção a suas provocações e invectivas). Trata-se de um baixo funcionário com ares de ser superior – de um sujeito que prega, mas não pratica a ética; que critica as mamatas, mas delas participa na condição de funcionário indicado por pistolão. O riso surge não só dos maus modos do personagem no interior transporte público, de seu destempero, mas, como dissemos, da quebra de expectativa quanto à identidade do personagem, o que por sua vez explica a indiferença de todos frente a suas inconveniências. O pequeno funcionário é definido ao avesso, como o próprio oxímoro do nome próprio sugere: um Robespierre dos Anjos, que afinal não representa ameaça a ninguém.

Já no conto de Newton Sampaio, temos estratégia similar, embora a técnica narrativa empregada seja distinta. Novamente o pequeno funcionário se mascara sob aparente grandiloquência, porém desta feita a revelação de sua identidade é antecedida pelo “cântico” do título, espécie de preâmbulo à ação do conto. Há uma clara divisão formal na narrativa, a primeira parte um discurso direto, em tom de manifesto, a segunda uma narração em terceira pessoa, intercalada pelo

⁴³ Segundo Isabel Lustosa (2010, p. 305-306), o Presidente Artur Bernardes, por governar sob estado de sítio e adotar restrições à liberdade de imprensa, foi dos alvos prediletos da caricatura do período, merecendo da parte desta tratamento de verdadeiro tirano.

diálogo/monólogo das personagens. Em dissertação sobre a obra de Newton Sampaio, Márcio Renato dos Santos sugere a existência de pontos de contato entre o cântico do conto e o “Manifesto do Futurismo” e outros manifestos vanguardistas (SANTOS, 2005, p. 45). Embora a aproximação nos pareça válida, preferimos situar a inspiração do discurso em 1ª pessoa não no “nós” dos manifestos, mas no “eu” do *Zaratustra* de Nietzsche.

Tomemos, por exemplo, as construções do parágrafo quatro do Prefácio de *Zaratustra*, iniciadas pelas frases declarativas do tipo “Amo aqueles que...”. Na tradução de Paulo César de Souza:

Amo aqueles que não sabem viver a não ser como quem declina, pois são os que passam.

Amo os grandes desprezadores, porque são os grandes reverenciadores, e flechas de anseio pela outra margem.

Amo aqueles que não buscam primeiramente atrás das estrelas uma razão para declinar e serem sacrificados: mas que se sacrificam à terra, para que um dia a terra venha a ser do super-homem.

Amo aquele que vive para vir a conhecer, e que quer conhecer para que um dia viva o super-homem. E assim quer o seu declínio.

Caso comparados esses fragmentos às passagens iniciais do cântico de Newton Sampaio, temos:

Eu amo a luta, transfiguradora e fecunda, em seus agudos instantes de plenitude.

Eu amo, eu amo a luta como se me apresenta, quando a vida sorri, e quando a vida me castiga. Porque a luta tem beleza intrínseca, como a fonte tem a água e o sol tem a luz.

A semelhança está não só na construção da frases, mas no tom grandiloquente e provocativo dos textos. Se um ama os que lutam, outro ama a própria luta, e se *Zaratustra* almeja o super-homem, o personagem do conto conclama o “homem novo”. No “cântico”, as passagens que dão sequência ao fragmento inicial alternam as variantes “Eu não gosto” e “Eu gosto”, até parte V, que introduz os verbos “ver”, “sentir”, “bendizer”, “abominar”, “fugir” e [não] “querer”, invariavelmente antecidos pelo pronome egocêntrico.

Outras passagens da obra de Nietzsche podem ter inspirado o cântico de Sampaio, como o “Canto noturno” da Segunda Parte, ou o fragmento “Da guerra e dos guerreiros”, em trechos como:

Não queremos ser poupados por nossos melhores inimigos, nem por aqueles que amamos profundamente. Então deixai que vos diga a verdade!

Meus irmãos de guerra! Eu vos amo profundamente, fui e sou vosso igual. E sou também vosso melhor inimigo. Então deixai que vos diga a verdade!

Em Newton Sampaio:

Eu bendigo, eu bendigo a sanha dos que me combatem e a impiedade dos que me odeiam, porque, com este ódio e com esses combates, incendiarei substâncias novas do meu ser.

O intertexto ficará aqui apenas sugerido, mesmo porque não há muito sentido em se comparar a fundo obras de fôlego e repercussão tão díspares. Também não há como atribuir à narrativa de Newton Sampaio pretensões filosóficas que ela não tem por propósito sustentar, já que a paráfrase funciona mais como matéria para o contraste entre o discurso e os atos do personagem, que para a propagação de um ideário coerente.

De modo similar ao que ocorre no conto de Alcântara Machado, o trajeto até o trabalho é o momento de revelação da *persona* social do protagonista. Seus gestos traem um sujeito metódico, conservador e até preconceituoso. Ponto a ponto do que é tratado pelo cântico vai sendo desmentido pelas falas e gestos do personagem, aspecto já desenvolvido na leitura feita por Márcio Renato dos Santos (2005). A passagem do personagem pelo bonde resume-se aos breves parágrafos finais, em que o nietzschiano futurista revela-se um cordato e melancólico burocrata:

Procura lugar, pedindo licença a meio mundo. Senta-se.

A perspectiva de mais um inútil dia de repartição lhe dá certa melancolia. Conforta-o, entretanto, o acontecimento da nova página.

O bonde faz a volta da rua Bambina, e Raimundo dos Santos Filho começa a recapitular, inteiramente absorto, o “Cântico do Homem Novo”.

O cântico do funcionário é um canto solitário, sem qualquer repercussão ou efeito. E se o seu acontecimento reconforta seu criador, em nada transforma suas atitudes, devolvendo-o à banalidade do cotidiano, do mesmo modo que a iconoclastia de Robespierre dos Anjos se recolhe ao final para dar lugar à passividade do escriturário. Apesar da revelação da identidade social de ambos ao final das narrativas, e da quebra de expectativa disso advinda, os personagens permanecem enigmáticos. São vistos em flashes, em instantâneos que sugerem a contradição entre seus gestos, seus ideários e a posição social que ocupam. Manifestam-se de forma elíptica do ponto de vista político e nesse sentido permanecem incógnitos.

A rotina

Entre papéis e letras
na rotina do ofício
(e telegrama), assisto
à fossilização
de meus dedos na mesa.

(Gilberto Mendonça Teles, “O funcionário”)

Pode parecer tarefa redundante querer destacar a rotina como subtema da representação ficcional do funcionário público, afinal, na burocracia o sucesso dos procedimentos depende diretamente da padronização e da rotinização. Tudo, assim, em seu âmbito, tenderia à rotina. Pretendemos, no entanto, dedicar alguma atenção aos contos que se passam especificamente no interior das repartições, retratando a sua atmosfera estática e aborrecida, ou, simplesmente, utilizando o termo de Roberto Schwarz, sua atmosfera “bovina”. Dois contos de nossa seleta, de autores de menor repercussão, tomam o ambiente da repartição como cenário predominante em suas narrativas: “Suspeita”, de Almeida Fischer, e “Dona Adalgisa”, de Moreira Campos, este último tendo como protagonista uma mulher.

O conto “Suspeita” aborda um dia ruim, do ponto de vista psicológico, na vida de um funcionário subalterno, Floriano, o que o narrador caracteriza como “neurastenia

inexplicável”. Sentado à sua mesa de trabalho, oprimido pela paisagem solar do Rio de Janeiro e por um suposto conluio dos colegas de sala, que estariam a zombar de sua pessoa, Floriano oscila, em sua dispersão, entre a paisagem externa, arrebatadora e convidativa, e as expressões e o comportamento dos colegas em seus postos de trabalho. Prefere, no entanto, dedicar-se ao ambiente interno, tecendo mentalmente ilações sobre o que acontece ao seu redor, em especial os gestos espontâneos que lhe parecem provocativos e intencionais.

O contraste entre paisagem externa e cenário interno lembra o texto teatral de Roberto Arlt, *“La isla desierta”*, em que os funcionários de uma repartição amotinam-se contra a chefia, incomodados com o ir e vir dos navios no porto, movimento que lhes sugere viagens a terras que eles nunca conheceram. De repente concluem ser impossível trabalhar naquele ambiente com vista para o mar sem cometer equívocos no trabalho: *“Cuando trabajábamos en el subsuelo no nos equivocábamos nunca”* – arrisca um dos funcionários, numa tentativa de explicar a desconcentração de todos no ambiente que, curiosamente, ocupavam já há sete anos. Ante a recusa de todos em retornar ao trabalho, o chefe da seção recorre ao Diretor que, ao tomar pé da situação, define a solução para o impasse: *“Despida a todo el personal. Haga poner vidrios opacos en la ventana”*. (ARLT, 2014)

A lembrança da anedota de Arlt objetiva ao menos relativizar o desinteresse pelo ambiente externo que o narrador identifica em Floriano. Obcecado pela ideia de estar sendo zombado pelas costas, Floriano concentra-se na paisagem da janela a fim de evitar os olhares dos colegas, concedendo ao narrador a oportunidade de fazer descrições expressivas da paisagem que tanto desinteresse provoca no protagonista. Ora, para que seria necessário descrevê-la, então, se não guardasse relação com o estado de espírito do personagem?

O contraste entre ambiente interno e externo funciona como metáfora do próprio estado de espírito de Floriano. Se internamente ele se revela insubmisso, corajoso e irascível, como os elementos na composição da paisagem externa, exteriormente mantém a casca de burocrata formal e submisso, por mais que se imagine

autoconfiante e poderoso. Sua determinação de sentar-se à sua mesa “disposto a não fazer nada, não falar com ninguém, não informar o ‘processo’ que lhe entregaram”, resiste somente até ser chamado à mesa do chefe e ser cobrado pelo serviço em atraso.

O restabelecimento da ordem interna (já que externamente ela não chega a ser rompida) do personagem por meio da sujeição à hierarquia traz luz ao comportamento de Floriano: como responsável por “todos os ‘processos’ sobre funcionários da Repartição”, é ele quem observa os demais, e não o contrário. Sua neurastenia inicial não deixa de ser reflexo dessa condição “superior” de poder decidir sobre a sorte dos colegas com uma simples “penada”. Uma vez seguro sobre essa sua condição, exercida pela decisão administrativa dos processos internos, pode retornar ao seu comportamento cotidiano junto aos colegas.

São várias as disfunções burocráticas envolvidas no comportamento de Floriano: a procrastinação, ao engavetar o processo que deveria informar; a animosidade junto aos colegas de repartição, em tese seus colaboradores, e não competidores; o impulso de delação da colega Marisa, que lê um romance ingênuo mais ou menos às escondidas, em vez de trabalhar; o ócio praticado junto à janela do recinto; a paranoia, enfim, de estar sendo perseguido por aqueles que, de fato, ele é quem pode perseguir. Enfim, uma representação bastante significativa do ambiente psicológico das repartições.

Uma última observação sobre a personagem Marisa, leitora de romances açucarados durante o expediente. Já apontamos a raridade da figura feminina no ambiente das repartições da narrativa ficcional. Quando, aos encargos de um narrador invariavelmente masculino, mesmo que pretensamente “neutro”, a mulher surge nesse contexto, é de forma erotizada e/ou sexista, algo implícito no próprio hábito da leitura de romances, cultivado por Marisa e fantasiado por Floriano:

Floriano sentiu um desejo mórbido de contar a “seu” Rogério que Marisa estava lendo romance em vez de trabalhar. A ideia de denunciar a colega deixou-o grandemente agitado. Mas o desejo se arrefeceu, sendo

substituído por um outro sentimento mais forte. Queria agora saber que espécie de romance Marisa estava lendo. “Deve ser um romance imoral, cheio de cenas escabrosas, talvez até com gravuras de mulheres e homens nus” – pensou. A curiosidade lhe crescia arrasadoramente, fazendo-o abstrair-se de tudo o mais e fixar sua atenção sobre a colega de trabalho.

A representação da mulher chega às repartições da ficção a partir do ponto de vista masculino, ficando, assim, sujeita a suas fantasias e caprichos. E se nas repartições de fato a mulher já ocupa postos de trabalho pelo menos desde o início do séc. XX, ainda hoje ela não disputa posições de chefia nos órgãos públicos com a almejada igualdade⁴⁴.

* * *

“Há sempre lugar para as Musas, fora, bem entendido, das repartições públicas”. A observação jocosa do poeta Manuel Bandeira, em crônica sobre o também poeta Murilo Mendes (BANDEIRA, 2008, p. 385), pode ser interpretada de diferentes maneiras, significando, por exemplo, que o ambiente inóspito das repartições não seja favorável ao florescimento das musas, ou que essas não caibam no ordenamento burocrático dessas estruturas. Mais provável, porém, que ela faça referência, ou ao perfil masculinizado das repartições no período (a crônica é de 1930), ou ao aspecto desencantado da presença feminina ainda rara nesses recintos. O conto “Dona Adalgisa”, de Moreira Campos, publicado em 1949 no volume *Vidas marginais*, tem como protagonista uma dessas figuras desencantadas e estereotipadas que a sociedade batizou de “solteironas”.

Há certa homologia entre a gênese do funcionário como um decaído das elites e a figura da funcionária retratada no conto, já que esta também teria sido preparada para um futuro mais glamoroso que o funcionalismo. Religiosa, estudante de piano na

⁴⁴ Sobre a participação atual das mulheres em cargos de chefia no serviço público, ver, por exemplo, a pesquisa *Gênero, raça e competências de direção no Serviço Público Federal*. Brasília: ENAP, 2004. 68 p. (Cadernos ENAP, 31). Disponível em <http://www.enap.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=2210> Acesso em 04/05/2015. Sobre a iniciação das mulheres no serviço público em princípios do séc. XX, ver as polêmicas crônicas de Lima Barreto “A amanuense” e “A poliantéia das burocratas”, em LIMA BARRETO. *Toda crônica*. Org. Beatriz Resennde e Rachel Valença. Rio de Janeiro: Agir, 2004, 2 vols.

juventude, preparada para um casamento vantajoso que nunca se concretiza, órfã de pai e mãe, Adalgisa vai dar às portas de uma repartição de Estado, onde ocupa o cargo de arquivista.

O núcleo maior de interesse do conto concentra-se no flerte entre Adalgisa e o contínuo Vicente, a quem os colegas tratam por “mulatinho”. Flerte talvez alimentado somente por Adalgisa, acompanhada de perto pela onisciência do narrador, em seus gestos e pensamentos. A convivência entre os dois personagens no ambiente de trabalho incentiva o tratamento pelo primeiro nome. A intimidade do arquivo, toques de mão furtivos e alguma malícia nas cenas vão estreitando a relação entre os dois – ele bem mais jovem que Adalgisa, casado e de nível social inferior; ela, recatada filha de Maria, cuja imaginação fértil vai confundindo o sagrado e o profano, misturando simbologias do altar e do leito, S. Sebastião e o colega da repartição.

O núcleo secundário de interesse será o próprio ambiente de trabalho, onde predominam as cenas de competição e desconfiança. Os momentos de ócio são acompanhados por discreta vigilância do funcionário Sebastião, pronto a contar na rua o que acontece na repartição. Acolhida pelo espaço privativo destinado ao arquivo, Adalgisa, quando não está de prosa com Vicente, entrega-se ao devaneio:

D. Adalgisa acreditava na cumplicidade do arquivo: silêncios longos, ela ali sozinha, os outros funcionários, todos no salão. Vontade de um cochilo, leitura de romances, com a gaveta aberta. As horas se arrastando, voo de moscas.

A figura feminina parece ser de fato a introdutora dos romances na repartição, como forma de passatempo, detalhe que auxilia na composição do estereótipo da mulher de meia idade dedicada ao trabalho burocrático. Carola, enalhada, mal-amada, solteirona, será ela também a responsável, mesmo que involuntariamente, pela subversão da ordem estabelecida – tanto social, relativa ao casamento por obrigação, quanto laboral, ao disputar postos de trabalho antes só ocupados pelos homens⁴⁵. “A profissão da mulher é o casamento”, diz Lima Barreto em apelo ao ministro Nilo

⁴⁵ Ver, a respeito da ambivalência da figura social da solteirona, o trabalho de MAIA, Cláudia. *A invenção da solteirona: conjugalidade moderna e terror moral – Minas Gerais (1890-1948)*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2011.

Peçanha, citando o psiquiatra alemão Krafft-Ebing. E nosso cronista assim complementa o seu raciocínio: “Sua Excelência – eu lhe rogo – antes de fazer ‘amanuensas’ procure arranjar para as meninas bons maridos, honestos e trabalhadores”. (LIMA BARRETO, 2004, p. 389, v.1)

Ainda que seja louvável o desprendimento de Moreira Campos ao eleger uma mulher funcionária, o tratamento que o narrador dedica à personagem não está assim tão distante da mentalidade retrógrada de Lima Barreto neste assunto em específico, ele que foi tão progressista e visionário em muitos outros. Afinal a paranoia de Adalgisa é de natureza erótico-religiosa, duas instâncias imediatas do casamento, em seu caso não concretizado. Sua solteirice e abstinência sexual levam-na a alimentar fantasias aparentemente involuntárias, com detalhes de luxúria que nem sempre casam com seu perfil de beata. Mas esta também seria uma tópica humorística, da carola que se revela uma verdadeira devassa, mesmo que em pensamento.

A aposentadoria

Sobre o subtema do funcionário aposentado, mais uma vez recorreremos a Machado de Assis como mote. Em uma de suas crônicas da juventude, publicada na série "Aquarelas", o escritor discorre de maneira nada elogiosa sobre a figura do "empregado público aposentado", a começar pelo paralelo entre este e as múmias egípcias, que estariam para o corpo vivo como o aposentado para o empregado público ativo.

“Espelho à *rebours*”, que só reflete o passado; “salgueiro do carrancismo”, “carpideira dos velhos sistemas”; “lado cômico das forças retroativas que equilibram os avanços da civilização nos povos”; “viúvo da secretaria, arqueólogo dos costumes, antiga vítima do ponto, que não compreende que haja nada além das raias de uma existência oficial” – eis algumas das expressões com que Machado caracteriza o funcionário aposentado. (MACHADO DE ASSIS, 2009, p. 51-54)

Trata-se, é verdade, de uma figura dos tempos do Império, a quem um Machado ainda pouco experimentado nas artes da ironia (e mais virulento que de costume) atribui poder político e de influência junto a ministros, e capacidade de recheiar as pastas de pedidos e memoriais, mais que ninguém. Mas alguns traços de sua aquarela serão preservados pela representação ficcional do baixo funcionário da República chegado aos tempos de aposentadoria.

Desta feita, dois contos de maior extensão serão objeto de nosso interesse: "Viagem aos seios de Duília", de Aníbal Machado, e "A aposentadoria", de Josué Montello. Retomaremos eventualmente conceitos de Norman Friedman, utilizados na análise dos contos de Artur Azevedo, para tratar do que mais uma vez nos parece uma falha ou desproporção entre objetivos e resultados, no conto de Montello.

Guilhermino Pereira – "um escriturário para servi-lo" – eis a auto-apresentação do personagem de Montello. Sujeito aferrado ao regulamento, pronto a dispensar um cidadão que pretendia audiência com o Diretor por causa de "um minuto e alguns segundos". – "É do regulamento da repartição, [...] Artigo 62, parágrafo segundo", justifica-se o velho funcionário.

Nesta cena introdutória, o narrador trai pretensões normativas para a conduta social, ao defender o tom que deve marcar a relação entre cidadãos e funcionário, ou entre quem está do lado de fora e quem, como parte do Estado, está do lado de dentro do balcão. Aliás, dos maiores ranços da narrativa de Montello é exatamente a pretensão didática com que o narrador recobre cada cena, cada situação narrada. Trata-se de um problema de seleção dos fatos narrados⁴⁶, conforme a abordagem de Friedman (2004). O relato se prolonga, não tanto pela complexidade dos fatos narrados, mas pelo detalhismo descritivista, mesclado a um preciosismo vocabular que pouco contribui para a caracterização das cenas:

⁴⁶ Curiosamente, Montello retomaria o argumento do conto transformando-o na novela *A indesejada aposentadoria*, publicada em 1972. Se, por um lado, indica a possibilidade de estar insatisfeito com o resultado do conto publicado originalmente em *O fio da meada*, livro de 1955, por outro não parece ter se afetado com a redundância já presente na primeira versão, ampliando-a ainda mais (162 páginas).

Dir-se-ia que, após a hora de desespero que o desorientara, o pobre diabo descortinava um horizonte rasgado e límpido, que ele se comprazia em contemplar. Seu rosto engelhado resplandeceu num segundo. E seus dedos encarquilhados, que sustinham o jornal, entraram a tamborilar de leve no cabo do guarda-chuva, ao mesmo tempo que os doces olhos castanhos, com uma cintilação de cobre aerado, mergulhavam na distância, sonhadores e radiantes.

Descontado, porém, o academicismo da linguagem, o conto tem por mérito, em seu descritivismo, o fato de traçar um dos mais completos retratos da rotina de uma repartição pública em meados do séc. XX (de modo que poderia figurar também como representativo desse subtema no presente capítulo). Pela leitura somos informados, até excessivamente, dos horários de expediente dos funcionários; do registro de ponto; dos instrumentos que compõem a mesa de trabalho do escriturário; das práticas que se convertem em vícios no dia-a-dia; das relações hierárquicas, dentre outros detalhes.

Outro possível mérito da narrativa de Montello está em voltar sua atenção para um legítimo representante da "burocracia triunfante", quando a maioria dos autores prefere os casos mais recorrentes da "burocracia inconformada". A distinção é de Cyro dos Anjos, por intermédio de seu personagem Belmiro. Triunfante é a burocracia em que o espírito se integra no *bureau* e o homem não é mais que um conjunto de fórmulas e praxes; a burocracia em que o espírito é o próprio processo, em forma hierática e cabal (ANJOS, 2006, p. 42). Guilhermino Pereira será, pois, o "homem-processo", resultante de uma plena e harmoniosa adaptação do espírito humano ao rito burocrático.

A repartição retratada é o Departamento de Águas e Patrimônio, setor rebaixado de sua condição anterior de Secretaria de Águas e Patrimônio, como nos informa o narrador. O enredo é simples: quinze dias antes de completar 35 anos de serviço público, o escriturário Guilhermino passa a alimentar expectativas quanto a uma possível homenagem de seus colegas na data para ele histórica. Ao chegar o dia esperado, vem a saber que a homenagem inexistente e que esteve a devanear nos últimos 15 dias, redigindo documentos com a data de sua nomeação, trocando nomes de dirigentes e até do Presidente da República, a tudo "adaptando" com os nomes alusivos ao período de sua entrada no serviço público. Após uma dura reprimenda do chefe,

decide solicitar suas férias (que até então nunca tirara) e a aposentadoria para o período que seria o de retorno ao trabalho. Não chega a se aposentar de fato, pois sua inadaptação à vida sem compromissos o devolve instintivamente para seu setor de serviço, quando já pensava em suicídio. Morre em serviço tempos depois, em dia de ponto facultativo, fazendo aquilo que sabia fazer: informar processos, minutar correspondências e esquadrihar o Diário Oficial.

Apesar de não haver divisão explícita, o conto é constituído de estágios bem definidos: um, inicial, voltado para a repartição e sua rotina; outro, com o personagem exasperado fora do seu habitat, debatendo-se como um peixe fora d'água, e um último, com seu retorno à função. Mesmo quando está fora do ambiente de trabalho, é para este que se volta a "consciência" do personagem, já que a casa, para ele, era "o lugar onde aguardava que a repartição voltasse a abrir".

Consciência entre aspas, porém, já que o narrador onisciente não se atreve a representar de fato a psicologia do homem-processo. Talvez porque, na prática, ela inexista, como sugerem suas experiências fora do ambiente de trabalho. Se, por um lado, Guilhermino chega a reconhecer sua esposa, a filha e os netos, por outro assume perante a família uma relação de subordinação similar à do trabalho, em relação a seus superiores. Seu inédito tempo livre é logo requisitado para tarefas rotineiras, como a feira e o cuidado com os netos. Mesmo o que haveria de positivo nessas tarefas é visto como algo extenuante a que Guilhermino não estava habituado antes de declarar-se aposentado.

E se a chegada ao tempo da aposentadoria é também "tempo de lembrar", a memória seletiva do personagem não chega a alcançar os tempos da infância e da juventude, restringindo-se ao período dedicado ao serviço público, do dia da nomeação em diante. Nada sabemos sobre suas origens. Sobre a constituição de sua família, o que sabemos é ainda mais sintomático. Trata-se da forma como conheceu sua mulher, interessada em um processo do Departamento, e também da menção ao casamento da filha, "com um oficial administrativo, quase no final da carreira".

Ou seja, mesmo a sua memória referente à vida privada só encontra lastro na vida profissional. “Viúvo da secretaria, arqueólogo dos costumes, antiga vítima do ponto, que não compreende que haja nada além das raias de uma existência oficial”, como propõe Machado de Assis. Por isso a volta à vida social é inviável, e por isso fracassam suas parcas tentativas de ressocialização. Mas a questão também pode ser lida em referência ao papel social do idoso e aos mecanismos de opressão a que ele é submetido, como a aposentadoria. Entendida corriqueiramente como benefício ou direito trabalhista, a aposentadoria possui também seu papel perverso:

Como se realiza a opressão da velhice? De múltiplas maneiras, algumas explicitamente brutais, outras tacitamente permitidas. Oprime-se o velho por intermédio de mecanismos institucionais visíveis (a burocracia da aposentadoria e dos asilos), por mecanismos psicológicos sutis e quase invisíveis (a tutela, a recusa do diálogo e da reciprocidade que forçam o velho a comportamentos repetitivos e monótonos, a tolerância de má-fé que, na realidade, é banimento e discriminação), por mecanismos técnicos (as próteses e a precariedade existencial daqueles que não podem adquiri-las), por mecanismos científicos (as "pesquisas" que demonstram a incapacidade e a incompetência sociais do velho). (CHAUÍ, 1983, p. XVIII)

O personagem Guilhermino seria, nesse sentido, um rebelde, ao não aceitar o papel social reservado aos idosos, por recusar a tutela que se desenha na convivência familiar e no questionamento da sua competência. Mas isso não é um processo consciente e voluntariamente construído, e sim uma dependência cega, obsessiva do ambiente de trabalho. Não tendo memória nem serventia no que se refere ao ambiente externo à repartição, restam a Guilhermino duas alternativas: suicidar-se de fato, atirando-se aos trilhos do bonde, ou “suicidar-se aos poucos”, retornando ao expediente, como termina por fazer.

* * *

Dilema similar enfrenta o personagem Zé Maria, do conto de Aníbal Machado, “Viagem aos seios de Duília”, porém sob tratamento narrativo bastante distinto. A começar pela ambiguidade que o personagem manifesta quando se vê na condição de aposentado. Se o pacato Guilhermino, de Josué Montello, chega a sentir impulsos de

agressão física quando lhe falam pela primeira vez em aposentadoria, Zé Maria recebe de maneira até otimista a publicação de seu decreto de aposentadoria:

Que fazer agora?

Não mais informar processos, não mais preocupar-se com o nome e a cara do futuro Ministro.

Pela primeira vez fartava a vista no cenário de águas e montanhas que a bruma fundia.

Ao deixar de tomar o bonde e de comparecer à seção pela primeira vez, Zé Maria sente vontade de rir. A mecanicidade de sua rotina, interrompida depois de trinta e seis anos de repartição, é reverberada no meio que o circunda. O bonde que, “como um burro ensinado”, para pontualmente no mesmo horário em frente a sua casa, deixará de fazê-lo. A criada Floripes, que por anos servira o metódico chefe de seção, verá sua rotina transformada e transtornada pela presença constante do patrão à casa. À pergunta inicial “Que fazer agora?” seguem-se outras, de sentido semelhante:

Com trinta e seis anos perdidos na Repartição, teria perdido também o dom de viver?

[de sua máscara fria de austeridade] Como fazer desaparecer-lhe os vestígios? Como se reencontrar?

(Estou livre agora, livre!...) Mas livre para quê?

Como vencer a noite que mal começava?

São perguntas que se sucedem e que podem ser atribuídas tanto ao personagem quanto ao narrador onisciente, no jogo do discurso indireto livre. Se muitas são as dúvidas, pelo menos uma certeza parece orientar o personagem nesse momento de transição: a certeza de ter perdido o melhor de sua vida no “ambiente atroz” da repartição ministerial. Sendo o conto de Aníbal Machado dedicado ao amigo Carlos Drummond de Andrade, não seria arbitrário lembrar o pequeno poema deste, citado no primeiro capítulo, e que poderia servir-lhe de epígrafe (“Ó burocratas!/Que ódio vos tenho, e se fosse apenas ódio.../É ainda o sentimento/da vida que perdi sendo um dos vossos”).

Zé Maria irá alimentar esse sentimento, misto de revolta e arrependimento, de modo a expurgar o passado mais recente – “o longo e inexpressivo interregno do Ministério, que chegava a confundir-se com a duração definitiva de sua própria vida” – a fim de concentrar-se numa epifania da adolescência, em que a namoradina Duília, num gesto espontâneo e furtivo, mostrara-lhe repentinamente os seios. Seu percurso “além-repartição” estará orientado a suprimir a “etapa principal e maior de sua vida”, projeto que, já na origem, mostra-se impraticável, incongruente, dado quase nada sobrar, além disso.

Trata-se de propósito e de percurso opostos ao do personagem Guilhermino, de Montello. Se para este o trabalho burocrático representa o cerne de sua vida, um carma do qual não consegue se desligar, para José Maria a necessidade é apagar esse passado, livrar-se da “ureia burocrática” que até então impregnava a sua existência. E se a atitude do personagem de Aníbal Machado nos parece mais humana, complexa, também será um caminho fadado ao fracasso. A questão de Zé Maria é identitária, sua máscara de burocrata circunspeto não lhe serve mais, é preciso apagá-la, substituí-la, mas (e aqui retornamos às perguntas do início) pelo quê?

A viagem desastrada que o personagem fará a sua cidade natal, nas entranhas de Minas Gerais onde, há quarenta anos, acontecera o episódio com Duília, será precedida por uma tentativa de ressocialização urbana. Apega-se mentalmente ao bordão “Livre! Estou livre!” Torna-se sócio de um clube, procura sair, distrair-se. Tenta comportar-se como os demais aposentados, frequentando os mesmos espaços, mas acaba debruçado à janela, aperfeiçoando sua percepção dos fenômenos naturais. Desse contato distanciado com a natureza surge o projeto de reviver a também distante epifania da adolescência. Com o passar do tempo, toma horror à expressão “funcionário público aposentado” que lhe cheira a atestado de óbito.

Há nesta sequência um movimento de caráter determinista, Zé Maria vai sendo atraído pelo passado e pelo desejo impossível de revivê-lo, recuperá-lo. Mas muito desse processo é trabalho do narrador onisciente ou então matéria que narrador e personagem compartilham, no discurso indireto livre. O acerto na escolha do ponto de

vista em “Viagem aos seios de Duília” é analisado por Márcia Azevedo Coelho, em tese sobre os contos de Aníbal Machado:

A perspectiva do narrador onisciente, que ora se vale do discurso indireto livre, ora do discurso direto, marca os pontos de vista diferenciados entre personagem e narrador. O funcionário não teria como desenvolver a narrativa que já prenuncia sua desilusão desde o começo, por outro lado, um narrador observador não daria conta da complexidade na qual vive a personagem. (COELHO, 2009, p. 168)

O personagem, após o reencontro com uma Duília naturalmente envelhecida pelo tempo e pela aspereza do meio, acaba por esfumar-se na penumbra da noite, cumprindo assim o ciclo trágico de reencontro com a vida amorosa não concretizada, a vida que poderia ter sido e não foi. Seu afastamento do ambiente burocrático por ocasião da aposentadoria se mostra ainda mais malsucedido que a sujeição de Guilhermino a sua condição funcionária, já que a indesejada ureia burocrática continua a comandar Zé Maria em suas decisões. Ao consultar as gavetas do passado como quem consulta um arquivo de documentos, o personagem manteve a mesma lógica rasteira das repartições, sendo por isso castigado.

A morte

Quem, com mais fôlego, ensaiou a representação da morte do burocrata em nossa seleta de contos foi o escritor mineiro João Alphonsus (1901-1944), isso em duas oportunidades: a primeira, destacando inclusive no título o propósito de retratar a “Morte burocrática”, no volume *Galinha cega*, de 1931; a segunda, sob o título “Uma história de judas”, conto sobrenatural que integra o livro *Pesca da baleia*, de 1941. Dizemos “ensaio”, no entanto, por não se tratarem de realizações plenamente acabadas, como reconhece Drummond, sobre o primeiro dos dois títulos: “este conto não é dos melhores de João Alphonsus, e, publicado inicialmente em 1922, revela a imaturidade do autor, que iria mais tarde afirmar-se mestre no gênero” – diz Drummond (1952, p. 177), em crônica sobre o autor. Quanto ao segundo, apesar ser um dos produtos da maturidade defendida por Drummond, não avança muito em seus achados temático-formais, apesar

da inventividade do argumento. Alphonsus não chega, assim, a nos legar um “Ivan Ilitch” tupiniquim, mas sua opção pela morte do burocrata merece nossa atenção pelo que acrescenta ao ciclo de vida deste na representação ficcional.

Também é Drummond quem identifica nos contos de Alphonsus que tematizam o funcionário uma “crise moral de origem burocrática – sempre o desejo de promoção, como gerador de crises psicológicas”. Sentimentos escusos, nada nobres, movimentam os personagens em seus desejos de ascensão profissional e social. Em ambos os contos encontramos também um humor peculiar empenhado na subversão a detalhes do quadro realista que os caracteriza.

No primeiro, “Morte burocrática”, o detalhe refere-se a uma “ficção administrativa”, em que seriam cobrados impostos sobre a literatura produzida por prosadores e poetas mineiros. Para escapar à taxação, os escritores deveriam comprovar sua situação de pobreza junto ao departamento encarregado da cobrança. Os funcionários que aparecem na trama, Sr. Severiano Castanheira e Sr. Madeira, são, respectivamente, chefe da seção do Imposto sobre a Literatura e encarregado do serviço da taxa sobre novelas. Desta categoria de homens-vegetais haverá ainda o Dr. Fernando Amendoeiro, pretendente da filha de Castanheira, este, por sua vez, avesso a toda a linhagem dos amendoeiros, em especial ao pai de Fernando, seu colega de repartição. Já no introito do conto, a cena envolvendo o Sr. Madeira e Carlos Armando, sobrinho de Castanheira, fornece um elemento relevante da narrativa, quando não da própria “poética burocrática” de João Alphonsus:

Onze e meia, talvez. Estavam sós no alpendre iluminado apenas por um pouco de luz fosca que vinha da sala de jantar. Embaixo, no jardim, a costumeira fonte de todos os jardins cascadeava monotonamente. Sobre eles entrelaçava-se uma trepadeira, deixando aqui e ali pender ramos desfolhadas e ressequidas que lembravam muito vagamente, na penumbra, sobre as duas cabeças, espadas de Dâmocles tortas e enferrujadas...

Ora, a lenda de Dâmocles nos fala da inveja e do desejo de ocupar o lugar do soberano, o que Drummond observara como constante nos contos sobre a burocracia de Alphonsus. Em “Morte burocrática”, a morte de Severiano Castanheira é o que abrirá

caminho para que o Sr. Madeira ocupe seu lugar. O elemento natural da trepadeira complementa o quadro dessa “segunda natureza” burocrática, em que amendoeiros, castanheiras e madeiras em geral se debatem por cargos, promoções e um pouco mais de “mola real da vida” – definição do boêmio Carlos Armando para o dinheiro.

Quanto à morte propriamente dita do chefe de seção Castanheira, pode ser entendida como burocrática pelo contexto que a circunda, e pela insistência no ambiente da repartição e seus contratempos mesmo quando está para exalar o último suspiro: “– Meu último pedido: não cases com ele. O pai dele... meu colega no serviço... não prestava. Uma vez até...” A revelação fica em suspenso, mantendo incompleta a história subjacente de suas diferenças com o colega.

Já no conto “Uma história de Judas”, a cena cotidiana de um dia de folga na vida do funcionário Sizenando é interrompida pela visita de um homem que se apresenta como Judas Iscariotes, introduzindo o tema da traição do protagonista contra um colega de repartição, rival do funcionário na candidatura à promoção iminente. O elemento sobrenatural consiste no fato de o desconhecido Judas saber em detalhes de suas trapaças. Invocado acidentalmente por Sizenando em seus pensamentos sobre o colega, Judas revela que o futuro do funcionário será a condenação, a perda do emprego, a vergonha e a miséria. Após a saída da visita improvável, o protagonista em desespero comete o suicídio com a bala de um revólver imaginário, que entretanto resulta no disparo e no baque do corpo percebidos pela empregada.

Dois registros, o fantástico e o realista, alternam-se na narrativa, de modo que constroem duas histórias paralelas, tal como nas “Teses sobre o conto” de Ricardo Piglia. Para o autor argentino, um conto sempre conta duas histórias, uma em primeiro plano, outra subjacente. O argumento parte de uma anotação de Tchekhov para um possível roteiro: “um homem, em Motecarlo, vai ao cassino, ganha um milhão, volta a sua casa e se suicida”. Uma história visível, da sorte no jogo, oculta uma história secreta, do suicídio, narrada de forma elíptica e fragmentária (PIGLIA, 1986). Poderíamos parafrasear a anedota de Tchekhov, aplicando-a ao conto de João

Alphonsus: um funcionário em dia de descanso recebe em sua casa a visita de um desconhecido e, quando este se retira, o funcionário suicida-se.

Há, no plano da história visível um contexto de normalidade, do homem de pijama em sua residência, que espera pelo retorno da esposa que havia saído para assistir à missa de sexta-feira da Paixão. As relações de causalidade vinculadas ao suicídio só se explicam por meio da história oculta, que permanecerá desconhecida no plano hipotético da ação, com a morte do protagonista e o desaparecimento da visita. Não se pode dizer que a história da traição e do suicídio seja subjacente do ponto de vista do leitor, já que o narrador a este tudo revela. Sabemos da identidade e da sina do visitante, sabemos das faltas do protagonista e de seu provável futuro até dar cabo de sua vida. O conto se ressent, no entanto, de uma construção mais convincente da culpa do protagonista, que se vê em desespero tão logo a visita improvável se afasta. A aparição de Judas, que inicialmente deveria infundir descrédito, é aceita desde o princípio e suas revelações acarretam o suicídio de Sizenando sugerido ao final. Morte burocrática, também, já que provocada pelo formalismo de uma arma inexistente.

Teríamos ainda outras representações da morte do funcionário a abordar. No conto “Na rua Dona Emerenciana”, de Marques Rebelo, o narrador menciona de passagem que seu Jerome seria empregado do “Tesouro”, mas não contextualiza sua história no ambiente das repartições ou explora essa relação. Integra nossa seleta, porém, por ser um indicativo do estrato social do pequeno funcionário em meados do séc. XIX, e pelo retrato da vida no subúrbio nesse período. A morte do patriarca traz sérios problemas para a família, mas nada que guarde estreita relação com nosso tema. Já em “O último expediente de Damião”, de José Stênio Lopes, temos o funcionário proletarizado, pai de cinco filhos, atropelado ao saltar do bonde na volta para casa, ao final do expediente. Morte dramática e uma vida sem brilho, sem saúde e sem expectativas. Em ambos os casos, temos o funcionário como o pobre que o escritor do período conseguiu enxergar. Mas esse já seria um outro subtema.

O além-vida

O conto “O Despertar de Gregório Barata”, de Sérgio Sant’Anna, originalmente publicado no volume *O concerto de João Gilberto no Rio de Janeiro*, de 1982, teria sua origem ligada à década anterior. A nota introdutória à narrativa informa ter sido ela escrita em 1975 para uma espécie de *happening*, mescla entre música, teatro e literatura. A receita inusitada de sarau, combinando música contemporânea, Proust, um orador pomposo e uma audiência burguesa, antecipa a natureza humorística e o timbre afetado da narrativa:

O Despertar de Gregório Barata foi escrito em 1975 para um concerto de música contemporânea, que não chegou a se realizar. Acompanhando composição de Lourival Silvestre, o texto seria lido em voz baixa (com uma entonação que se daria, por exemplo, a uma leitura de Proust), por um senhor severamente trajado, dentro de uma sala onde se realiza um sarau literário, para algumas senhoras bebendo chá, sentadas em canapés aveludados. É dentro deste contexto, de preferência, que os leitores devem situar sua própria leitura.

O início do conto, por sua vez, retoma um clichê literário, presente em clássicos como “O nariz”, de Nikolai Gogol e o próprio *A metamorfose*, de Kafka (com o qual a narrativa de Sérgio Sant’Anna estabelece intertexto evidente), em que o protagonista, ao fim de uma noite de sono, desperta para o pesadelo em vigília:

Naquela manhã de janeiro, Gregório Barata acordou como em todas as manhãs, isto é, abrindo os olhos e sobressaltando-se lepidamente ao verificar que estava vivo.⁴⁷

A expectativa de se estar diante de uma narrativa fantástica é temporariamente adiada pela despropositada informação de que Gregório Barata acordou “abrindo os olhos”. Afinal, que espécie de narrador se prestaria a uma declaração dessa natureza? Logo em seguida, nova surpresa diante da insinuação de que protagonista teria se sobressaltado ao acordar e “verificar que estava vivo”. Obviedades que, em um contexto cotidiano de conversação, ferem o que Grice (1982, p. 87) chama “princípios

⁴⁷ A respeito de clichê similar, questiona Umberto Eco (1985, p. 19-20): “Será que alguém pode dizer: “Era uma bela manhã de fim de novembro” sem sentir-se Snoopy? Mas, se eu fizesse Snoopy dizer isso? Ou seja, se ‘era uma bela manhã...’ fosse dito por alguém que estava autorizado a dizê-lo, porque assim se podia fazer em sua época? Uma máscara, era disso que eu precisava”.

de cooperação”, especificamente a categoria de “relação”, ligada à máxima “seja relevante”. No contexto da narrativa escrita e ficcional, elas servem de indicativo do tom *nonsense* e do caráter atípico do narrador.

Essa afronta à máxima de relevância e a outras implicaturas será uma das principais características do narrador, no relato dos (des)acontecimentos de um dia de trabalho na vida de um exótico burocrata. Exótico, porém não dissociado das formas típicas de representação ficcional dessa figura, já que, numa perspectiva panorâmica, Gregório Barata vem a ser mais uma pálida estrela da grande constelação literária de pequenos funcionários aqui abordada. Mesmo quando marcada pelo insólito e improvável, veremos que a rotina burocrática persiste como um formalismo, baseado no protocolo, na hierarquia e no comportamento metódico.

O procurador Gregório Barata tem por hábito chegar muito cedo ao seu local de trabalho, dar conta de sua pequena pilha de despachos e ir descansar na gaveta de um dos arquivos da repartição, quando os demais funcionários mal começaram a chegar à repartição. Por ocasião do episódio fatídico, Gregório acaba não despertando para o almoço, nem para o fim do expediente, e só acorda quando já é noite. Ao perceber que havia sido trancado dentro do arquivo, de repente se descobre com poderes especiais, ao liquefazer-se e escorregar para fora do arquivo. Mal teria tempo, porém, de experimentar seus novos poderes, pois acaba pisoteado por um servente noturno que o confunde com “um novo tipo de verme das repartições públicas ou mesmo um último modelo de barata”. Gregório termina, assim, seus dias junto ao lixo da repartição que, uma vez descartado, é disputado pelos pobres que ocupam as marquises, ruelas e becos baldios, e que só de passagem participam da história.

Em que pesem o conteúdo e a forma *nonsense*, é evidente a sátira à condição do burocrata, comum às abordagens mais realistas. Primeiramente no aspecto metódico, mecânico do comportamento do protagonista. Gregório repete seus gestos e hábitos rigorosamente, ainda que sejam hábitos estranhos, como um desjejum à base de rum e empadas, uma viagem de ônibus deitado no banco traseiro e mesmo seu hábito fatal, de dormir na gaveta do arquivo. O apego aos horários, às formalidades e

ao protocolo de sua profissão reforça esse perfil metódico. A visão hierárquica, expressa na linguagem e nas relações de Gregório com as demais personagens, expõe também seu autoritarismo, principalmente frente aos mais humildes. A saudação que pontua essas relações – um sonoro e enigmático "Stultz" – pode ser interpretada como alusão ao barbarismo cotidiano do mundo de Gregório, as estúpidas relações cotidianas entre anônimos que caracterizam a vida urbana do dia-a-dia. Não deve ser descartada, porém, a adoção do vocábulo inexistente como capricho puramente fonético, dada a simpatia de Sérgio Sant'Anna por recursos desse tipo.⁴⁸

Como já visto em outros contos de nosso *corpus*, o mundo onde transita Gregório Barata é um mundo de homens-profissão. No trajeto até a repartição, no ambiente de trabalho, Gregório interage com seres que se definem unicamente por suas atribuições profissionais: o trocador do ônibus, o Inspetor de Trânsito, o porteiro, o ascensorista e o servente da repartição – todos se definem por suas funções, seres incompletos que são. Mesmo o finado Comendador Hidelbrando Fontes e o fantasma de Silveirinha, o almoxarife, satisfazem essa condição, apesar de nomeados.

Digna de destaque, aliás, é a aparição de Silveirinha, o fantasma do almoxarife, que se vê em condições de opinar sobre as decisões de Gregório, ainda que de forma invariável – “Sem dúvida, sem dúvida”, sendo logo rechaçado pelo procurador. Silveirinha traz à narrativa o elemento sobrenatural, como se não bastasse o absurdo cotidiano do “mundo dos vivos” de Gregório Barata. Traz também à discussão o tema do “além vida” no serviço público, menos comum, porém não de todo inédito. Afinal, nas origens dessa linhagem, está o fantasma do funcionário Akáki Akákievitch, que retorna às ruas de Petersburgo para vigar-se daqueles que em vida o humilharam e prejudicaram.

Ao final do conto, o leitor fica sabendo ser a história toda narrada por fantasmas, almas penadas do serviço público encarregadas de redigir o necrológio de seus colegas recém-chegados ao esquecimento da eternidade. Do mesmo modo que a morada de

⁴⁸ Ver, a respeito, o prefácio de Sant'Anna a livro de Murilo Rubião, em que ele dedica ao amigo então já falecido há dez anos os versos fonéticos do dadaísta alemão Hugo Ball. Disponível em <<http://www.murilorubiao.com.br/criticas.aspx?id=20>> Acesso em 26/04/2015.

Silverinha permanece sendo o almoxarifado, aos narradores fantasmas cabe manter no além-túmulo sua atividade de escrevente, à qual se dedicam com afinco. Restaria saber se, no conto de Sérgio Sant'Anna, há alguma moralidade implícita na aparição dos fantasmas, ou se trata de apenas mais um elemento *nonsense*. Recorrendo ao discurso arrevesado dos narradores:

Nós que, ainda, pairando no ar rarefeito das repartições, junto a aranhas, traças, a tudo assistimos: desde as carimbadas do Secretário-Secreto até a doce flanagem dos contínuos. E nós sempre fomos particularmente observadores em relação a Gregório Barata – talvez de olho no gracioso necrológio que ele iria nos proporcionar. Nós, escribas-fantasmas, cujo divertimento e condenação é redigir trêfegos necrológios como este.

Os noticiários costumam abordar, de tempos em tempos, a existência de “funcionários fantasma” nas repartições públicas, referindo-se, no caso, às figuras ausentes, invisíveis durante o expediente, mas que usufruem regularmente dos proventos do contracheque. O conto de Sérgio Sant'Anna nos fala de outra fantasmagoria, a da invisibilidade social dessa figura, que pode sumir, liquefazer-se sem que ninguém dê por sua falta. São processos, procedimentos, não pessoas. Diante das especulações do personagem de Murilo Rubião, sobre o serviço público como a “pior das profissões” ou uma forma de “suicidar-se aos poucos”, a sugestão do conto de Sérgio Sant'Anna parece ser ainda mais terrível, já que por ela nem a morte afastaria o burocrata de suas funções.

Conclusão

De um trabalho que não possui uma tese única e que aborda várias hipóteses relativas a variações sobre um mesmo tema, não se deverá esperar também uma conclusão única e cerrada, mas várias, parciais. Será mais produtivo refazer brevemente o percurso e identificar quais foram essas conclusões, valorizando, assim, não somente um ponto de chegada, e sim o caminho e os possíveis percursos futuros.

Ao definir, na introdução, como principal vínculo metodológico do trabalho a tematologia, não nos propusemos a um aprofundamento teórico sobre a questão, e de fato não o fizemos. Consideramos, no entanto, interessante introduzir em nosso contexto acadêmico o trabalho da pesquisadora espanhola Cristina Naupert, cujas publicações têm destacado a relevância dos estudos temáticos em literatura. Interessa particularmente lançar a discussão de que, quando estamos propondo estudos do tipo “a representação de x em y ”, estamos, apesar do compromisso político/ideológico que assumimos, tratando de “temas”. Isto posto, vamos às conclusões.

Em 1983, a publicação de uma coletânea de ensaios literários organizada por Roberto Schwarz, abordando o tema da pobreza em cerca de trinta autores nacionais e abrangendo o período do séc. XVII ao XX, gerou certa polêmica por praticamente não contemplar em seus ensaios a pobreza no mundo do trabalho. Uma primeira versão da obra, publicada um ano antes pela revista *Novos Estudos*, assim apresentava o perfil dos personagens tratados na seleta de artigos:

A pobreza como a encararam nossos poetas, contistas, romancistas e ensaístas: dos vadios do Brasil Colônia, vistos por Antonil e Tomás Antônio Gonzaga, aos cafajestes curitibanos de Dalton Trevisan, passando por malandros, agregados, seguidores de Antônio Conselheiro, italianos do Brás e paus de arara.⁴⁹

⁴⁹ Revista *Novos Estudos*, ed. 2, abril de 1982. São Paulo: Centro Brasileiro de Análise e Planejamento - CEBRAP. A coletânea de artigos publicada na revista é, no entanto, apenas parte do que seria publicado no ano seguinte em: SCHWARZ, Roberto (org.) *Os pobres na literatura brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

A polêmica é mencionada por Zenir Campos Reis (2006), em artigo que questiona a invisibilidade da figura do operário em nossa literatura, à época limitada a alguns escritos anarquistas, recolhidos em outra antologia, *Contos anarquistas*⁵⁰ – uma “literatura menor, de segunda linha”, diferente da produção priorizada na coletânea de Schwarz. Quanto a esta última, também é significativo que, em meio à vasta produção relativa à pobreza do pequeno funcionário, com pelo menos uma ocorrência célebre em *Os ratos*, de Dyonélio Machado, nenhum dos representantes dessa linhagem tenha sido objeto da coletânea. Mesmo Zenir Reis, interessado que está na figura do operário, parece desconsiderar que o ofício burocrático pudesse ser, primeiro, uma forma de trabalho e, segundo, uma forma de proletarização do cidadão razoavelmente instruído. Tanto que, ao comentar a possível contribuição da ficção de Lima Barreto para o mundo do trabalho, observa:

Lima Barreto, embora sem articular sistematicamente o mundo do trabalho, deixou-nos uma narrativa apaixonada, sofrida, do problema do mestiço no mundo dos brancos, bem como notas preciosas para a compreensão do ponto de vista popular sobre a primeira República, popular mas em conjunção com um “anarquismo comunista” difuso. (REIS, 2006, p. 53)

Nem uma linha sobre a condição remediada dos amanuenses barretianos, talvez por considerar que a mediania socioeconômica desses representa com mais propriedade o que viria a se tornar a classe média dos subúrbios. A polêmica surgia em tempos de uma supervalorização do mundo operário, em consequência das lutas sindicais pela reabertura política, então em curso no início da década de 1980. Décadas antes, porém, a letra de uma marchinha composta por Haroldo Barbosa e Antonio Almeida (Gravada por Emilinha Borba para o Carnaval de 1948), já destacava a oposição funcionário/operário:

Barnabé

Barnabé o funcionário
Quadro extranumerário
Ganha só o necessário

⁵⁰ PRADO, A.A. e HARDMAN, F.F.(orgs.) *Contos anarquistas: antologia da prosa libertária no Brasil (1901-1935)*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

Pro cigarro e pro café/
Quando acaba seu dinheiro
Sempre apela pro bicheiro
Pega o grupo do carneiro
Já desfaz do jacaré
O dinheiro adiantado
Todo mês é descontado
Vive sempre pendurado
Não sai desse tereré
Todo mundo fala, fala
Do salário do operário
Ninguém lembra o solitário
Funcionário Barnabé
Ai Ai Barnabé
Ai Ai funcionário letra E
Ai Ai Barnabé
Todo mundo anda de bonde
Só você anda a pé...⁵¹

No percurso que fizemos, encontramos certa oscilação no perfil socioeconômico do funcionário, daí não termos investido muito em uma caracterização dessa natureza. Considerando, aqui, mesmo os contos que não chegaram a ser diretamente tratados em nossa leitura, temos desde casos trágicos de privações materiais, como o de Clarindo, do conto “Passa-três”, de Orígenes Lessa, ou o de Damião, em “O último expediente de Damião”, de José Stênio Lopes, até ocorrências de um relativo conforto material, como transparece nas narrativas de João Alphonsus e em “O automóvel”, de Herberto Sales. Alguns personagens viabilizam a criação de uma extensa prole mediante a presença de empregada doméstica, como o próprio Damião, e Péricles, em “Caracol”, de João Alphonsus. João das Neves, em “João das Neves e o condutor”, de Aurélio Buarque de Holanda, tem “nada menos de dez filhos, tirante o que se acha no prelo, uma tia pobre nas costas, e uma empregada – uma só”, como enfatiza o narrador.

⁵¹ À mulher funcionária coube, da parte da música popular, homenagem bem menos simpática. A marcha “Maria Candelária”, de Armando Cavalcanti e Klécio Caldas, para o Carnaval de 1952, traça o retrato acabado da gazeteira: “*Maria Candelária/ É alta funcionária/ Saltou de pára-quedas/ Caiu na letra "O", oh, oh, oh, oh/ Começa ao meio-dia/ Coitada da Maria/ Trabalha, trabalha/ trabalha de fazer dó oh, oh, oh, oh/ À uma vai ao dentista/ Às duas vai ao café/ Às três vai à modista/ Às quatro assina o ponto e dá no pé/ Que grande vigarista que ela é*”. Na literatura, como vimos, a representação da mulher funcionária é rara e também não muito lisonjeira.

No ambiente de trabalho, em nível abaixo dos amanuenses e escreventes, temos os contínuos, aparecendo de passagem em vários dos contos, ora trazendo um processo, ora servindo de “escada” para outros personagens. Encontramos o contínuo como protagonista em “As barbas de Romualdo” de Artur Azevedo, na figura do próprio Romualdo, e em “Contos dos bosques de Viena”, de Nélio Reis, na figura de seu Palma. Em “À consideração inferior: uma novela burocrática”, de Deonísio da Silva, temos uma rebelião dos contínuos contra a ineficiência burocrática de uma universidade qualquer. Embora não se trate de uma abordagem tipicamente realista, o narrador faz questão de defender sua opção pelo retrato autônomo e desenvolvimento de seus heróis:

Aos que estranharem a linguagem escorreita dos contínuos, reclamando maior coerência com a realidade, ou verossimilhança, informo que nesta instituição, como em todas as outras, os contínuos costumam ser pessoas sensíveis, inteligentes, práticas e, principalmente, muito mais letradas que aquelas que os dirigem. Como se sabe, a burocracia é o analfabetismo de muitas autoridades.

Abaixo ainda dos contínuos, temos o servente, que aparece em “Mar oceano”, de Fran Martins e em “Morte burocrática”, de João Alphonsus. Participa das narrativas trazendo um copo d'água, servindo um café, mas sua história propriamente dita não chega a ser contada. No conto “De cima para baixo”, de Artur Azevedo, o “servente negro” aparece no último degrau da hierarquia burocrática, acima apenas do cão que ele acerta com um pontapé ao chegar em casa. Em “O despertar de Gregório Barata”, de Sérgio Sant'Anna, um servente noctívago recolhe os restos liquefeitos do herói a uma lata de lixo, tendo assim seu momento de relevância histórica.

O foco de atenção estará voltado para o pequeno burocrata, personagem mais próximo do imaginário letrado dos escritores. Será ele o pobre que muitos escritores conseguiram enxergar, ligados como estavam a sua figura no ambiente das repartições. Alguns, como o próprio Lima Barreto, exerceram esse ofício subalterno, mas a maioria dos que tiveram carreira na esfera pública foram alçados a postos de maior prestígio social (ver Apêndice A). A hipótese biográfica, portanto, merece ser relativizada, já que observamos ser rara a identificação entre narrador e personagem, quanto mais entre

este e o autor. Daí também ser pouco apropriado, ao menos nos contos, fazer a aproximação entre o funcionário e o intelectual, paralelo mais apropriado e recorrente na abordagem de romances como *Angústia*, de Graciliano Ramos e *O amanuense Belmiro*, de Cyro dos Anjos.

Nos contos, a representação mais comum do funcionário ocorre em nível abaixo do intelectual, configurando algo próximo de um gênero ficcional, como sugere o escritor argentino Guillermo Saccomanno: um gênero consolidado pela narrativa russa do séc. XIX, com desdobramentos na literatura de diferentes nacionalidades, conforme abordamos no Capítulo 2. No Brasil, dada a proximidade de muitos escritores com o ambiente das repartições, a tradição teve ressonância significativa, como esperamos ter demonstrado no transcorrer da pesquisa. Alguns autores chegaram inclusive a produzir seus próprios “contos russos”, como Sérgio Sant’Anna, em “O despertar de Gregório Barata” ou Charles Kiefer, em “Insônia”.

Quanto à falta de identificação ou distanciamento entre narrador e personagem-funcionário, observamos a recorrência do tratamento cômico/humorístico em dois dos autores mais apegados ao tema, Artur Azevedo e José Cândido de Carvalho. O fato de termos dedicado capítulo específico a esses dois autores não significa que o distanciamento humorístico seja deles exclusivo, como é possível constatar na leitura do capítulo final, sobre a representação do ciclo de vida do burocrata. No capítulo dedicado ao funcionário-narrador, procuramos demonstrar que a identidade entre as categorias não implica uma convivência pacífica, sendo observáveis contradições no discurso do narrador, posto em suspeição pela ação do personagem.

Procuramos também demonstrar que se, do ponto de vista teórico, a burocracia é encarada como fenômeno ambivalente, entre modelo de administração racional-legal e aberração perniciosa, aniquiladora do espírito, a literatura tem por preferência explorar a segunda acepção, da burocracia como formalismo, sendo os personagens-funcionários afetados por mecanicismos, conflitos com a hierarquia, apego ao regulamento, disputa por cargos, ociosidade, sentimento persecutório – enfim, pelas disfunções que afetam o modelo. Mesmo os caso raros em que o tema é a burocracia

triumfante do homem-processo, plenamente adaptado à rotina do serviço, estamos diante de uma inadaptação à vida, que passa a ter algum significado apenas nos limites da repartição.

Com relação ao recorte sobre o pequeno burocrata do setor público, acreditamos ter demonstrado que o imaginário dos escritores é carregado do ambiente das repartições de governo, seja este de província, no âmbito das prefeituras, ou federal, no âmbito das secretarias e dos ministérios. Nesses cenários, ser funcionário público é estar entre o privilégio e a maldição. A mediania econômica, a vida sem sobressaltos, de que nos fala Drummond, pode ser uma condenação do espírito à mesmice e a uma mediocridade torturante.

A pesquisa, portanto, avança em diversas frentes, sem esgotar seu tema e sem chegar a conclusões taxativas. Trata-se de um campo que pode ser desbravado por outros trabalhos, sob diferentes enfoques e pressupostos metodológicos. Um desdobramento óbvio seria a abordagem dos romances em conjunto, ou mesmo uma leitura da poética funcionária de Drummond, João Cabral, Bandeira e outros. Mesmo o trabalho com os contos poderia ser retomado, com a ampliação ou recorte do *corpus* e novas propostas de abordagem.

Cumprido, por último, destacar que, mesmo em tempos atuais, quando o vínculo entre os escritores e o serviço público já não tem mais a mesma força, verifica-se a permanência do apego à representação ficcional do pequeno funcionário, em obras como *A utopia burocrática de Máximo Modesto*, de Dionísio Jacob (2001), um dos focos originais desta pesquisa quando ainda planejávamos chegar ao romance; *Infâmia*, de Ana Maria Machado (2011), romance em que autora se arrisca a mesclar texto ficcional e fatos históricos recentes; *O burocrata e o presidente*, de Afonso Oliveira de Almeida (2011), situado entre o fato e a fantasia do Governo Lula; e *Cara de Crachá*, de Roberto Klotz (2011), narrativa humorística em episódios vivenciados e narrados pelo pequeno burocrata von Silva.

Parece, portanto, não ter cessado o interesse sobre essa figura a princípio extremamente desinteressante, essa figura metódica ao extremo, mecânica, reificada. Seu papel de pião no jogo político, seu baixo capital social, sua falta de perspectivas e horizontes além-*bureau*, continuam gerando novas histórias, ou anti-histórias. Tendo citado acima um von Silva, finalizamos citando um vom Stein, muito anterior ao personagem de Klotz:

Faça chuva ou faça sol, caiam ou subam os impostos, sejam destruídos ou conservados os direitos de longa data, não faz diferença para eles. Eles tiram seus salários do erário público e escrevem, escrevem, escrevem, em silêncio, nos gabinetes, a portas fechadas, desconhecidos, despercebidos, esquecidos, e fazem de seus filhos igualmente úteis máquinas de escrever.⁵²

⁵² Tradução própria do original: *Come rain or sunshine, whether taxes rise or fall, whether long-established rights are destroyed or preserved, it make no difference to them. They draw their salaries from the exchequer and write, write, write, in silence, in offices behind closed doors, unknown, unnoticed, unpraised, and they bring up their children to be equally usable writing machines.* (vom STEIN, Freiherr, 1821, *apud* ALBROW, 1970)

Referências

I - Ficção

ALCÂNTARA MACHADO, Antônio de. *Contos paulistanos*. São Paulo: Ed. Unesp, 2012.

ALENCAR, José de. *Senhora*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

ALMEIDA. *O burocrata e o presidente*. São Paulo: Geração Editorial, 2011.

ALPHONSUS, João. *Contos e novelas*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Imago; Brasília: INL, 1976.

ANJOS, Cyro dos. *O amanuense Belmiro*. 6ª ed. São Paulo: Globo, 2006.

ARLT, Roberto. *Teatro breve Arlt: La isla desierta/Un hombre sensible*. Ilustr. Guido Ferro y Damián Zain. Buenos Aires: Ediciones SM, 2014. (Colección Teatro de Papel).

AZEVEDO, Artur. *Contos cariocas*. São Paulo: COM-ARTE; EDUSP, 2011.

_____. *Contos de Arthur Azevedo: os "efêmeros e inéditos"* (Org. Mauro Rosso). Rio de Janeiro: PUC-Rio/Loyola, 2009.

_____. *Contos ligeiros*. Rio de Janeiro: Bloch, 1974.

_____. *Histórias brejeiras*. São Paulo: Cultrix, 1962.

_____. *Vida alheia*. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro, 1929.

BALZAC, Honoré de. *A comédia humana*. Vol. XI – Estudos de costumes – cenas da vida parisiense. Trad. Vidal de Oliveira. Rio de Janeiro: Globo, 1953.

CARVALHO, José Cândido de. *Porque Lulu Bergantim não atravessou o Rubicon*. 3ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.

_____. *Um ninho de mafagafes cheio de mafagafinhos*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.

Contos para um Natal brasileiro. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: IBASE, 1996.

COURTELINE, Georges. *Messieurs les ronds-de-cuir, tableaux-roman de la vie de bureau*. Préface par Marcel Schwob. Paris: Flammarion, 1893.

_____. *Messieurs les ronds-de-cuir, tableaux-roman de la vie de bureau*. Préface par Marcel Schwob. Paris: Éditions du Boucher, 2006.

DOSTOIÉVSKI, Fiódor. *Memórias do subsolo*. Trad. Boris Schnaiderman. São Paulo: Paulicéia, 1992.

- _____. *O duplo*. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Ed. 34, 2011.
- _____. "Gente pobre". Trad. Wanda Murgel de Castro. In: _____ *O ladrão honrado* (várias histórias). Rio de Janeiro: José Olympio, 1962.
- GÓGOL, Nikolai. *O capote (e outras histórias)*. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Ed. 34, 2010.
- JACOB, Dionísio. *A utopia burocrática de Máximo Modesto*. São Paulo: Cia das letras, 2001.
- KIEFER, Charles. *Logo tu repousarás também*. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- KLOTZ, Roberto. *Cara de crachá*. Brasília: Ed. do autor, 2011.
- LIMA BARRETO, Afonso Henriques de. *Contos completos*. São Paulo: Cia das Letras, 2010.
- _____. *Triste fim de Policarpo Quaresma*. 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1969.
- _____. *Vida e morte de M.J. Gonzaga de Sá*. Rio de Janeiro: Garnier, 1990.
- LINS, Osman. *Nove, novena*. 4ª ed. São Paulo: Cia das Letras, 1994.
- LOBATO, Monteiro. *Cidades mortas*. São Paulo: Globo, 2007.
- MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. *Relíquias de Casa Velha*. Rio de Janeiro: W. M. Jackson, 1938.
- MACHADO, Aníbal. *A Morte da porta-estandarte, Tati, a garota e outras histórias*. 18ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2010.
- MACHADO, Dyonelio . *Os ratos*. São Paulo: Planeta, 2004.
- MACHADO, Ana Maria. *Infância*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.
- MAGALHÃES JÚNIOR, R. *O Conto da Vida Burocrática*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1960. (Coleção "Panorama do Conto Brasileiro", Volume 11)
- MAUPASSANT, Guy de. *125 contos de Guy de Maupassant*. Trad. Amilcar Bettega. Sel. e Apres. Noemi Moritz Kon. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- _____. *A herança*. Trad. Augusto de Sousa. São Paulo: Ediouro, 1997.
- PENA, Martins. *O Noviço*. 4ª ed. São Paulo: Ateliê, 2004.
- RAMOS, Graciliano. *Angústia*. 56ª ed. São Paulo: Record, 2003.

_____. *Insônia*. 4ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1953.

REBELO, Marques. *Contos reunidos*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

_____. *O Simples Coronel Madureira*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003.

RUBIÃO, Murilo. *Contos Reunidos*. 2ª ed. São Paulo: Ática, 2005.

SALES, Herberto. *Transcontos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1974.

SAMPAIO, Newton. *Contos Reunidos*. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2001.

SANT'ANNA, Sérgio. *50 contos e 3 novelas de Sérgio Sant'anna*. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

SILVA, Deonísio da. *Contos reunidos*. São Paulo: Leya, 2010.

TCHEKOV, Anton. "Contos". In: MALCOLM, Janet. *Lendo Tchekov*. Trad. Tatiana Belinky. São Paulo: Ediouro, 2005.

TELLES, Lygia Fagundes. *Seminário dos ratos*. São Paulo: Cia das Letras, 2009.

TOLSTÓY, Leon. *A morte de Ivan Ilitch*. Trad. Tatiana Belinky. São Paulo: Paulicéia, 1991.

II - Geral

ABRUCIO, Fernando Luiz; PEDROTI, Paula; PÓ, Marcos Vinicius. "A formação da burocracia brasileira: a trajetória e o significado das reformas administrativas". In: LOUREIRO, Maria Rita; ABRUCIO, Fernando Luiz; PACHECO, Regina Sílvia (org.). *Burocracia e política no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2010, p. 27-71.

AGAMBEN, Giorgio. *Bartleby: escrita potência*. Trad. Pedro A. H. Paixão. Lisboa: Assírio & Alvim. 2008.

ALBROW, Martin. *Bureaucracy*. London: Pall Mall Press Ltd., 1970.

ALCARAZ, Marcelo Barbosa. *O amanuense indeciso: diário de uma vida mínima*. Curitiba: UFPR, 2001. Dissertação de Mestrado. Disponível em: <http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/handle/1884/24510/D%20-%20ALCARAZ,%20MARCELO%20BARBOSA.pdf?sequence=1> Acesso em: 04/12/2014.

ALVERGA, Carlos Frederico. "Levantamento teórico sobre as causas dos insucessos das tentativas de reforma administrativa". In. *Revista do Serviço Público*. Ano 54, n.3,

Brasília: ENAP, jul -set 2003. Disponível em <http://seer.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/270> Acesso em: 03/04/2015.

AMARAL, Luís Gurgel do. *O meu velho Itamarati; de amanuense a secretário de legação; 1905-1913*. 2ª ed. revista. Brasília : Fundação Alexandre de Gusmão, 2008. Disponível em: http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/O_meu_velho_itamarati.pdf (acesso em 22/04/2013).

AMARAL, Márcia. *Jornalismo Popular*. São Paulo: Contexto, 2006.

ANDERS, Günther. *Kafka: pró & contra*. São Paulo: Cosac & Naify, 2007.

ANDRADE, Carlos Drummond de. *Passeios na Ilha. Divagações sobre a vida literária e outras matérias*. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1952.

ANJOS, Cyro dos. *A menina do sobrado*. Rio de Janeiro: Garnier, 1994.

ARENDT, Hannah. "Responsabilidade pessoal sob a ditadura". In: *Responsabilidade e julgamento*. Tradução de Rosária Eichenberg. São Paulo: Cia das Letras, 2004.

ARRIGUCCI Jr., Davi. "O mágico desencantado ou as metamorfoses de Murilo". In: RUBIÃO, Murilo. *O pirotécnico Zacarias*. São Paulo: Ática, 1981.

AZIMI, Vida. "Quand le démon d'écrire...L'administration et la Littérature", *Les Cahiers de la fonction publique et de l'administration*, n° spécial 2004 sur «Les Fonctionnaires et les Arts », mars 2005, p.7-17. Disponível em <http://www.cersa.cnrs.fr/spip.php?article60> Acesso em: 23/05/2014.

BANDEIRA, Manuel. *Crônicas inéditas I (1920-1931)*. Júlio Castañon Guimarães (org.) São Paulo: Cosac Naify, 2008.

BARBOSA, Francisco de Assis. *A vida de Lima Barreto*. 9ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003.

BARRETO, Krícia Helena. "O humor e a semântica de frames". In: *Revista Gatilho*. Ano VIII, Número 16, maio de 2013. Disponível em <http://www.ufjf.br/revistagatilho/edicoes-antteriores/ano-viii-numero-16-maio-de-2013/> Acesso em: 09/02/2015.

BASTOS, Hermenegildo. "O que tem de ser tem muita força': determinismo e gratuidade em *Angústia*". In: *As artes da ameaça: ensaios sobre literatura e crise*. São Paulo: Outras expressões, 2012.

BERGSON, Henri. *Le rire : essai sur la signification du comique*. Paris: Presses Universitaires de France, 1991. Disponível em: <http://catalogue.bnf.fr/ark:/12148/cb37237618q> Acesso em: 19/01/2015.

BERGSON, Henri. *O Riso: ensaio sobre a significação da comicidade*. Trad. Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

BEZERRA, Paulo. "A imagem do tchinovnik na vida russa". *Gazeta Russa*, 30 dez. 2013. Semanal. Disponível em: <http://br.rbth.com/articles/2011/02/10/a_imagem_do_tchinovnik_na_vida_russa_12040.html>. Acesso em: 17/07/ 2014.

_____. "O laboratório do gênio". In: DOSTOIÉVSKI, Fiódor. *O duplo*. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Ed. 34, 2011. (Coleção Leste)

BOBBIO, Norberto. *A teoria das formas de governo*. Trad. Sérgio Bath. 7ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994.

BOOTH, Wayne C. *A retórica da ficção*. Trad. Maria Teresa H. Guerreiro. Lisboa: Arcádia, 1980. (Col. Artes e Letras)

BOSI, Alfredo. *História concisa da Literatura Brasileira*. 44ª ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

BOURDIEU Pierre. 'De la maison du roi à la raison d'État'. In: *Actes de la recherche en sciences sociales*. Vol. 118, juin 1997. Genèse de l'État moderne, p. 55-68.

_____. "Condição de classe e posição de classe". In: *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1987, p. 3-26.

_____. "Gênese e estrutura do campo burocrático". In: *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. 10ª ed. Trad. Mariza Corrêa. Campinas: Papirus, 1996.

BRASIL. *Constituição dos Estados Unidos do Brasil e Ato das Disposições Constitucionais Transitórias*. Rio de Janeiro, 18 de setembro de 1946. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao46.htm#adctart23> Acesso em 01/03/2015.

_____. *Decreto-lei N° 2848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal brasileiro*. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/decreto-lei/Del2848.htm>> Acesso em: 21/6/2011.

BRAYNER, Sônia (org.). *Graciliano Ramos*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. (Fortuna Crítica, v. 2)

BUENO, Luís. *Uma história do romance de 30*. São Paulo: EDUSP; Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

CAIDEN, Gerald E. "What Really Is Public Maladministration?" In: *Public Administration Review*, Vol. 51, No. 6 (Nov. - Dec., 1991), pp. 486-493 Published by: Wiley. Disponível em <<http://www.jstor.org/stable/976599>> Acesso em 18/02/2011.

CAMINHA, Adolfo. *Cartas Literárias*. Rio de Janeiro: Typ. Aldina, 1895.

CANDIDO, Antonio. "O escritor e o público". In: *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária*. 7ª ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1985.

_____. "Literatura de dois gumes". In: *A educação pela noite*. São Paulo: Ática, 1987.

_____. "Prefácio" a *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. In: MICELI, Sergio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Cia das Letras, 2001. (p. 71-75)

CAREY, John. "A Rebelião das massas". Os *Intelectuais* e as *massas*: orgulho e preconceito entre a intelligentsia literária, 1880-1939. Tradução de Ronald Kyrmse. São Paulo: Ars Poetica, 1993.

CARONE, Modesto. *Lição de Kafka*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

CARROLL, Virginia Schaef; GAILEY, Joan D. "Using literature to teach about bureaucratic structure". In: *College Teaching*, Vol. 40 Issue 1, p24, 1992. Disponível em: <<http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=aph&AN=9607291560&site=ehost-live>> Acesso em 17/07/2014.

CARVALHO, José Murilo de. "Rui Barbosa e a razão clientelista". In: *Dados*, v. 43, n. 1, Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582000000100003&lng=pt&nrm=iso> Acesso em 23/04/2013.

CARVALHO, Lúcia Helena. *A ponta do rombo*. São Paulo: Ática, 1983.

CHEILIK, Michael. *História Antiga: de seus primórdios à queda de Roma*. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

COELHO, Márcia Azevedo. *Entre a pedra e o vento: uma análise dos contos de Aníbal Machado*. São Paulo: FFLCH/USP, 2009. Tese de Doutorado. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8149/tde-30042010-111317/publico/MARCIA_AZEVEDO_COELHO.pdf> Acesso em: 23/05/2015.

CROZIER, Michel. *O fenômeno burocrático: ensaio sobre as tendências burocráticas dos sistemas de organização modernos e suas relações, na França, com o sistema social e cultural*. Trad. Juan A. Gili Sobrinho. Brasília: Editora UnB, 1981.

CRUZ, Claudio. *Literatura e cidade moderna - Porto Alegre, 1935*. Porto Alegre: EDIPUCRS/IEL, 1994.

ECO, Umberto. *Como se faz uma tese*. Trad. Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: Perspectiva, 1989.

_____. *Pós-escrito a 'O nome da rosa'*. 4ª ed. Trad. Letizia Zini Antunes e Álvaro Lorencini. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

ELEAZARO, Clara Grimaldi. “Os Mágicos Municipais: um fascinante Museu Onomástico”. In: *Revista de Estudos de Língua Portuguesa*, v. 4, n. 4 (1987). Belo Horizonte: UFMG.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder. formação do patronato político brasileiro*. 3ªed. São Paulo: Globo, 2001.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 13ª ed. São Paulo: Edusp, 2010.

FERREIRA, Marieta de Moraes; SÁ PINTO, Surama Conde. “A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930”. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Almeida Neves (org.). *O tempo do liberalismo excludente – da Proclamação de República à Revolução de 1930*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. (O Brasil Republicano, v. 1)

FILGUEIRAS, Fernando. “Sociedade civil e controle social da corrupção”. In; *Em Debate* (Belo Horizonte), v. 3, p. 14-28, 2011.

_____. “Notas críticas sobre o conceito de corrupção: um debate com juristas, sociólogos e economistas”. In: *Teoria & Sociedade* (UFMG), Belo Horizonte, v. 12, n.1, p. 20-51, 2004.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. 4ª ed. São Paulo: Ed. UNESP, 1997.

FRIEDMAN, Norman. "O Ponto de vista na ficção: o desenvolvimento de um conceito crítico". Trad. Fábio Fonseca de Melo. In: *Revista USP*, São Paulo, USP, nº 53, março/maio 2002, p. 166-182.

_____. "O que faz um conto ser curto?". Trad. Marta Cavalcante de Barros. In: *Revista USP*, São Paulo, USP, nº 63, setembro/novembro 2004, p. 219-230.

GAMONAL, Maucha Andrade e TORRENT, Tiago Timponi. “Frames como interlíngua na estruturação de dicionários eletrônicos multilíngues de domínios especializados”. In *Revista Anpoll*. Vol. 1, Ed. 37, p. 247-261, 2014. Disponível em: <http://www.anpoll.org.br/revista/index.php/revista/issue/view/39/showToc> Acesso em 09/02/2015.

GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GLEDSON, John. “O funcionário público como narrador: *O amanuense Belmiro e Angústia*”. In: *Influências e impasses: Drummond e alguns contemporâneos*. Trad. Frederico Dentello. São Paulo: Cia das Letras, 2003.

GÓES, José Cristian. “Marcos na história do jornalismo sensacionalista: a construção de uma estratégia mercadológica na imprensa”. In: *9º Encontro Nacional de História da Mídia*, 2013. ALCAR - Associação Brasileira de Pesquisadores de História da Mídia - GT História do Jornalismo. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/9o-encontro-2013/artigos/gt-historia-do-jornalismo> Acesso em: 03/02/2015.

GOLOVATY, Ricardo Vidal. "O elogio da mediocridade: performance literária de Amadeu Amaral (1875-1929)". In: *Letras & Letras*, Uberlândia 26 (1) 155-167, jan./jun. 2010. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/letraseletras/article/viewFile/25582/14157>> Acesso em 09/02/2015.

GOUVÊA, Gilda Portugal. *Burocracia e elites burocráticas no Brasil*. São Paulo: Paulicéia, 1994.

GRICE, H. P. (1982). "Lógica e conversação". In: *Fundamentos metodológicos da linguística*. Marcelo DASCAL (org.) Vol. IV. Campinas.

GUEDES, Paulo; HAZIN, Elizabeth. *Machado de Assis e a Administração Pública Federal*. Brasília: Senado Federal. v. 68, 2006.

GUILLÉN, Claudio. *Entre lo uno y lo diverso. Introducción a la literatura comparada (ayer y hoy)*. Barcelona: Tusquets, 2005.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 21ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989.

ICHIKAWA, E. Y.; SILVA, R. A. "A Representação Social na Esfera Pública: Percepções sobre o Funcionário Público em uma Administração Municipal". In: *Qualit@s Revista Eletrônica*, v. 9, n. 1, 2009.

JORDAN, P. R. *The author in the office: narrative writing in twentieth-century Argentina and Uruguay*. Great Britain: Cambridge University Press, 2006. (Col. Támesis, Série A: Monografías, 226)

KANT, Immanuel. *Crítica da faculdade do juízo*. 2º ed. Trad. Valério Rohden e Artur Morão. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

KON, Noemi Moritz. "Apresentação". In: *125 contos de Guy de Maupassant*. Org. Noemi Moritz Kon. Trad. Amilcar Bettega. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. *A leitura rarefeita: Leitura e livro no Brasil*. São Paulo: Ática, 2002.

LAND, Cris; SLIWA, Martyna. "The novel and organization: introduction from the Editors". In: *Journal of Organizational Change Management* Vol. 22 No. 4, 2009 pp. 349-356. Disponível em: <www.emeraldinsight.com/0953-4814.htm> Acesso em 17/07/2014.

LEFORT, Claude. "O que é burocracia". In CARDOSO, Fernando Henrique e MARTINS, Carlos Estevam (orgs.). *Política & Sociedade*. São Paulo: Nacional, 1979.

LEMOS, Renato (org.). *Justiça fardada: o General Peri Bevilaqua no Superior Tribunal Militar (1965-1969)*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2004.

LIMA BARRETO, Afonso Henriques de. *Toda crônica*. Org. Beatriz Resende e Rachel Valença. Rio de Janeiro: Agir, 2004, 2 vols.

LOIS, Carla; GARCIA, João Carlos. “Do oceano dos clássicos aos mares dos impérios: transformações cartográficas do Atlântico Sul”. In: *Anais do Museu Paulista*. vol.17, n.2, 2009, pp. 15-37. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-47142009000200003>. Acesso em: 20/04/2015.

LORAU, Nicole. “Elogio do anacronismo em história”. In: _____. *A tragédia de Atenas: a política entre as trevas e a utopia*. Trad. Paula Silvia Rodrigues Coelho da Silva. São Paulo: Loyola, 2009.

LUKÁCS, Georg. *História e consciência de classe*. 2ª ed. Trad. Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

LUSTOSA, Isabel. “O texto e o traço: a imagem de nossos primeiros presidentes através do humor e da caricatura”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Almeida Neves (org.). *O tempo do liberalismo excludente – da Proclamação de República à Revolução de 1930*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. (O Brasil Republicano, v. 1)

MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. *O Espelho*. Organização, introdução e notas: João Roberto Faria. Campinas: Editora da UNICAMP, 2009.

MAIA, Cláudia. *A invenção da solteirona: conjugalidade moderna e terror moral – Minas Gerais (1890-1948)*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2011.

MARX, Karl. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. Trad. Rubens Enderle e Leonardo de Deus; [supervisão e notas Marcelo Backes]. 2ª ed. revista. São Paulo: Boitempo, 2010.

MELLO, Evaldo Cabral de (org.). *Essencial Joaquim Nabuco*. São Paulo: Penguin Classics/Companhia das Letras, 2010.

MERTON, Robert K. “Bureaucratic structure and personality”. In: *Social Forces*. May, 40, Vol. 18, Issue 4, p. 560-568. Disponível em: <http://connection.ebscohost.com/c/articles/13577155/bureaucratic-structure-and-personality>> Acesso em 13/04/2015.

_____. “Estrutura burocrática e personalidade”. In: CAMPOS, Edmundo. (Org.) *Sociologia da burocracia*. Trad. Edmundo Campos. 4ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MICELI, Sergio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

MILLS, Charles Wright. *A nova classe média*. Trad. Vera Borda. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

MIRANDA, Wander Melo; SAID, Roberto (org.). *Cyro & Drummond: Correspondência de Cyro dos Anjos e Carlos Drummond de Andrade*. São Paulo: Globo, 2012.

MORASCO, Cibele Cristina. *Fora do palco, dentro da vida: o contista Arthur Azevedo e o Rio de Janeiro de sua época*. Araraquara: UNESP/FCL, 2008. Dissertação de mestrado. Disponível em: <<http://base.repositorio.unesp.br/handle/11449/91582>>. Acesso em 22/12/2014.

MOURA, Edilson Dias. *As ilusões do romance: estrutura e percepção em São Bernardo de Graciliano Ramos*. São Paulo: FFLCH/USP, 2011. Dissertação de mestrado. Disponível em: <www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/.../2011_EdilsonDiasdeMoura.pdf> Acesso em 14/05/2015.

NAUPERT, Cristina. *La temología comparatista – entre teoría y práctica (La novela de adulterio en la segunda mitad del siglo XIX)*. Madrid: Arco/Libros, S.L, 2001.

NAVA, Pedro. *Beira-Mar*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

NICKEL, Elisa Hickmann. *Cyro dos Anjos e Lima Barreto : burocracia e patrimonialismo na literatura*. Campinas, SP : [s.n.], 2010. Dissertação de Mestrado. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000773963>>. Acesso em 04/12/2014.

NIETZSCHE, Friedrich: *Assim falou Zaratustra: um livro para todos e para ninguém*. Paulo César de Souza [trad.]. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

NINA, Cláudia. *ABC de José Cândido de Carvalho*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.

NUNES, Edson. *A gramática política no Brasil: clientelismo e insulamento burocrático*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; Brasília: ENAP, 2003.

OAKLEY, R. J. *Lima Barreto e o destino da literatura*. São Paulo: Ed. UNESP, 2011.

OLIVEIRA, Francisco de. "A herança do marajá superkitsch". In: *Novos Estudos CEBRAP* N° 34, novembro 1992, pp. 8-14. Disponível em <www.novosestudios.org.br/v1/.../20080625_a_heranca_do_maraja.pdf> Acesso em 04/12/2014.

PACHECO, Regina Silvia. "Profissionalização, mérito e proteção da burocracia no Brasil". In: LOUREIRO, Maria Rita; ABRUCIO, Fernando Luiz; PACHECO, Regina Silvia (org.). *Burocracia e política no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil*, São Paulo: Ática, 1990.

PÉCORA, Alcir. "Orelha". In: GOMES, Eustáquio. *Viagem ao centro do dia - um diário*. São Paulo: A Girafa, 2007.

_____. "Um romance reticente" (posfácio). In: ANJOS, Cyro dos. *O amanuense Belmiro*. São Paulo: Globo, 2006.

PIGLIA, Ricardo. *Formas Breves*. Barcelona: Editorial Anagrama, 2000.

POSSENTI, Sírio. *Humor, língua e discurso*. São Paulo: Contexto, 2013.

POUILLON, Jean. *O tempo no romance*. Trad. Heloysa de Lima Dantas. São Paulo: Cultrix/EDUSP, 1974.

RAMA, Ángel. "Dez problemas para o romancista latino-americano". In: AGUIAR, Flávio; VASCONCELOS, Sandra Guardini T. (orgs.) *Ángel Rama: literatura e cultura na América Latina*. São Paulo: EDUSP, 2001.

REIS, Zenir Campos. "O mundo do trabalho e seus avessos". In: BOSI, Alfredo (org.). *Cultura brasileira: temas e situações*. 4ª ed. São Paulo: Ática, 2006. (p. 42-57)

REZENDE, Flávio da Cunha. *Por que falham as reformas administrativas?* Rio de Janeiro: FGV, 2004.

RIGGS, Fred. "Introduction: shifting meanings of the term 'bureaucracy'" In: *International Social Science Journal - ISSJ*. Vol. XXXI, nº 4, Paris: UNESCO.1979, pp. 563-584.

RODRIGUES, Arackcy Martins. *Indivíduo, Grupo e Sociedade: estudos de psicologia social*. Arakcy Martins Rodrigues; Leny Sato (org.). São Paulo: EDUSP, 2005.

RÓNAI, Paulo. "Introdução" ao romance *Os funcionários*. p. 85-88. In: BALZAC, Honoré de. *A comédia humana*. Vol. XI – Estudos de costumes – cenas da vida parisiense. Trad. Vidal de Oliveira. Rio de Janeiro: Globo, 1953.

ROSSO, Mauro. "O conto em Arthur Azevedo". In: *Contos de Arthur Azevedo: os "efêmeros" e inéditos*. Org., Introdução e Notas: Mauro Rosso. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; Loyola, 2009.

SACCOMANNO, Guillermo. "Entrevista" a Jordi Corominas i Julián. *Revista de Letras*. 13 de julho de 2010. Disponível em: <<http://revistadeletras.net/dialogo-con-guillermo-saccomanno/>> Acesso em: 17/07/2014.

SAES, Decio. *Classe média e política na primeira república brasileira (1889-1930)*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1975. (Coleção Sociologia Brasileira, 3)

SAMIER, Eugenie. LUMBY, Jacky. "Alienation, Servility and Amorality: Relating Gogol's Portrayal of Bureaupathology to an Accountability Era". In: *Educational Management Administration & Leadership*, May 2010 38: 360-373. Disponível em <<http://ema.sagepub.com/content/38/3/360.refs>> Acesso em 18/02/2011.

SANTOS, Márcio Renato dos. *Brejo das almas: o intelectual na ficção de Newton Sampaio*. Dissertação de Mestrado em Letras. Curitiba: Universidade Federal do

Paraná, 2005. Disponível em <<http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/handle/1884/4258/mestradoNewtonSampaioFinal.pdf?sequence=1>> Acesso em: 23/02/2015.

SCHEFFEL, Marcos Vinícius. “Amanuenses, escribas e outros burocratas na produção ficcional de Lima Barreto”. In: XII Congresso Internacional da ABRALIC - Centro, centros - Ética, Estética. Curitiba: UFPR, 2011. Disponível em <http://www.abralic.org.br/anais/cong2011/AnaisOnline/resumos/TC0291-1.pdf> - Acesso em 12/4/2012.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. “Lima Barreto: termômetro nervoso de uma frágil República”. (Introdução) In: BARRETO, Lima. *Contos completos*. Org. e Intro. Lilia Moritz Schwarcz. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SCHWARZ, Roberto (org.) *Os pobres na literatura brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____. “Sobre O Amanuense Belmiro”. In: _____. *O pai de família e outros estudos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Duas Cidades, 1977.

SCLIAR, Moacyr. *Saturno nos trópicos: a melancolia européia chega ao Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 2003.

SOLLORS, Werner. “La tematología hoy”. In: NAUPERT, Cristina (org.). *Tematología y comparatismo literario*. Madrid: Arco/Libros, S.L., 2003.

SULLIVAN, Ceri. *Literature in the public service*. New York: Palgrave/Macmillan, 2013.

TIN, Emerson. “Dona Henriqueta: o leitor e os contos de Artur Azevedo”. In: *Remate de Males*, v. 28, n. 1, jan./jun. 2008. (Homenagem a Artur Azevedo) IEL:UNICAMP. Disponível em <<http://revistas.iel.unicamp.br/index.php/remate/issue/view/218/showToc>> Acesso em 10/01/2015.

TODOROV, Tzvetan. “As categorias da narrativa literária”. In: *Análise estrutural da narrativa*. 2ª ed. Trad. Zélia Barbosa Pinto. Petrópolis: Vozes, 1971.

_____. *As estruturas narrativas*. Trad. Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Perspectiva, 1969.

TREVISAN, Dalton. “Sobre Newton Sampaio”. In.: *Joaquim*, nº 11 (Junho de 1947). Reproduzido em SAMPAIO, Newton. *Contos reunidos*. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2001. (orelha)

WEBER, Max. *Economia e sociedade. Fundamentos de sociologia compreensiva*. Vol. 2. Trad. Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília: Editora da Unb, 1999.

WEEKS, Andrew and KECHT, Regina. "The theme of the cinovnik and the antinomies of order and life in nineteenth century russian literature". In: *Russian Literature* XI 309-332 North-Holland Publishing Company, 1982. Disponível em <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/0304347982900059>> Acesso em: 17/07/2014.

WILD, Jonathan. *The rise of the office clerk in literary culture, 1880-1939*. New York: Palgrave Macmillan, 2006.

WOLFE, H. "Some Public Servants in Fiction". In: *Public Administration*, 2: 39-57, 1924.

APÊNDICE A - Os autores (ficha funcional)

Longe de propósitos biográficos ambiciosos, o objetivo da listagem a seguir é fornecer apenas um indicativo das atividades profissionais de nossos escritores e apontar, quando cabível, seus vínculos com o serviço público ou atividades afins, de caráter burocrático. A informação aparece como apêndice por não ter sido nosso propósito estabelecer relações determinísticas entre as obras e as atividades profissionais desses autores.

Foram consultadas fontes variadas, sendo que, nos casos em que não identificamos aproximação dessa natureza, dispensamos a citação das fontes. As citações autor-data devem ser consultadas junto às Referências da tese.

1. **Almeida Fischer** (1916 – 1991): formado em Direito, teve atuação na carreira jornalística, no Rio de Janeiro. Muda-se para Brasília em 1960, onde exercerá, por trinta anos, carreira com funcionário do IBGE. Além de assistente Jurídico do MEC, foi Professor da área de Letras na UnB e no CEUB, dirigiu o suplemento "Letras e Artes", foi Superintendente de Cultura da Fundação Cultural do DF e membro titular dos Conselhos Diretor e Deliberativo dessa Fundação. Fonte: Agência Nacional dos Escritores – ANE <<http://www.anenet.com.br/>> Acesso em 25/05/2015.
2. **Aníbal Machado** (1894 – 1964): formado em Direito, exerceu carreira de Promotor Público e foi oficial do Gabinete no Ministério da Justiça (Governo Washington Luís). Exerceu também, a partir de 1935, o cargo vitalício de Oficial do Registro Civil. Fonte: Cronologia. In: *Aníbal Machado: Artista do verbo e da vida*. Disponível em <<http://www.cultura.mg.gov.br/>> Acesso em 25/05/2015.
3. **Antônio de Alcântara Machado** (1901 – 1935): formado em Direito, teve atuação na carreira jornalística. Iniciava carreira pública como candidato a deputado federal quando faleceu. Fonte: Alfredo Bosi (2006, p. 374).
4. **Artur Azevedo** (1855 – 1908): iniciou carreira no serviço público na Secretaria de Governo de Estado do Maranhão, em 1870. Em 1875, já no Rio de Janeiro, é nomeado adido (depois, amanuense) do Ministério da Viação, Indústria e Obras Públicas. Permanecerá ligado ao mesmo Ministério até o fim da vida, galgando posições até o posto de Diretor-Geral de Contabilidade. Fonte: Mauro Rosso (2009, p. 39-50)

5. **Aurélio Buarque de Holanda** (1910 – 1989): formado em Direito, dedicado às áreas de filologia e lexicografia, exerceu principalmente a carreira de docência. Fonte: Academia Brasileira de Letras <<http://www.academia.org.br/>> Acesso em 25/05/2015.
6. **Carlos Sussekind** (1933 –): escritor e tradutor, tem contato com o universo da burocracia por meio dos diários do pai, o jurista Carlos Sussekind de Mendonça. Fonte: Sérgio Barcelos, “As armadilhas reais e ficcionais de Carlos Sussekind” Disponível em <<http://www.jornalplasticobolha.com.br/pb23/puzzles.htm>> Acesso em 25/05/2015.
7. **Charles Kiefer** (1958 –): carreira acadêmica.
8. **Deonísio da Silva** (1948 –): carreira acadêmica
9. **Ernani Fornari** (1899 – 1964): carreira jornalística. Correligionário de Getúlio Vargas, em 1935 assume o cargo de Secretário Geral do DPDC (Departamento de Propaganda e Difusão Cultural), que, em 1939, tornar-se-ia o DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda). Ocupou também o cargo de secretário cultural da Embaixada do Brasil em Lisboa, na gestão de Olegário Mariano. Fonte: Julia Darol Dall'Alba. *A poesia de Ernani Fornari: uma mapeamento*. Dissertação de Mestrado. Caxias do Sul: UCS, 2009. Disponível em: <http://tede.ucs.br/tde_arquivos/1/TDE-2009-09-28T125110Z-306/Publico/Dissertacao%20Julia%20Darol%20DallAlba.pdf> Acesso em 25/05/2015.
10. **Fran Martins** (1913 – 1996): formado em Direito, seguiu carreira jurídica.
11. **Graciliano Ramos** (1892 – 1953): atividades de comércio e administração. Prefeito de Palmeira dos Índios – AL (1928 – 1930); Diretor da Imprensa Oficial de Alagoas (1930 – 1931); Diretor da Instrução Pública de Alagoas. (1933-1936). Fonte: RAMOS, Graciliano. *Garranchos*. Thiago Mio Salla (org.) Rio de Janeiro: Record, 2012.
12. **Herberto Sales** (1917 – 1999): carreira na imprensa. Diretor do Instituto Nacional do Livro – INL (1974 – 1984). Assessor da Presidência da República (Governo José Sarney). Adido Cultural da embaixada brasileira em Paris (1986 – 1990). Fonte: Academia Brasileira de Letras <<http://www.academia.org.br/>> Acesso em 25/05/2015.
13. **João Alphonsus** (1901 – 1944): praticante da Secretaria de Finanças de Minas Gerais. (1918-1928). Carreira na imprensa. Formado em Direito, exerceu

também cargos de promotor de justiça da Primeira Vara de Justiça de BH e de auxiliar-jurídico da Procuradoria Geral do Estado. Fonte: João Alphonsus (1976, P. 9-11)

14. **José Cândido de Carvalho** (1914 – 1989): carreira na imprensa. Foi servidor no Departamento Nacional do Café (Ministério da Indústria e do Comércio), tendo atuado também no Ministério da Educação, como Diretor do Serviço de Radiodifusão Educativa, no Conselho Estadual de Cultura do Rio de Janeiro, como Presidente, e na Fundação Nacional de Arte, como Diretor. Fonte: Cláudia Nina (2011).
15. **José Stênio Lopes** (1916 – 2010): carreira na docência - ensino profissionalizante (SENAI) e colaborações na imprensa.
16. **Josué Montello** (1917 – 2006): vasta carreira burocrática, com destaque para os cargos de Técnico de Educação (por concurso de provas e títulos), do Ministério da Educação (1938 a 1971); Diretor Geral da Biblioteca Nacional (nomeado em 1947); Diretor do Serviço Nacional do Teatro, do Ministério da Educação; Diretor Geral do Museu Histórico Nacional; Diretor e fundador do Museu da República (Palácio do Catete). Academia Brasileira de Letras <<http://www.academia.org.br/>> Acesso em 25/05/2015.
17. **Lima Barreto** (1881 – 1922): nomeado em 1903 amanuense da Diretoria do expediente da Secretaria de Guerra, da qual se aposenta em 1918, por invalidez. Fonte: Francisco de Assis Barbosa (2003).
18. **Lygia Fagundes Telles** (1923 -): formada em Direito, seguiu carreira de escritora.
19. **Machado de Assis** (1839 – 1908): carreira na imprensa. Em 1873 é nomeado primeiro oficial da Secretaria de Estado do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. 1876 – promovido a chefe de seção da Secretaria de Agricultura; 1880 - designado Oficial de Gabinete do Ministério da Agricultura. 1889 – promovido a diretor da Diretoria do Comércio, na Secretaria de Estado da Agricultura, Comércio e Obras Públicas; 1892 - promovido a Diretor-Geral da Viação da Secretaria da Indústria, Viação e Obras Públicas. Fonte: Academia Brasileira de Letras <<http://www.academia.org.br/>> Acesso em 25/05/2015.
20. **Marques Rebelo** (1907 – 1973): carreira na imprensa.
21. **Monteiro Lobato** (1882 – 1948); carreira empresarial e jornalística.

22. **Moreira Campos** (1914 – 1994): formado em Direito. Carreira acadêmica. Há referência sobre o fato de o autor ter sido funcionário público e diretor de repartição, sem mais detalhes, em “Moreira Campos: um escritor e sua história”. Disponível em: <<http://www.fortalezaemfotos.com.br/2010/07/moreira-campos-um-escritor-e-sua.html>> Acesso em: 25/05/2015.
23. **Murilo Rubião** (1916 -1991): formado em Direito e Humanidades, teve vasta carreira burocrática, destacando-se, entre os cargos ocupados (datas de nomeação): Diretor do Serviço de Radiodifusão do Estado de Minas Gerais (1948); Chefe do Serviço de Documentação da Comissão do Vale do São Francisco no Rio de Janeiro (1949); Diretor interino da Imprensa Oficial e da Folha de Minas (1950); Superintendente da Secretaria de Saúde (1950); Chefe de Gabinete do Governador Juscelino Kubitschek (1952); Diretor de Publicações e Divulgação da Imprensa Oficial do Estado(1975). Fonte: <<http://www.murilorubiao.com.br/vida.aspx>> Acesso em: 25/05/2015.
24. **Nélio Reis** (1915 – 1968): formado em Direito, seguiu a carreira jurídica.
25. **Newton Sampaio** (1913 – 1938): formado em Medicina, falecimento precoce.
26. **Orígenes Lessa** (1903 – 1986): carreira na imprensa.
27. **Osman Lins** (1924 – 1978): Aprovado por concurso, ingressou no Banco do Brasil em 1943, de onde se aposentou em 1970. Fonte: FUNDAJ <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=193:osman-lins&catid=49:letra-o&Itemid=1> Acesso em: 25/05/2015.
28. **Otto Lara Resende** (1922 – 1992): formado em Direito, exerce funções de adido cultural na Embaixada do Brasil, advogado da Procuradoria do Distrito Federal e de diretor do então Banco Mineiro da Produção, entre 1963 e 1964. Fonte: Instituto Moreira Salles <<http://www.ims.com.br>> Acesso em 25/05/2015.
29. **Sérgio Sant'Anna** (1941–): formado em Direito, seguiu carreira de escritor.
30. **Viriato Correa** (1884 – 1967): carreira na imprensa.

APÊNDICE B – Os contos (*corpus*)

A lista de títulos a seguir refere-se ao segundo volume deste trabalho, composto por uma antologia de contos cujos personagens são funcionários públicos ou que abordam o contexto da burocracia e das repartições públicas. As citações autor-data remetem às Referências bibliográficas da tese.

Machado de Assis (1839 – 1908)

O caso Barreto (MACHADO DE ASSIS, 1938)

Artur Azevedo (1855 – 1908)

O velho Lima (MAGALHÃES JÚNIOR, 1960)

Recordação (AZEVEDO, 2009)

Sua Excelência (AZEVEDO, 2009)

A doença de Fabrício (AZEVEDO, 1974)

A moça mais bonita do Rio de Janeiro (AZEVEDO, 1974)

De cima para baixo (AZEVEDO, 1929)

As barbas de Romualdo (AZEVEDO, 1929)

João Silva (AZEVEDO, 2011)

Morta que mata (AZEVEDO, 1974)

O telefone (AZEVEDO, 2011)

345 (AZEVEDO, 1962)

Monteiro Lobato (1882 – 1948)

O plágio (LOBATO, 2007)

O luzeiro agrícola (LOBATO, 2007)

Lima Barreto (1881 – 1922)

Três gênios de secretaria (LIMA BARRETO, 2010)

Ribeiro Couto (1898 – 1963)

D. Teodorinha (MAGALHÃES JÚNIOR, 1960)

Viriato Correa (1884 – 1967)

Os três relógios (MAGALHÃES JÚNIOR, 1960)

Alcântara Machado (1901 – 1935)

O revoltado Robespierre (ALCÂNTARA MACHADO, 2012)

- Marques Rebelo** (1907 – 1973)
Na rua Dona Emerenciana (REBELO, 2002)
- Orígenes Lessa** (1903 – 1986)
Passa-três (MAGALHÃES JÚNIOR, 1960)
- Ernani Fornari** (1899 – 1964)
O fiapo (MAGALHÃES JÚNIOR, 1960)
- Newton Sampaio** (1913 – 1938)
O cântico (SAMPAIO, 2001)
- João Alphonsus** (1901 – 1944)
Morte burocrática (ALPHONSUS, 1976)
Uma história de Judas (ALPHONSUS, 1976)
Caracol (ALPHONSUS, 1976)
- Aurélio Buarque de Hollanda** (1910 – 1989)
João das Neves e o condutor (MAGALHÃES JÚNIOR, 1960)
- Graciliano Ramos** (1892 – 1953)
Dois dedos (RAMOS, 1953)
- Murilo Rubião** (1916 – 1991)
O ex-mágico da Taberna Minhota (RUBIÃO, 2005)
- Fran Martins** (1913 – 1996)
Mar Oceano (MAGALHÃES JÚNIOR, 1960)
- Moreira Campos** (1914 – 1994)
Dona Adalgisa (MAGALHÃES JÚNIOR, 1960)
- Almeida Fischer** (1916 – 1991)
Suspeita (MAGALHÃES JÚNIOR, 1960)
- Otto Lara Resende** (1922 – 1992)
O lado humano (MAGALHÃES JÚNIOR, 1960)
- Josué Montello** (1907 – 2006)
A aposentadoria (MAGALHÃES JÚNIOR, 1960)

Aníbal Machado (1894 – 1964)

Viagem aos seios de Duília (MACHADO, 2010)

José Stênio Lopes (1916 – 2010)

O último expediente de Damião (MAGALHÃES JÚNIOR, 1960)

Nélio Reis (1915 – 1968)

Contos dos bosques de Viena (MAGALHÃES JÚNIOR, 1960)

Herberto Sales (1917 – 1999)

O automóvel (SALES, 1974)

Ordem de pagamento (SALES, 1974)

Memórias (SALES, 1974)

Osman Lins (1924 – 1978)

Noivado (LINS, 1994)

José Cândido de Carvalho (1914 – 1989)

Tarde demais e Inês é morta (CARVALHO, 2008)

Surucucu de diário oficial (CARVALHO, 2008)

O segredo de Jubilato Gusmão (CARVALHO, 2008)

Um quilo de espírito público, por favor (CARVALHO, 2008)

Que saudades do parágrafo 21! (CARVALHO, 2008)

O major ataca as escrivaninhas (CARVALHO, 2008)

A vírgula não foi feita para humilhar ninguém (CARVALHO, 2008)

Diretor espuma portarias do Diário Oficial (CARVALHO, 2008)

Por causa de uma vírgula mal encarada (CARVALHO, 2008)

Um sujeito cheio de leis e parágrafos (CARVALHO, 2008)

Quem pega bala na popa não chega a tabelião (CARVALHO, 2008)

O terror vem de paletó de alpaca (CARVALHO, 2011)

Herói atolado em carne seca e lombo de porco (CARVALHO, 2011)

Com nome de Pernevildo ninguém chega a ministro (CARVALHO, 2011)

O perigo de carimbar fora de prumo (CARVALHO, 2011)

Apanhou os cacos da cara e foi embora (CARVALHO, 2011)

Adeus nomeação, o Diário Oficial foi embora (CARVALHO, 2011)

Pegou o telefone e ligou para a aurora do mundo (CARVALHO, 2011)

Ninguém toma chá em panela de pau (CARVALHO, 2011)

O amor nosso de cada dia (CARVALHO, 2011)

Viagem ao redor de uma pasta (CARVALHO, 2011)

Se a vida acabou, compre outra (CARVALHO, 2011)

Todo barnabé tem seu dia de ministro (CARVALHO, 2011)
Loção Noite de Bagdá apaga incêndio e desentope pia (CARVALHO, 2011)

Sérgio Sant'Anna (1941 –)
O despertar de Gregório Barata (SANT'ANNA, 2007)

Lygia Fagundes Telles (1923 –)
Seminário dos ratos (TELLES, 2009)

Deonísio da Silva (1948 –)
À consideração inferior: uma novela burocrática (SILVA, 2010)
Quero mulher: peço deferimento (SILVA, 2010)
Antecedentes ilibados de um cavalo (SILVA, 2010)

Carlos Sussekind (1933 –)
O anti-natal (*Contos para um Natal brasileiro*, 1996)

Charles Kiefer (1958 –)
Insônia (KIEFER, 2006)